

# **Relatório de Execução Orçamental**

**Primeiro Trimestre**

**Ano Orçamental de 2026**

## ÍNDICE

SIGLAS/ABREVIATURAS.....	4
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
INTRODUÇÃO.....	10
<b>EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS.....</b>	<b>12</b>
<b>FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE DO FUNDO PETROLÍFERO.....</b>	<b>16</b>
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (OGE) CUMULATIVO DE 2026.....</b>	<b>18</b>
1. ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026.....	18
2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS APROVADAS PELO GOVERNO.....	25
3. UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	30
4. A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2026.....	31
4.1 EXECUÇÃO CONSOLIDADA DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO.....	31
4.1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO.....	31
4.1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS DO SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO.....	32
4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS E DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	33
4.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS POR CATEGORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	33
4.2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR CATEGORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	41
4.2.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR PROGRAMA NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	46
4.2.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR PROGRAMA NOS FUNDOS ESPECIAIS.....	53
4.2.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	55
4.2.6 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR INSTITUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL.....	59
4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS E DESPESAS DA RAEOA.....	68
4.3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS DA RAEOA.....	68
4.3.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS DA RAEOA.....	69
4.3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR PROGRAMA DA RAEOA.....	71
4.3.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÕES DA RAEOA.....	73
4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO INSTITUTO NACIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL.....	75
4.4.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS POR CATEGORIA DA INSS.....	75
4.4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS POR CATEGORIA DA SEGURANÇA SOCIAL.....	87
4.4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR PROGRAMA DA INSS.....	92
4.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA DA SEGURANÇA SOCIAL.....	95
4.4.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA SEGURANÇA SOCIAL.....	95
4.4.6 SALDO DA SEGURANÇA SOCIAL.....	97
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAIXA PARA O SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>98</b>

<b>SALDO DE CAIXA DISPONÍVEL EM 31 DE MARÇO DE 2026, EM BCTL E BANCOS COMERCIAIS</b> .....	102
<b>AS OPERAÇÕES DA GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</b> .....	107
CONCLUSÃO .....	116
ANEXOS.....	121

**O relatório integral, incluindo os anexos e informações complementares, encontra-se disponível em formato eletrónico no portal oficial do ministério das finanças, através do seguinte link:**

[HTTPS://WWW.MOF.GOV.TL/PUBLICATIONDETAILS/RELATORIU-EZEKUSAUN-Q1-2026](https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-ezekusaun-q1-2026)

O RELATÓRIO É COMPOSTO POR SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO 1 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTAIS.....	121
ANEXO 2 - RESUMO DE RECEITAS.....	130
ANEXO 3 - DESPESAS DE DINHEIRO POR ITEMS.....	135
ANEXO 4 - DESPESAS POR PROGRAMA.....	435
ANEXO 5 - DESPESAS POR FUNÇÕES.....	463
ANEXO 6 - DETALHOS DAS DESPESAS DE TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS.....	468
ANEXO 7 – PROGRESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO CDC NO RPCGE DE 2024.....	813

## Siglas/Abreviaturas

<b>Siglas/Abreviaturas</b>	<b>Nome por extenso</b>
<b>AC</b>	Administração Central
<b>ADB/ BAD</b>	Asian Development Bank/ Banco Asiático de Desenvolvimento
<b>ADN</b>	Agência Nacional de Desenvolvimento
<b>AIFAESA</b>	Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, I.P.
<b>AO</b>	Ano Orçamental
<b>AM</b>	Autoridade/Administração Municipal
<b>AMRT</b>	Arquivo e Museu da Resistência Timorense
<b>ANAAA</b>	Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica
<b>ANC</b>	Autoridade Nacional de Comunicações
<b>ARCOM</b>	Autoridade Reguladora de Comunicações
<b>APA's</b>	Agências Públicas Autónomas
<b>ANP</b>	Autoridade Nacional do Petróleo
<b>ANPM</b>	Autoridade Nacional do Petróleo e Minerais, I.P.
<b>APORTIL</b>	Administração dos Portos de Timor-Leste
<b>ASEAN</b>	Association of Southeast Asian Nations
<b>ASYCUDA</b>	Automated System for Customs Data
<b>BAD/ADB</b>	Banco Asiático de Desenvolvimento/ Asian Development Bank
<b>BCTL</b>	Banco Central de Timor-Leste
<b>BNCTL</b>	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
<b>BNU</b>	Banco Nacional Ultramarino
<b>CAC</b>	Comissão Anti-Corrupção
<b>CAFI</b>	Conselho de Administração do Fundo das Infraestruturas
<b>CFP</b>	Comissão da Função Pública
<b>CI</b>	Conselho de Imprensa
<b>CLN</b>	Centro Logístico Nacional
<b>CNA</b>	Comissão Nacional de Aprovisionamento
<b>CNE</b>	Comissão Nacional das Eleições
<b>CNR</b>	Centro Nacional de Reabilitação
<b>DGT</b>	Direção-Geral do Tesouro

<b>DNO</b>	Direção Nacional do Orçamento
<b>DGE</b>	Dotações Geral do Estado
<b>EDTL</b>	Eletricidade de Timor-Leste
<b>EP</b>	Empresa Pública
<b>EV</b>	Expense Voucher
<b>FE</b>	Fundos Especiais
<b>FEDA</b>	Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro
<b>FCTL</b>	Fundo Consolidado de Timor-Leste
<b>F-FDTL</b>	Falintil - Forças de Defesa de Timor-Leste
<b>FDCH</b>	Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano
<b>FI</b>	Fundo das Infraestruturas
<b>FMIS</b>	Financial Management Information System / Sistema Informático de Gestão Financeira
<b>FP</b>	Fundo Petrolífero
<b>FRC/FRK</b>	Fundo de Reserva de Contingência/ Fundu Rezerva Kontijénsia
<b>FRSS</b>	Fundo de Reserva da Segurança Social
<b>GPM</b>	Gabinete do Primeiro-Ministro
<b>GRP</b>	Government Resource Planning
<b>HNGV</b>	Hospital Nacional Guido Valadares
<b>IADE</b>	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
<b>IDN</b>	Instituto de Defesa Nacional
<b>IGE</b>	Inspeção-Geral do Estado
<b>INAP</b>	Instituto Nacional da Administração Pública
<b>INDMO</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra
<b>INFORDEPE</b>	Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação
<b>INS</b>	Instituto Nacional de Saúde
<b>INSS</b>	Instituto Nacional Segurança Social
<b>INTL</b>	Imprensa Nacional de Timor-Leste
<b>LEO</b>	Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública
<b>IP</b>	Instituto Público
<b>IT</b>	Information Technology
<b>IGEADI</b>	Instituto Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas

<b>IGTL</b>	Instituto de Geociência de Timor-Leste
<b>IPSAS/NICSP</b>	Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público
<b>JAN</b>	Janeiro
<b>JICA</b>	Japan International Cooperation Agency
<b>JPY</b>	Japanese Yen
<b>LN</b>	Laboratório Nacional de Saúde
<b>MACLN</b>	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
<b>MAE</b>	Ministério da Administração Estatal
<b>MAPPF</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas
<b>MdF/MoF</b>	Ministério das Finanças/Ministry of Finance
<b>MdS</b>	Ministério da Saúde
<b>MD/MdF</b>	Ministério da Defesa
<b>MEJD</b>	Ministério da Educação, Juventude e Desporto
<b>MESC</b>	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
<b>MI</b>	Ministério do Interior
<b>MJ/MdJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MNEC</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
<b>MOP</b>	Ministério das Obras Públicas
<b>MPIE</b>	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
<b>MPM</b>	Ministério do Petróleo e Minerais
<b>MPO</b>	Ministério do Plano e Ordenamento
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MSSI</b>	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão
<b>MCI</b>	Ministério Comércio e Indústria
<b>OGE</b>	Orçamento Geral do Estado
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OPTs</b>	Ordens de Pagamento do Tesouro
<b>OSS</b>	Orçamento da Segurança Social
<b>PGR</b>	Procuradoria-Geral da República
<b>PCM</b>	Presidência do Conselho de Ministros
<b>PDHJ</b>	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

<b>PM</b>	Primeiro-Ministro
<b>PMU</b>	Project Management Unit / Unidade de Gestão de Projeto
<b>PN</b>	Parlamento Nacional
<b>PNDS</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos
<b>PNTL</b>	Polícia Nacional de Timor-Leste
<b>PPP/PPPLU</b>	Parceria Público-Privada (Public Private Partnership)/Public Private Partnership Loan Unit
<b>PR</b>	Presidência da República
<b>PCIC</b>	Polícia Científica de Investigação Criminal
<b>RAEOA</b>	Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
<b>RSE</b>	Rendimento Sustentável Estimado
<b>R- TIMOR</b>	Rede Transferencia iha Momentu Real
<b>RTTL, EP</b>	Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P.
<b>S.A</b>	Sociedade Anónima
<b>SAMES</b>	Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos
<b>SDR</b>	Special Drawing Right
<b>SECOM</b>	Secretaria de Estado da Comunicação Social
<b>SFA</b>	Serviços e Fundo Autónomos com Autonomia Financeira e Receita Própria
<b>MJDAC</b>	Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura
<b>SENAI</b>	Centro Nacional de Formação Profissional de Becora
<b>SEFOPE</b>	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
<b>SEPI</b>	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão
<b>SERVE</b>	Serviço de Registo e Verificação Empresarial
<b>SNI</b>	Serviço Nacional de Inteligência
<b>SWIFT</b>	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication
<b>T</b>	Trimestre
<b>TL</b>	Timor-Leste
<b>TPO</b>	Treasury Payment Order
<b>TPSA</b>	Timor Port, S.A.
<b>TR</b>	Tribunal de Recurso
<b>UEP</b>	Unidade Especial de Polícia
<b>UN</b>	United Nations

<b>UNDP</b>	United Nations Development Program / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>UNESCO</b>	The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization / Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
<b>UNICEF</b>	The United Nations Children's Funds / Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>UNFPA</b>	United Nations Population Fund / Fundo das Nações Unidas para as Populações
<b>UNTL</b>	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
<b>UPF</b>	Unidade de Polícia de Fronteira
<b>UPM</b>	Unidade de Polícia Marítima
<b>US\$/USD</b>	US Dólar/United States Dollar
<b>VGf</b>	Value Gap of Finance
<b>WB/ BM</b>	World Bank/ Banco Mundial
<b>WFP</b>	World Food Program / Programa Alimentar Mundial
<b>WHO</b>	World Health Organization /Organização Mundial da Saúde

# SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório dá cumprimento ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 45.º e no n.º 3 do artigo 86.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão Financeira Pública.

Nos termos destas disposições legais, o Governo deve apresentar ao Parlamento Nacional, no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, informações sobre o desempenho dos programas orçamentais e a execução orçamental do Setor Público Administrativo, incluindo a utilização da Reserva de Contingência, as alterações orçamentais aprovadas pelo Governo e a gestão da dívida pública e as operações de contratação de empréstimos.

Este Relatório de Execução Orçamental para o período de janeiro a março de 2026, correspondente ao ano fiscal de 2026, apresenta um resumo do atual panorama económico nacional, considerando igualmente a evolução das perspetivas económicas mundiais, da mobilização de recursos orçamentais e das despesas acumuladas em relação ao orçamento anual aprovado. A informação apresentada neste relatório foi extraída do Sistema de Informação de Gestão Financeira (GRP) da Administração Central e da RAEOA, referente a 20 de abril de 2026, e apresenta a prestação das contas de 2026 nessa data. As informações relativas à execução orçamental da Segurança Social apresentadas neste relatório foram fornecidas pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Este documento apresenta a Execução do Orçamento do Estado para o primeiro trimestre do ano fiscal de 2026, incluindo os seguintes elementos.

**Visão geral macroeconómica:** A economia de Timor-Leste cresceu no seu ritmo mais forte em quase uma década em 2025, registrando um crescimento de 4,5%, impulsionado pelo forte consumo das famílias, aumento dos gastos públicos e investimento privado. No entanto, prevê-se que o crescimento desacelere para 4,3% em 2026, uma vez que o aumento dos preços globais dos combustíveis e dos alimentos eleva o custo de vida e reduz o poder de compra das famílias. As remessas de timorenses no exterior também diminuíram 14% em 2025 (caindo para US\$ 181,9 milhões em 2025, contra US\$ 211,6 milhões em 2024), aumentando ainda mais a pressão sobre os rendimentos familiares.

A inflação trimestral subiu para 0,6% no primeiro trimestre de 2026, contra -0,2% no quarto trimestre de 2025, principalmente devido ao aumento dos preços dos combustíveis no mercado interno. A inflação média anual em 2026 está projetada em 2,2% e espera-se que se estabilize em torno de 2% no médio prazo, entre 2027 e 2030.

No âmbito financeiro, o crédito ao setor privado apresentou um forte crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior, atingindo US\$ 755,9 milhões no primeiro trimestre de 2026, comparado a US\$ 660,5 milhões no primeiro trimestre de 2025, enquanto as taxas de juros para empréstimos caíram ligeiramente de 10,5% para 10,3%. Isso indica que o crédito se tornou mais acessível e viável para empresas e famílias, impulsionando o investimento e o crescimento econômico.

Os subsídios governamentais para combustíveis, a assistência alimentar e as transferências para famílias, previstas no Orçamento de Retificação, ajudarão a amortecer o impacto, embora essas medidas compensem apenas parcialmente as pressões externas. Espera-se que as exportações, particularmente de café e turismo, impulsionem o crescimento, enquanto a previsão é de que o crescimento do investimento desacelere para 4,1% devido aos custos mais elevados e à incerteza.

**Orçamento Geral do Estado para 2026:** aprovada pela Lei n.º 8/2025, de 27 de novembro, o orçamento estimou receitas e despesas no total de US\$ 2.445,1 milhões. Do total das receitas e despesas aprovadas, a Administração Central representa US\$ 2.214,7 milhões, a Segurança Social US\$ 170,4 milhões e a RAEOA US\$ 60,0 milhões. Contudo, de acordo com o artigo 22.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Lei-Enquadramento de Orçamento Geral do Estado e Gestão Financeira Pública, o orçamento do subsector da Segurança Social não inclui o plano de capitalização do FRSS. Consequentemente, o relatório apresentado abrange o desempenho financeiro dos subsectores da Administração Central, do INSS e da RAEOA em relação ao orçamento agregado de US\$2.472,5 milhões, excluindo, portanto, o orçamento de US\$333,8 milhões destinado ao FRSS.

**Execução cumulativa do orçamento de Estado do primeiro trimestre de 2026:** A informação relativa à execução orçamental do Setor Público Administrativo, composto pelos subsectores da Administração Central, INSS e RAEOA, é apresentada no quadro seguinte:

**Tabela n.º1 - Execução Orçamental do Setor Público Administrativo em 31 de março de 2026 - (US\$'000)**

Subsetor	Dotação Inicial A	Dotação Final B	Execução C	% Execução D=C/B
<b>RECEITAS</b>				
Administração Central	2.214.689	2.214.689	386.975	17%
Segurança Social	170.399	197.906	104.866	53%
RAEOA	60.000	60.000	33.171	55%
<b>Total Receitas</b>	<b>2.445.088</b>	<b>2.472.595</b>	<b>525.011</b>	<b>21%</b>
<b>DESPEASAS</b>				
Administração Central	2.214.689	2.214.689	278.472	13%
Segurança Social	170.399	197.906	56.003	28%

Subsetor	Dotação Inicial A	Dotação Final B	Execução C	% Execução D=C/B
RAEOA	60.000	60.000	4.640	8%
<b>Total Despesas</b>	<b>2.445.088</b>	<b>2.472.595</b>	<b>339.115</b>	<b>14%</b>

As receitas para a execução do orçamento totalizaram US\$ 525,0 milhões no primeiro trimestre, representando 21% da meta de receitas de US\$2.472,6 milhões. Por sua vez, as despesas totais totalizaram US\$339,1 milhões, correspondendo a 14% do orçamento final agregado de US\$2.472,6 milhões. A variação das estimativas de receitas de US\$2.445,1 milhões para US\$2.472,6 milhões deve-se ao saldo de caixa adicional disponível como fonte de financiamento durante o ano no âmbito do INSS, que foi reconhecido pelo aumento das fontes orçamentais, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 3/2025 de 3 de abril.

Em relação às despesas, a Administração Central executou US\$ 278,5 milhões, representando 13% da dotação orçamental de US\$ 2.214,7 milhões. Os gastos com a Segurança Social atingiram US\$ 56,0 milhões, equivalente a 28% do orçamento revisto de US\$ 197,9 milhões. A RAEOA executou US\$ 4,6 milhões, correspondendo a 8% dos fundos alocados.

A taxa geral de execução de despesas de 14% deve-se principalmente à baixa execução na categoria de Bens e Serviços da Administração Central e da RAEOA, que representou apenas 5% do orçamento projetado de US\$ 471,8 milhões, bem como a uma taxa de execução de 2% em relação ao orçamento alocado de US\$ 460,3 milhões para Capital de Desenvolvimento. Além disso, nenhuma despesa foi registada até ao final do primeiro trimestre em relação ao orçamento alocado de US\$ 40,4 milhões de Capital Menór. Os detalhes podem ser consultados na tabela n.º 2.

**Alterações orçamentais:** Durante o primeiro trimestre no ano de 2026, o Governo implementou as medidas orçamentais necessárias para assegurar a gestão eficaz dos orçamentos da Administração Central e da RAEOA, em conformidade com a Lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública, e o Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2026. Estas alterações foram de dois tipos: (i) as alterações que consistam de verbas entre títulos orçamentais, quando tenham origem na “Dotação Geral do Estado”; e (ii) alterações entre categorias ou rubricas, dentro dos limites legalmente previstos e sem impacto no total do Orçamento.

As transferências da Dotação Geral do Estado totalizaram US\$ 9,5 milhões, reforçando os orçamentos das Linhas Ministeriais (US\$ 5,1 milhões) e das Agências Autónomas (US\$ 4,4 milhões). As realocações entre categorias de despesas foram realizadas principalmente dentro dos mesmos programas e em conformidade com as disposições legais, sem alterar o teto orçamental geral. As alterações orçamentais entre categorias no orçamento da Administração Central resultaram numa redução de US\$ 1,5 milhões na categoria Bens e Serviços Correntes e de US\$ 466 mil Transferências Pública, para reforço de categoria

Salários e Vencimentos de US\$ 36 milhões, Capital Menor de US\$ 1,5 milhões e Capital de Desenvolvimento US\$ 518 mil. No orçamento da RAEOA, não foram realizadas alterações orçamentais entre categorias durante o primeiro trimestre.

As alterações orçamentais entre categorias no Orçamento da Segurança Social (OSS) registaram uma transferência de US\$ 500 mil da categoria de Bens e Serviços para a categoria de Capital Menor . Além disso, as alterações relativas à integração do saldo transferido de 2025 no fundo de reserva da segurança social, conforme previsto na lei, resultaram num aumento total do OSS para US\$ 27,5 milhões.

**Utilização da Reserva de Contingência:** Uma quantia de US\$ 69 mil foi transferida da dotação de Reserva de Contingência para a conta do Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE), destinada ao reembolso de despesas com serviços médicos de contingência pestados durante o primeiro trimestre.

### Execução Orçamental por Classificação Económica

A tabela seguinte demonstra o resumo da execução orçamental dos subsectores da Administração Central e da RAEOA por classificação económica.

**Tabela n.º 2 - Execução orçamental por classificação económica para o sector da Administração Central e RAEOA para o período que termina a 31 de março de 2026 - (US\$ '000')**

Descrição	2026					2025		
	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Final	Execução	% Execução	Dotação Final	Execução	% Execução
<b>DESPESAS</b>								
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.775.920</b>	<b>(1.979)</b>	<b>1.773.940</b>	<b>274.736</b>	<b>15%</b>	<b>1.630.174</b>	<b>265.300</b>	<b>16%</b>
Salários e Vencimentos	482.714	36	482.750	104.389	22%	476.376	103.765	22%
Bens e Serviços Correntes	473.312	(1.549)	471.763	25.599	5%	392.323	34.675	9%
Transferências Públicas	819.893	(466)	819.428	144.747	18%	761.475	126.860	17%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>498.770</b>	<b>1.979</b>	<b>500.749</b>	<b>8.376</b>	<b>2%</b>	<b>442.807</b>	<b>6.797</b>	<b>2%</b>
Capital Menor	38.940	1.461	40.401	0	0%	23.028	140	1%
Capital de Desenvolvimento	459.829	518	460.348	8.376	2%	419.779	6.658	2%
<b>Despesas totais</b>	<b>2.274.689</b>	<b>0</b>	<b>2.274.689</b>	<b>283.112</b>	<b>12%</b>	<b>2.072.981</b>	<b>272.097</b>	<b>13%</b>
<b>RECEITAS</b>								
<b>Receitas Fiscais (AC+RAEOA)</b>	<b>200.461</b>	<b>0</b>	<b>200.461</b>	<b>42.363</b>	<b>21%</b>	<b>212.080</b>	<b>55.968</b>	<b>26%</b>
<b>Receitas não Fiscais:</b>	<b>58.731</b>	<b>0</b>	<b>58.731</b>	<b>2.436</b>	<b>4%</b>	<b>46.542</b>	<b>6.142</b>	<b>13%</b>

Descrição	2026					2025		
	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Final	Execução	% Execução	Dotação Final	Execução	% Execução
Receitas não Fiscais Administração Central	52.850	0	52.850	2.436	5%	45.827	6.142	13%
Receitas não Fiscais RAEOA	5.881		5.881	0	0%	715	0	0%
<b>Total Receitas - Administração Central e RAEOA</b>	<b>259.192</b>	<b>0</b>	<b>259.192</b>	<b>44.798</b>	<b>17%</b>	<b>258.623</b>	<b>62.109</b>	<b>24%</b>
<b>Transferências do Fundo Petrolífero</b>	<b>543.331</b>	<b>0</b>	<b>543.331</b>	<b>200.000</b>	<b>37%</b>	<b>551.950</b>	<b>250.000</b>	<b>45%</b>
Transferências Correntes do Fundo Petrolífero relativas ao RSE	543.331	0	543.331	200.000	37%	551.950	250.000	45%
<b>Total Receitas Domésticas e Transferências RSE</b>	<b>802.523</b>	<b>0</b>	<b>802.523</b>	<b>244.798</b>	<b>31%</b>	<b>810.572</b>	<b>312.109</b>	<b>39%</b>
<b>*Excedente/(Défice)</b>	<b>(1.472.166)</b>	<b>0</b>	<b>(1.472.166)</b>	<b>(38.314)</b>	<b>3%</b>	<b>(1.262.409)</b>	<b>40.012</b>	<b>(3%)</b>
<b>Financiado por:</b>								
Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do RSE	1.175.883	0	1.175.883	0	0%	1.009.124	0	0%
Utilização Saldo de Gerência	205.841	0	205.841	172.851	84%	200.000	0	0%
**Empréstimos	52.587	0	52.587	2.496	5%	45.000	2.431	5%
Outras Transferências	7.854		7.854	0	0%	9.000	0	0%

**Nota:** \*Para o ano de 2026, o cálculo do financiamento de **défice** acima indicado ainda não considera a consolidação das despesas relativas às transferências orçamentais da Administração Central para a RAEOA, no montante de US\$ 30 milhões, as quais não tinham sido executadas até ao final do primeiro trimestre de 2026.

\*\*O valor da execução orçamental acima indicado, no montante de US\$2,5 milhões, reflete o total dos pagamentos efetuados aos contratadores dos projetos financiados por empréstimos, com base nos marcos de implementação alcançados. Este montante difere do valor dos desembolsos efetuados pelos credores ao Governo de Timor-Leste durante o primeiro trimestre, uma vez que tais desembolsos podem incluir montantes que ainda não tinham sido pagos aos contratadores responsáveis pela execução dos respetivos projetos financiados por empréstimos, embora os fundos desembolsados já tivessem sido creditados em contas controladas pelo Governo no Banco Central de Timor-Leste.

**Receitas:** Durante o primeiro trimestre de 2026, a arrecadação total de receitas domésticas para os subsectores da Administração Central e da RAEOA atingiu 17% da estimativa orçamental, com uma cobrança total de US\$ 44,8 milhões, contra a meta orçamental de US\$ 259,2 milhões. As receitas fiscais e não fiscais contribuíram com US\$ 42,4 milhões e US\$ 2,4 milhões, respetivamente, contra estimativas orçamentais de US\$ 200,4 milhões e US\$ 58,7 milhões. A Administração Central registou US\$ 2,4 milhões

em receitas não fiscais, em relação a um orçamento alocado de US\$ 52,9 milhões, enquanto a RAEOA não registou qualquer receita em relação ao seu orçamento alocado de US\$ 5,8 milhões.

As transferências do Fundo Petrolífero continuará a desempenhar um papel significativo no financiamento das despesas durante o primeiro trimestre de 2026, prevendo-se que o montante total da transferência continue a aumentar durante o segundo semestre do ano, aproximando-se do total de levantamentos permitidos, conforme previsto na lei orçamental de 2026. O total de transferências do Fundo Petrolífero durante o primeiro trimestre de 2026 foi de US\$ 200,0 milhões, correspondentes ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

Os saldos transitados de períodos fiscais anteriores da Administração Central e da RAEOA, US\$ 172,9 milhões representados como Saldo de Gerência, ainda se encontram sujeitos ao processo de reconciliação para determinação do valor apurado antes de divulgar na CGE 2025. Adicionalmente, foram recebidos desembolsos no montante de US\$ 9.8 milhões (que também são considerados receitas para o Governo) referentes a empréstimos contraídos junto do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD).

**Despesas:** A execução total do orçamento de despesas (da Administração Central e da RAEOA) foi de US\$ 283,1 milhões, representando uma taxa de execução de 12%. Em termos reais, os gastos são superiores aos US\$ 272,1 milhões executados no ano fiscal de 2025, mas ligeiramente inferiores à taxa de execução de 13% alcançada em 2025 pelo mesmo período.

Os salários e vencimentos representaram a taxa de execução mais elevada, de 22%, com gastos de US\$ 104,4 milhões contra um orçamento de US\$ 482,8 milhões, enquanto as transferências públicas constituíram a categoria de maior despesa, com uma execução de US\$ 144,8 milhões e uma taxa de execução de 18%.

A taxa de execução dos Investimentos de Capital fixou-se em 2%, mantendo o mesmo desempenho verificado em 2025. Contudo, em termos nominais, as despesas no primeiro trimestre de 2026 totalizaram US\$ 8,4 milhões, face a um orçamento total alocado de US\$ 500,7 milhões.

Os compromissos e obrigações não executados no final do primeiro trimestre de 2026 totalizavam US\$ 40,021 milhões e US\$ 253,008 milhões, respetivamente, representando cumulativamente 13% do orçamento anual.

**Dívida pública:** No final do primeiro trimestre de 2026, a carteira total de empréstimos externos assinado pelo Governo totalizava US\$888,96 milhões. Deste montante, os desembolsos acumulados de todos os empréstimos atingiram US\$364,79 milhões, enquanto os reembolsos acumulados totalizaram US\$76,95 milhões, resultando num saldo devedor principal US\$287,84 milhões. Durante o primeiro trimestre de 2026,

os desembolsos totais de empréstimos totalizaram US\$9,98 milhões, enquanto os reembolsos do capital durante o mesmo período totalizaram US\$5,03 milhões.

O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) continua a ser o maior parceiro de financiamento para o desenvolvimento do Governo, com um total de empréstimos assinados que ascendem a aproximadamente US\$690,65 milhões. Até 31 de março de 2026, os desembolsos acumulados em projetos financiados pelo BAD atingiram US\$251,08 milhões, enquanto os reembolsos acumulados do capital totalizaram US\$56,35 milhões, resultando num saldo em dívida de BAD de US\$194,73 milhões. O financiamento do Banco Mundial (BM) totalizou US\$135,03 milhões, com os desembolsos acumulados atingirem US\$74,95 milhões. Os reembolsos acumulados do capital totalizaram US\$13,50 milhões, resultando num saldo dívida BM de US\$61,45 milhões. A carteira de empréstimos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) totalizou US\$63,29 milhões. Até ao final de março de 2026, os desembolsos acumulados atingiram US\$38,75 milhões, enquanto os reembolsos acumulados totalizaram US\$7,09 milhões, resultando num saldo em dívida de aproximadamente 31,67 milhões.

#### **Principais observações:**

- A arrecadação de receitas domésticas no primeiro trimestre de 2026 ficou ligeiramente abaixo da meta fiscal projetada; no entanto, espera-se que a arrecadação total de receitas internas aumente gradualmente nos próximos trimestres, atingindo uma arrecadação média anual de cerca de US\$ 200 milhões.
- As transferências do fundo petrolífero continuaram a desempenhar um papel significativo no financiamento das despesas durante o primeiro trimestre de 2026, tendo sido transferido um total de US\$ 200 milhões, contribuindo com quase 37% do orçamento anual do RSE para apoiar o financiamento das despesas públicas.
- Semelhante á tendência dos anos anteriores, a execução das despesas continua a ser afetada pelas baixas taxas de execução nas categorias de Bens e Serviços e Capital de Desenvolvimento.
- Os resultados do primeiro trimestre demonstram que os programas sociais, de educação e de fortalecimento institucional continuam a apresentar níveis de execução relativamente mais sólidos. em contrapartida, os programas de infraestruturas, desenvolvimento económico e projetos estratégicos registam níveis de execução reduzidos. Isto evidencia a necessidade de acelerar os processos de implementação, contratação e execução orçamental nos próximos trimestres.
- Os ajustamentos orçamentais foram modestos e visaram fazer face a necessidades operacionais urgentes, sem alterar o quadro fiscal geral.

- Os saldos de caixa e as reservas eram suficientes para suportar as operações orçamentais em curso, embora a maior parte dos fundos tenha sido obtida através de levantamentos do Fundo Petrolífero, em conformidade com o quadro de financiamento aprovado para 2026.
- Até 31 de março de 2026, o total dos desembolsos da dívida externa foi de US\$364,79 milhões, com o reembolso total foi de US\$76,95 milhões e, resultou num saldo devedor de US\$ 287,84 milhões. Os principais objectivos dos empréstimos externos são apoiar projectos estratégicos de infra-estruturas, particularmente no sector rodoviárias e portos, através de modalidades de financiamento predominantemente concessionais, com prazos de reembolso longos e obrigações de serviço da dívida geríveis.

## **Conclusões**

A receita doméstica continua a ser em grande parte insuficiente para financiar o orçamento, tendo atingido apenas 17% da meta anual no primeiro trimestre de 2026. Apesar de alguma recuperação esperada nos trimestres seguintes, o reforço da mobilização de receitas domésticas permanece uma prioridade importante para o Governo, no âmbito dos esforços em curso para promover uma maior sustentabilidade fiscal e reduzir gradualmente a dependência do Fundo Petrolífero.

A inflação trimestral subiu para 0,6% no primeiro trimestre de 2026, contra -0,2% no quarto trimestre de 2025, principalmente devido ao aumento dos preços dos combustíveis no mercado interno. A inflação média anual em 2026 está projetada em 2,2% e espera-se que se estabilize em torno de 2% no médio prazo, entre 2027 e 2030. No âmbito financeiro, o crédito ao setor privado apresentou um forte crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior, atingindo US\$ 755,9 milhões no primeiro trimestre de 2026, comparado a US\$ 660,5 milhões no primeiro trimestre de 2025, enquanto as taxas de juros para empréstimos caíram ligeiramente de 10,5% para 10,3%. Isso indica que o crédito se tornou mais acessível e viável para empresas e famílias, impulsionando o investimento e o crescimento econômico.

Os subsídios governamentais para combustíveis, a assistência alimentar e as transferências para famílias, previstas no Orçamento de Retificação, ajudarão a amortecer o impacto, embora essas medidas compensem apenas parcialmente as pressões externas. Espera-se que as exportações, particularmente de café e turismo, impulsionem o crescimento, enquanto a previsão é de que o crescimento do investimento desacelere para 4,1% devido aos custos mais elevados e à incerteza.

No âmbito da despesa, embora os gastos com as categorias correntes do Orçamento Geral do Estado tenham sido relativamente céleres, a execução de capital de desenvolvimento manteve-se muito baixa, atingindo apenas 2% do orçamento de US\$ 500,7 milhões, no entanto, importa referir que, historicamente, este ritmo de execução tende a ser mais reduzido no primeiro trimestre, aumentando gradualmente do segundo ao quarto trimestre do ano. A dívida pública externa mantém-se moderada e , com o total dos

desembolsos de US\$364,79 milhões e, o reembolso total de US\$76,95 milhões, resultou num saldo devedor de US\$ 287,84 milhões até o primeiro trimestre de 2026.

Para além de melhorar a cobrança de receitas domésticas, uma coordenação mais eficaz, processos de aquisição simplificados e uma melhor execução dos projetos de investimento continuarão a ser essenciais para acelerar a implementação dos programas governamentais nos trimestres restantes de 2026.

## Introdução

O presente Relatório dá cumprimento ao disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 45.º e n.º 3 do artigo 86.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública.

Nos termos destas disposições legais, “o Governo deve apresentar ao Parlamento Nacional, no prazo de dois meses a contar do final de cada trimestre, informação sobre o desempenho dos programas orçamentais e da execução orçamental do Setor Público Administrativo, incluindo a utilização da Reserva de Contingência, as alterações orçamentais aprovadas pelo Governo e as operações de gestão da dívida pública e de contratação de empréstimos.

A informação apresentada neste relatório foi extraída do Sistema de Informação de Gestão Financeira da Administração Central e da RAEOA, referente aos meses de janeiro a março de 2026 e tem por base a contabilização e reporte de receitas e despesas em regime de caixa, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 42/2025, de 15 de dezembro, sobre Regulamenta a Lei do enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira públicas, e no artigo 43.º da referida Lei n.º 3/2025, de 23 de abril. O subsetor da Segurança Social utiliza o seu próprio sistema informático, sendo a sua execução orçamental calculada separadamente. Toda a informação sobre a execução do orçamento da Segurança Social apresentada neste relatório é fornecida pelo Instituto Nacional da Segurança Social e abrange o período de 1 de janeiro a 31 de março de 2026.

Por conseguinte, os montantes da execução indicados neste relatório encontram-se ainda fase de reconciliação anual. E este relatório é submetido ao Parlamento Nacional com o propósito de monitorizar a evolução da execução orçamental até ao final do primeiro trimestre de 2026. Os dados reconciliados serão apresentados na Conta Geral do Estado de 2026, a enviar ao Parlamento Nacional e ao Tribunal de Contas até 30 de junho do ano seguinte, em conformidade com o artigo 81.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de Abril.. Assim, a informação agora apresentada relativamente à execução orçamental do primeiro trimestre de 2026 poderá sofrer atualizações, correções e ajustamentos decorrentes dos processos anuais de reconciliação.

O relatório de Execução Trimestral do OGE, referente ao primeiro trimestre de 2026, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- A introdução: Apresenta os aspetos introdutórios de documento;
- Evolução dos principais indicadores macroeconómicos
- Execução Cumulativo do OGE para o primeiro trimestre de 2026 inclui:

- O resumo do Orçamento Geral do Estado do Setor Público Administrativo para 2026 e a sua comparação com o OGE para 2025
- As alterações orçamentais aprovadas pelo Governo: Apresenta as alterações orçamentais realizadas durante o período em análise.
- A utilização da Reserva de Contingência: Apresenta as operações da Reserva de Contingência no período em análise.
- A execução cumulativa do OGE: Apresenta a execução das receitas e despesas do Setor Público Administrativo durante o período em análise.
- As operações de gestão da dívida pública e de contratação de empréstimos
- Os anexos que podem-se encontrar no seguinte site:  
<https://www.mof.gov.tl/publicationdetails/relatoriu-ezekusaun-q1-2026>
- Conclusão

### Crescimento Económico

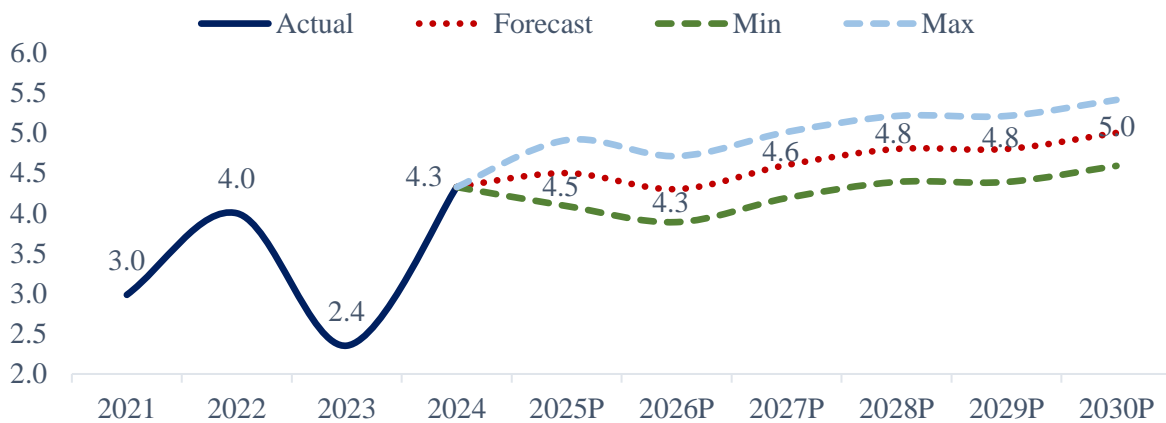
Estima-se que a economia de Timor-Leste tenha crescido 4,5% em 2025, marcando o melhor desempenho de crescimento em quase uma década. Esse crescimento é impulsionado pelo forte consumo privado, pelo aumento dos gastos públicos e por investimentos significativos do setor privado. A seguir, apresentamos uma explicação detalhada dos principais fatores de crescimento:

Em 2026, espera-se que a economia de Timor-Leste enfrente maior vulnerabilidade a choques de preços externos devido à sua alta dependência de bens importados. O aumento dos preços globais de combustíveis e alimentos é transmitido para a economia doméstica por meio de custos mais elevados de transporte e produção, levando a pressões inflacionárias, redução do poder de compra das famílias e menor consumo e investimento privados. As remessas de dinheiro, que caíram para US\$ 181,9 milhões em 2025, ante US\$ 211,6 milhões em 2024, também podem continuar a diminuir, restringindo ainda mais a renda familiar, dada a sua importância para o consumo e as necessidades básicas.

Como resultado, **o crescimento do PIB em 2026 está projetado em 4,3%**, ligeiramente inferior ao de 2025 e abaixo das projeções anteriores, refletindo o impacto da alta dos preços globais do petróleo e dos alimentos sobre a inflação e a atividade econômica. Embora as medidas do Orçamento de Retificação do Governo, particularmente o apoio aos combustíveis e as intervenções em segurança alimentar, devam atenuar parcialmente essas pressões, elas não são suficientes para compensar totalmente os choques externos. Riscos adicionais decorrem da dependência de alimentos importados, especialmente arroz, e de possíveis interrupções nos mercados globais de energia e fertilizantes, o que poderia elevar ainda mais os preços dos alimentos e aumentar os riscos para o bem-estar das famílias e a segurança alimentar.

Prevê-se que o crescimento do PIB em 2026 seja impulsionado principalmente pelo consumo privado, com projeção de crescimento de 3,8%, sustentado por subsídios a combustíveis e alimentos e pela continuidade das transferências fiscais para famílias e veteranos, que ajudam a manter a renda disponível e a amortecer o impacto da inflação. O crescimento do investimento deverá desacelerar para 4,1% devido a custos mais elevados, margens mais apertadas e incertezas. Enquanto isso, espera-se um forte crescimento das exportações, impulsionado pelo café e pelos serviços relacionados ao turismo, ao passo que as importações nominais aumentam devido aos preços globais mais altos dos combustíveis e dos alimentos, resultando em uma perspectiva geral de crescimento econômico moderado.

**Gráfico.º1 - Crescimento do PIB 2021-2024 e projeções para 2025-2030**



Fonte: Crescimento real e preliminar do PIB 2021-2025 a partir das Contas Nacionais, INETL IP, Previsões 2026-2030 da Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2026.

Apesar de uma ligeira revisão em baixa nas perspectivas de curto prazo, a trajetória de crescimento a médio prazo permanece amplamente resiliente, com expectativa de fortalecimento gradual para cerca de 5,0% até 2030. Essa perspectiva é sustentada pelo investimento público contínuo, por reformas estruturais como a regularização fundiária, a modernização tributária e o desenvolvimento do setor financeiro, bem como por importantes projetos de infraestrutura, incluindo fibra óptica, revitalização de aeroportos e redes rodoviárias. Juntamente com a adesão à ASEAN e a integração à OMC, espera-se que essas medidas aprimorem a conectividade, reduzam custos e apoiem a diversificação liderada pelo setor privado, embora a implementação eficaz seja fundamental para a plena concretização desses ganhos.

## **Inflação**

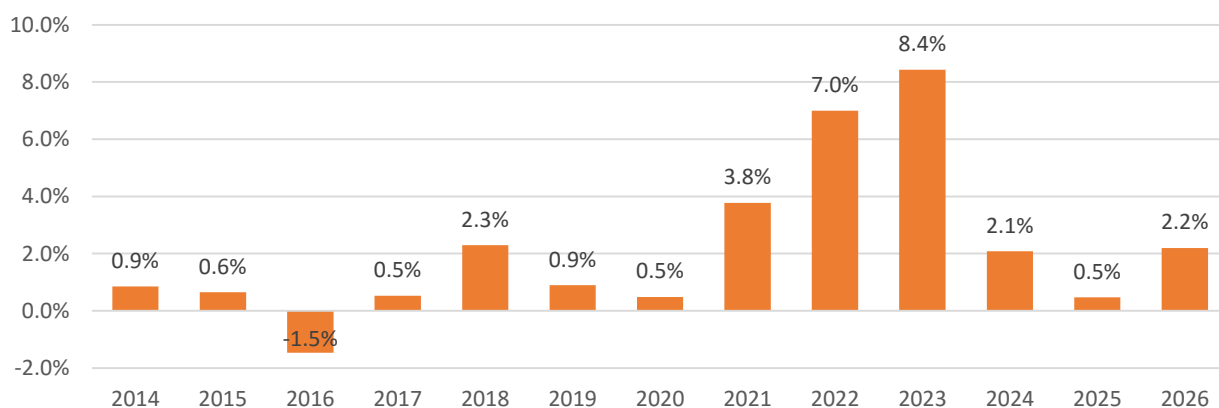
A inflação média anual diminuiu para 0,5% em 2025, ante 2,1% em 2024, refletindo uma queda contínua nas pressões inflacionárias após o pico pós-pandemia de 8,4% em 2023. Essa moderação foi sustentada pela queda nos preços globais das commodities, incluindo uma redução de aproximadamente 14% nos preços do petróleo Brent e uma queda de 10% nos preços globais dos grãos em 2025. A inflação em Timor-Leste é amplamente influenciada pelas oscilações nos preços internacionais das commodities.

Apesar dessa moderação, a inflação doméstica permanece altamente sensível a choques nos preços globais de combustíveis e alimentos devido à dependência da economia em relação às importações. Em 2026, os preços do petróleo Brent subiram cerca de 55,3% entre janeiro e março, levando a uma rápida transmissão para os preços domésticos dos combustíveis, com os preços da gasolina e do diesel no varejo aumentando cerca de 27% em março em comparação com o mês anterior. Isso destaca a forte transmissão dos choques nos preços globais do petróleo para a inflação doméstica e os custos das famílias.

**A inflação trimestral aumentou para 0,6% no primeiro trimestre de 2026**, ante -0,2% no quarto trimestre de 2025, impulsionada principalmente pelo aumento dos preços domésticos dos combustíveis após choques globais nos preços dos combustíveis. Olhando para o futuro, espera-se que as tensões geopolíticas em curso e as interrupções no Estreito de Ormuz afetem os mercados de petróleo e as cadeias de suprimentos de fertilizantes, aumentando a pressão sobre os preços globais dos alimentos.

No entanto, espera-se que as medidas de retificação do Governo ajudem a mitigar o impacto macroeconômico desses choques externos. Como resultado, **a inflação média anual em 2026 está projetada em 2,2%**. No médio prazo (2027-2030), espera-se que a inflação permaneça amplamente estável em torno de 2% ao ano.

**Gráfico n.º 2– Tendência da inflação média anual 2014-2026**



Nota: 2026 é uma projeção. Fontes: INETL abril de 2026

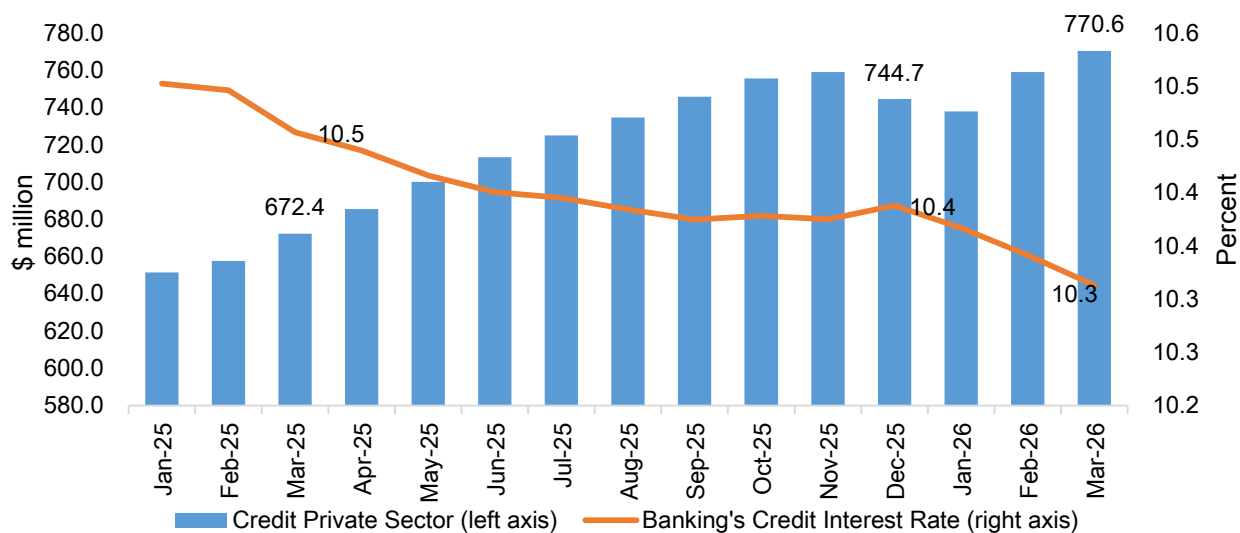
## Setor Financeiro

No primeiro trimestre de 2026, o crédito ao setor privado foi de aproximadamente US\$ 755,9 milhões, em comparação com US\$ 660,5 milhões no primeiro trimestre de 2025, representando um forte aumento anual de cerca de 14,4%. Isso indica uma expansão significativa na atividade de crédito ao longo do ano. No mesmo período, as taxas de juros do crédito bancário diminuíram ligeiramente, de uma média de 10,5% no primeiro trimestre de 2025 para cerca de 10,3% no primeiro trimestre de 2026, refletindo uma leve redução nos custos de empréstimo.

No período mais recente, o crédito também aumentou em comparação com o quarto trimestre de 2025, passando de uma média de US\$ 753,2 milhões para US\$ 755,9 milhões, enquanto as taxas de empréstimo diminuíram ligeiramente de 10,4% para 10,3%. Em conjunto, essas tendências sugerem um fortalecimento gradual das condições de crédito, com volumes de empréstimos mais altos e taxas de juros ligeiramente mais baixas.

A combinação de crescimento sustentado do crédito e declínio gradual das taxas de juros indica uma melhoria das condições financeiras ao longo do período. Isso implica que o acesso ao financiamento tornou-se um pouco mais fácil e barato para empresas e famílias, apoiando uma atividade de investimento mais robusta e contribuindo positivamente para o crescimento do PIB.

**Grafico nº3 – Taxas de juros comerciais e crédito total**



*Nota: O crédito é apresentado em termos de ações, abrangendo bancos comerciais e instituições de microfinanças. As taxas de juros referem-se às taxas de empréstimo de bancos comerciais (BCTL). Fonte: Banco Central de Timor-Leste, 2026*

## Financiamento e Sustentabilidade do Fundo Petrolífero

Nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2026, o Parlamento Nacional autorizou transferências do Fundo Petrolífero até ao montante aprovado no Orçamento Geral do Estado, incluindo levantamentos correspondentes ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE) e transferências acima do RSE devidamente autorizadas ao abrigo do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Durante o primeiro trimestre de 2026, as transferências efetuadas do Fundo Petrolífero continuaram a assegurar o financiamento da execução orçamental e a continuidade das funções essenciais do Estado. A execução manteve-se dentro do envelope de financiamento autorizado e alinhada com as necessidades de tesouraria e de execução das prioridades governamentais.

### Utilização das Transferências do Fundo Petrolífero

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pelas Leis n.ºs 12/2011, de 28 de setembro, e 2/2022, de 10 de fevereiro, o montante autorizado pelo Parlamento Nacional para transferências do Fundo Petrolífero em 2026 não excede US\$ 1.719.214.230. Deste montante, US\$ 543.331.077 correspondem ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE), cuja transferência é efetuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero. Qualquer transferência acima do RSE, até ao montante de US\$ 1.175.883.153, é realizada nos termos do artigo 9.º da referida Lei.

Durante o primeiro trimestre de 2026, os levantamentos efetuados do Fundo Petrolífero totalizaram US\$ 200 milhões. Este montante corresponde a aproximadamente 36,8% do Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para o exercício orçamental de 2026, fixado em US\$ 543,3 milhões, e a cerca de 11,6% do montante total autorizado pelo Parlamento Nacional para transferências do Fundo Petrolífero em 2026, no valor de US\$ 1.719,2 milhões. O referido levantamento corresponde igualmente à primeira transferência realizada no âmbito do exercício orçamental de 2026.

Os recursos provenientes do Fundo Petrolífero financiaram tanto despesas correntes como despesas de capital. As despesas correntes continuaram a assegurar o funcionamento regular da Administração Pública, incluindo salários e remunerações, a prestação de serviços públicos essenciais, saúde, educação e proteção social. Paralelamente, as despesas de capital apoiaram projetos estratégicos destinados a reforçar a capacidade produtiva, promover a diversificação económica e apoiar o desenvolvimento sustentável do país.

No contexto da estrutura económica de Timor-Leste, em que a despesa pública continua a desempenhar um papel relevante na atividade económica, as transferências do Fundo Petrolífero mantiveram-se essenciais para apoiar a estabilidade económica e social durante o período em análise. Contudo, a continuidade da dependência de transferências acima do RSE para o financiamento de despesas correntes continua a refletir pressões estruturais que requerem um ajustamento progressivo, reforço da mobilização de receitas domésticas e uma maior sustentabilidade fiscal no médio e longo prazo.

### **Considerações de Sustentabilidade**

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) continua a constituir a principal referência fiscal estabelecida na Lei do Fundo Petrolífero. O RSE baseia-se na estimativa do retorno real de longo prazo da riqueza petrolífera total e visa preservar o valor real do Fundo para as gerações presentes e futuras.

As transferências acima do RSE permanecem legalmente admissíveis quando devidamente autorizadas pelo Parlamento Nacional. No entanto, representam uma utilização da riqueza petrolífera acima do nível considerado sustentável. Na ausência de novas receitas petrolíferas significativas, a manutenção de levantamentos excessivos poderá reduzir o valor real do Fundo Petrolífero ao longo do tempo e encurtar a sua duração projetada.

O desempenho dos mercados financeiros internacionais continuou a influenciar os resultados do Fundo Petrolífero durante o primeiro trimestre de 2026. Embora os retornos de investimento possam contribuir positivamente para o saldo do Fundo, estes permanecem sujeitos à volatilidade dos mercados globais e não podem ser considerados uma fonte estrutural permanente de financiamento orçamental. Adicionalmente, as persistentes tensões geopolíticas no Médio Oriente e as incertezas no contexto económico internacional continuaram a contribuir para a volatilidade dos mercados financeiros e energéticos globais durante o período em análise, com potenciais impactos sobre o desempenho dos ativos do Fundo Petrolífero e sobre as perspetivas económicas globais.

A sustentabilidade de longo prazo exige, por conseguinte, a manutenção de um equilíbrio prudente entre as necessidades de despesa e a preservação da riqueza petrolífera. Neste contexto, continuam a ser fundamentais o reforço da mobilização de receitas domésticas, incluindo o alargamento da base tributária e futuras reformas fiscais, a melhoria da eficiência da despesa pública e a priorização de investimentos com elevado impacto económico e social.

O Governo mantém igualmente o compromisso de promover uma base económica mais diversificada e menos dependente do setor petrolífero, através do desenvolvimento dos setores produtivos, do fortalecimento institucional e da implementação gradual de reformas estruturais orientadas para a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

### 1. Orçamento Geral do Estado para 2026

#### 1.1 Previsão de Receitas para 2026

O Orçamento Geral do Estado (OGE), segundo o artigo 19.º n.º 1 da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril (LEO), inclui os orçamentos de todos os serviços e entidades que compõem o Setor Público Administrativo, incluindo os serviços sem autonomia financeira, os serviços com autonomia financeira e os serviços e fundos com autonomia financeira e receitas próprias, apresentando de forma individualizada o orçamento da Administração Central, o orçamento da Segurança Social e o orçamento da Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA).

O OGE para 2026, aprovado pela Lei n.º 8/2025, de 27 de novembro, prevê que as receitas e despesas ascendem a US\$2.445,1 milhões. Dos totais das receitas e despesas aprovadas, a Administração Central tem um montante de US\$ 2.214,7 milhões, a Segurança Social um montante de US\$ 170,4 milhões e a RAEOA um montante de US\$ 60,0 milhões.

Para além das receitas aprovadas, conforme se apresenta no quadro n.º4 abaixo, as fontes de receita da Administração Central no orçamento de 2026 totalizam US\$ 2.214,7 milhões, compostas por receitas domésticas de US\$ 253,3 milhões, transferências do Fundo Petrolífero de US\$ 1.719,2 milhões, transferências correntes do exterior no valor de US\$7,9 milhões, empréstimos no valor de US\$ 52,6 milhões e saldo de gerência de US\$ 181,7 milhões. A forte dependência do Fundo Petrolífero para cobrir o défice orçamental é um problema estrutural conhecido, e a agenda de reforma fiscal do Governo visa aumentar progressivamente as receitas domésticas e reforçar a sustentabilidade orçamental.

A previsão de financiamento da RAEOA totaliza US\$ 60,0 milhões, incluindo Transferências Correntes do Ministério das Finanças para a RAEOA de US\$ 30,0 milhões, receitas domésticas de US\$ 5,9 e um Saldo de Gerência de US\$ 24,1 milhões.

Nas receitas da Segurança Social (SS) estão integrados o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS) que são o orçamento do regime contributivo de repartição, o orçamento do regime não contributivo e o orçamento da administração do sistema de segurança social; e no orçamento do *Fundo de Reserva da Segurança Social* (FRSS) inclui-se apenas o orçamento do regime contributivo de capitalização (ou seja, os fundos geridos em capitalização pelo FRSS).

O *Orçamento da Segurança Social* (OSS) total inicialmente aprovado pelo Parlamento Nacional, foi de US\$170,4 milhões referentes ao orçamento total do INSS (exclusivamente administração, uma vez que o regime de capitalização foi excluído do perímetro orçamental).

No total do regime INSS está incluída a previsão de Contribuições para a Segurança Social, no montante de US\$ 46,3 milhões, Taxas, Coimas e outras Penalidades no montante de US\$500,0 e Rendimentos no montante de US\$ 60 mil e US\$ 27,5 milhão de saldo de gerência que não estava previsto no orçamento inicial, mas foi ajustado na alteração orçamental.

A tabela n.º3 apresenta o resumo da Previsão Receitas Inicial e Final do Orçamento Geral do Estado de 2026.

**Tabela n.º3 – Previsão de Receitas de Orçamento Geral do Estado 2026 - (US\$'000')**

Categoria	Administração Central			RAEOA			Segurança Social			Total		
	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Final	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Final	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Final	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Final
Impostos	178.264	0	178.264	0	0	0	0	0	0	178.264	0	178.264
Direitos Aduaneiros de Importação	22.197	0	22.197	0	0	0	0	0	0	22.197	0	22.197
Contribuições e cotizações para a Segurança Social	0	0	0	0	0	0	46.250	0	46.250	46.250	0	46.250
Taxas, coimas e outras penalidades	29.874	0	29.874	202	0	202	1	0	1	30.077	0	30.077
Rendimentos	15.249	0	15.249	5.116	0	5.116	60	0	60	20.425	0	20.425
Venda de Bens e Serviços	7.727	0	7.727	563	0	563	0	0	0	8.290	0	8.290
<b>Total Receitas Domesticas</b>	<b>253.311</b>	<b>0</b>	<b>253.311</b>	<b>5.881</b>	<b>0</b>	<b>5.881</b>	<b>46.311</b>	<b>0</b>	<b>46.311</b>	<b>305.503</b>	<b>0</b>	<b>305.503</b>
<b>Transferencias</b>												
Transferências Correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	543.331	0	543.331	0	0	0	0	0	0	543.331	0	543.331
Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento	1.175.883	0	1.175.883	0	0	0	0	0	0	1.175.883	0	1.175.883

<b>Categoria</b>	<b>Administração Central</b>			<b>RAEOA</b>			<b>Segurança Social</b>			<b>Total</b>		
Sustentável Estimado												
Transferências do Exterior	7.854	0	7.854	0	0	0	0	0	0	7.854	0	7.854
Transferências da Administração Central (RAEOA e INSS)	0	0	0	30.000	0	30.000	124.088	0	124.088	154.088	0	154.088
Transferências correntes da Segurança Social	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0
<b>Total Transferências</b>	<b>1.727.068</b>	<b>0</b>	<b>1.727.068</b>	<b>30.000</b>	<b>0</b>	<b>30.000</b>	<b>124.088</b>	<b>0</b>	<b>124.088</b>	<b>1.881.157</b>	<b>0</b>	<b>1.881.157</b>
Ativos e passivos financeiros	52.587	0	52.587	0	0	0	0	0	0	52.587	0	52.587
Saldo de Gerência	181.723	0	181.723	24.119	0	24.119	0	27.507	27.507	205.841	27.507	233.348
<b>Total de Receitas</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>2.214.689</b>	<b>60.000</b>	<b>0</b>	<b>60.000</b>	<b>170.399</b>	<b>27.507</b>	<b>197.906</b>	<b>2.445.088</b>	<b>27.507</b>	<b>2.472.595</b>

**Nota:** A Lei n.º3/2025, de 23 de abril (nova LEO) entrou em vigor no dia 24 de abril, esta Lei altera o perímetro do Orçamento da Segurança Social, ou seja, em relação à anterior LEO (Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro), a nova LEO determina que o orçamento do FRSS inclui apenas despesas de administração do FRSS (na qualidade de Instituição pública) e exclui o regime de capitalização. Os fundos da segurança social geridos pelo FRSS em regime de capitalização não integram o perímetro do Orçamento da Segurança Social nem do OGE (alínea a) do n.º2 do artigo 2.º; e n.º2 do artigo 22.º)

## 1.2 Dotação de Despesas para 2026

Em termos de despesas, conforme estabelecido na Lei do OGE, o Orçamento do Estado para 2026 prevê uma despesa total para o Setor Público Administrativo de US\$ 2.445,1 milhões para financiar os 81 programas governamentais, que incluem a Administração Central com uma despesa de US\$ 2.214,7 milhões, a Segurança Social com uma despesa de 170,4 milhões, e a a Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (RAEOA) com uma despesa de US\$ 60,0 milhões.

A despesa global total inclui transferências do Ministério das Finanças para o INSS no valor de US\$ 124,1 milhões e para a RAEOA no valor de US\$ 30,0 milhões. Se subtrairmos estes valores, a despesa consolidada total do Setor Público Administrativo é de US\$ 2.291,0 milhões.

Do orçamento total atribuído para 2026, a maior parte destina-se à Administração Central, com US\$ 2.214,7 milhões, dos quais US\$ 384,6 milhões correspondem à Dotação Geral do Estado, US\$ 1.127,5 milhões às Linhas Ministeriais, US\$ 237,3 milhões às Agências Autónomas, US\$ 138,6 milhões aos Municípios e US\$ 326,6 milhões aos Fundos Especiais, incluindo o Fundo de Infraestruturas (FI), o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) e o Fundo Especial de Desenvolvimento do Ataúro (FEDA).

Do orçamento total atribuído ao Fundo de Infraestruturas, no valor de US\$ 301,7 milhões, US\$ 249,1 milhões foram financiados pelo Estado e US\$ 52,6 milhões através de empréstimos.

A dotação orçamental total para a RAEOA é de US\$ 60,0 milhões, divididos em US\$ 22,8 milhões para a Autoridade da RAEOA e 37,2 milhões para o Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA, dos quais US\$ 30 milhões deverão ser transferidos da Administração Central para a RAEOA.

No INSS, a alocação total do orçamento totaliza US\$ 170,4 milhões, incluindo US\$ 334 mil provenientes do Fundo de Reserva de Segurança Social.

O detalhe da execução orçamental comparativa baseia-se no Orçamento Geral do Estado para 2026, aprovado pela Lei n.º 8/2025, de 27 de novembro em comparação com o orçamento aplicado durante o primeiro trimestre de 2025 aprovado pela Lei n.º 8/2024 de 26 de novembro.

**Tabela n.º4 - Dotações totais do OGE original de 2026 em comparação com o OGE original de 2025-(US\$'000')**

Categoria da Dotação	Dotação Inicial 1.º T de 2026	Alterações	Dotação Final 1.º T de 2026	Dotação Final 1.º T de 2025	Variação entre 2026 e 2025
	A	B	C	D	E=C-D
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>					
<b>Dotação Geral do Estado</b>					
Salários e Vencimentos	22.950	11	22.961	23.911	(950)
Bens e Serviços Correntes	96.680	(9.075)	87.604	85.105	2.499
Transferências Públicas	264.947	(420)	264.527	195.444	69.083
Capital Menor	0	11	11	550	(539)
<b>Total do Dotação Geral do Estado</b>	<b>384.577</b>	<b>(9.473)</b>	<b>375.104</b>	<b>305.010</b>	<b>70.093</b>
<b>Linhas Ministériais</b>					
Salários e Vencimentos	317.718	0	317.718	318.182	(464)
Bens e Serviços Correntes	254.691	4.465	259.156	206.459	52.697
Transferências Públicas	433.668	(463)	433.205	456.732	(23.526)
Capital Menor	19.693	678	20.372	8.501	11.870
Capital de Desenvolvimento	101.774	378	102.151	88.212	13.939
<b>Total do Linhas Ministériais</b>	<b>1.127.544</b>	<b>5.058</b>	<b>1.132.602</b>	<b>1.078.086</b>	<b>54.516</b>
<b>Agências Autónomas</b>					
Salários e Vencimentos	98.842	25	98.867	96.432	2.435
Bens e Serviços Correntes	84.045	3.213	87.258	79.598	7.661
Transferências Públicas	35.568	417	35.985	39.010	(3.025)
Capital Menor	13.156	672	13.828	11.545	2.283
Capital de Desenvolvimento	5.711	89	5.800	5.661	139
<b>Total do Agências Autónomas</b>	<b>237.322</b>	<b>4.415</b>	<b>241.738</b>	<b>232.246</b>	<b>9.492</b>
<b>Municípios</b>					
Salários e Vencimentos	32.195	0	32.195	35.460	(3.265)
Bens e Serviços Correntes	14.931	(152)	14.779	15.497	(718)
Transferências Públicas	62.361	0	62.361	57.028	5.333
Capital Menor	2.940	100	3.040	2.383	658
Capital de Desenvolvimento	26.216	52	26.268	13.257	13.011
<b>Total do Municípios</b>	<b>138.643</b>	<b>0</b>	<b>138.643</b>	<b>123.624</b>	<b>15.019</b>

Categoria da Dotação	Dotação Inicial 1.º T de 2026	Alterações	Dotação Final 1.º T de 2026	Dotação Final 1.º T de 2025	Variação entre 2026 e 2025
	A	B	C	D	E=C-D
<b>Fundo Special</b>					
<b>Fundo Infraestrutura</b>					
Salários e Vencimentos	1.224	0	1.224	932	292
Bens e Serviços Correntes	354	0	354	471	(118)
Capital Menor	100	0	100	50	50
Capital de Desenvolvimento	300.000	0	300.000	310.750	(10.750)
<b>Total do FI</b>	<b>301.678</b>	<b>0</b>	<b>301.678</b>	<b>312.204</b>	<b>(10.526)</b>
<b>Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano</b>					
Salários e Vencimentos	1.036	0	1.036	1.208	(172)
Bens e Serviços Correntes	2.440	0	2.440	4.503	(2.063)
Transferências Públicas	17.139	0	17.139	13.262	3.878
<b>Total do FDCH</b>	<b>20.616</b>	<b>0</b>	<b>20.616</b>	<b>18.974</b>	<b>1.642</b>
<b>Fundo Especial de Desenvolvimento Atauro</b>					
Salários e Vencimentos	217	0	217	250	(34)
Bens e Serviços Correntes	596	0	596	689	(93)
Transferências Públicas	500	0	500	0	500
Capital Menor	50	0	50	0	50
Capital de Desenvolvimento	2.947	0	2.947	1.899	1.048
<b>Total do FEDA</b>	<b>4.309</b>	<b>0</b>	<b>4.309</b>	<b>2.838</b>	<b>1.471</b>
<b>RAEOA</b>					
<b>Autoridade RAEOA-ZEESM</b>					
Salários e Vencimentos	8.211	0	8.211	14.662	(6.451)
Bens e Serviços Correntes	6.780	0	6.780	10.125	(3.345)
Transferências Públicas	4.275	0	4.275	4.214	61
Capital Menor	2.572	0	2.572	0	2.572
Capital de Desenvolvimento	951	0	951	7.000	(6.049)
<b>Total da Autoridade RAEOA-ZEESM</b>	<b>22.789</b>	<b>0</b>	<b>22.789</b>	<b>36.001</b>	<b>(13.212)</b>
<b>Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno</b>					
Salários e Vencimentos	321	0	321	711	(390)
Bens e Serviços Correntes	12.796	0	12.796	11.074	1.721
Transferências Públicas	1.435	0	1.435	1.363	72

Categoria da Dotação	Dotação Inicial 1.º T de 2026	Alterações	Dotação Final 1.º T de 2026	Dotação Final 1.º T de 2025	Variação entre 2026 e 2025
	A	B	C	D	E=C-D
Capital Menor	429	0	429	0	429
Capital de Desenvolvimento	22.231	0	22.231	13.032	9.198
<b>Total do Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA</b>	<b>37.211</b>	<b>0</b>	<b>37.211</b>	<b>26.180</b>	<b>11.031</b>
<b>INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL</b>					
<b>Segurança Social</b>					
<b>Instituto Nacional de Segurança Social</b>					
Salários e Vencimentos	2.017	0	2.017	2.477	(459)
Bens e Serviços Correntes	1.149	333	1.482	1.520	(38)
Transferências Públicas	167.233	27.173	194.406	172.016	22.390
Capital Menor	0	1	1	53	(52)
Capital de Desenvolvimento	0	0	0	250	(250)
<b>Total do INSS</b>	<b>170.399</b>	<b>27.507</b>	<b>197.906</b>	<b>176.316</b>	<b>21.590</b>
<b>Total da Administração Central</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>2.214.689</b>	<b>2.072.981</b>	<b>141.708</b>
<b>Total da RAEOA</b>	<b>60.000</b>	<b>0</b>	<b>60.000</b>	<b>62.181</b>	<b>(2.181)</b>
Transferência da Administração Central para RAEOA	30.000	0	30.000	10.000	20.000
<b>Total da Segurança Social</b>	<b>170.399</b>	<b>27.507</b>	<b>197.906</b>	<b>482.009</b>	<b>(284.103)</b>
Transferência da Administração Central para o SS	124.088	0	124.088	124.250	(162)
<b>Total Consolidado do INSS</b>	<b>46.311</b>	<b>27.507</b>	<b>73.817</b>	<b>357.759</b>	<b>(283.941)</b>
<b>Total Global (AC+RAEOA+SS)</b>	<b>2.445.088</b>	<b>27.507</b>	<b>2.472.595</b>	<b>2.617.171</b>	<b>(144.576)</b>
<b>Total Consolidado (AC+RAEOA+SS)</b>	<b>2.291.000</b>	<b>27.507</b>	<b>2.318.507</b>	<b>2.482.921</b>	<b>(164.414)</b>

## 2. Alterações Orçamentais Aprovadas pelo Governo

### 2.1 Alterações Orçamentais da Administração Central e RAEOA

Ao longo do ano de 2026, para ajustar a gestão orçamental da Administração Central e da RAEOA dos programas aprovados, procedeu-se às necessárias alterações orçamentais, da competência do Governo nos termos previstos no artigo 48.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, Lei de Enquadramento

do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública. De acordo com o artigo 45.º da referida Lei, relativo ao reporte e avaliação de desempenho, o Governo envia trimestralmente, o relatório de desempenho dos programas orçamentais e da execução orçamental acumulada do respetivo exercício ao Parlamento Nacional, até dois meses após o fim do trimestre, abrangendo duas naturezas distintas:

- a) As alterações que consistam em transferências de verbas entre títulos orçamentais, quando tenham origem na “Dotação Geral do Estado”;
- b) As alterações entre categorias ou rubricas, dentro dos limites legalmente previstos e sem impacto no total do orçamento.

No primeiro tipo de alteração, foram realizadas transferências de verbas entre títulos orçamentais de origem na Dotação Geral do Estado, com montante de US\$ 9.5 milhões e as transferências para as Linhas Ministeriais e Agências Autónomas aumentaram para US\$5.1 milhões e US\$ 4.4 milhões, respetivamente. Isto significa que as transferências da Dotação Geral do Estado aumentaram o total do orçamento das Linhas Ministeriais e Agências Autónomas. Os detalhes sobre as transferências da Dotação Geral do Estado podem ser analisados na tabela abaixo.

**Tabela n.º5 – Alteração da Dotação Geral do Estado-(US\$'000')**

Beneficiária	Descrição	Montante
<b>Linhas Ministeriais</b>		
Primeiro-Ministro	<p>Alteração orçamental da DGE para a Divisão de Serviços Jurídicos do Gabinete do Primeiro-Ministro Adjunto (GPM), no âmbito de contrato de prestação de serviços jurídicos especializados relacionados com o Projeto Proteus, incluindo apoio aos processos de delimitação definitiva das fronteiras terrestres e marítimas, bem como outros serviços jurídicos prestados ao Governo de Timor-Leste em processos internacionais e judiciais relevantes, de US\$ 4.490.</p> <p>Alteração orçamental adicional da DGE para a Divisão de Serviços Jurídicos do Gabinete do Primeiro-Ministro Adjunto (GPM), destinada ao reforço da dotação orçamental,</p>	4.989

Beneficiária	Descrição	Montante
	incluindo honorários profissionais, para cobertura de despesas incorridas durante o corrente ano. Processo: n.º 2026-013-BCUV-00006, no montante de US\$ 499.	
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	Alteração orçamental da Dotação Geral do Estado (DGE) – Fundo de Resposta a Emergências – para o título orçamental da SEFOPE, com base no pedido n.º 132/Sec.Estado-SEFOPE/IXGC/X/2025, de 29 de outubro, e no Parecer Jurídico do Ministério das Finanças, de 17 de novembro, destinada ao pagamento de despesas de hospitalização e tratamento médico com recursos do Fundo de Contingência.	69
<b>Agências Autónomas</b>		
Presidência da República	Alteração orçamental da Dotação Geral do Estado (DGE) para a rubrica orçamental do Gabinete da Presidência da República, com base no pedido n.º 109/DG/CCC/01/2026, de 27 de janeiro, destinada ao reforço do apoio orçamental para assegurar a cobertura de despesas relacionadas com a produção de escultura simbólica institucional.	420
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	Reafectação orçamental para o STAE/MAE, com base no pedido Ref.ª n.º 23/M-MAE/1/2026, de 14 de janeiro, destinada a apoiar os preparativos iniciais e as atividades operacionais relacionadas com a organização das Eleições Presidenciais de 2027, incluindo medidas de coordenação	3.995

Beneficiária	Descrição	Montante
	administrativa e logística.	
<b>Total</b>		<b>9.473</b>

No segundo tipo de alteração, durante o período em análise e já em fase de execução orçamental, a maioria das alterações realizadas ocorreu dentro do mesmo programa e da mesma categoria de despesa. Estas alterações cumpriram os limites estipulados por lei, sem qualquer impacto no total do orçamento da Administração Central e da RAEOA. Ademais, não houve lugar a alterações orçamentais com origem nas categorias de despesa Salários e Vencimentos e Capital de Desenvolvimento para outras categorias, em estrito cumprimento do disposto no n.º.3 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2025.

**Tabela n.º6 – Alterações entre categorias ou rubricas-(US\$'000')**

Categoria	Dotação Inicial A	Alterações B	% de Limite C=B/A	Dotação Final D=A+B
Salários e Vencimentos	474.182	36	0%	474.218
Bens e Serviços Correntes	453.737	(1.549)	0%	452.187
Transferências Públicas	814.184	(466)	0%	813.718
Capital Menor	35.939	1.461	4%	37.400
Capital de Desenvolvimento	436.647	518	0%	437.166
<b>Total AC</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>2.214.689</b>
Salários e Vencimentos	8.532	0	0%	8.532
Bens e Serviços Correntes	19.575	0	0%	19.575
Transferências Públicas	5.710	0	0%	5.710
Capital Menor	3.001	0	0%	3.001
Capital de Desenvolvimento	23.182	0	0%	23.182
<b>Total RAEOA</b>	<b>60.000</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>60.000</b>
<b>Total</b>	<b>2.274.689</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>2.274.689</b>

As alterações orçamentais entre categorias no orçamento da Administração Central resultaram numa redução nas categorias Bens e Serviços Correntes US\$ 1,5 milhões e Transferências Pública US\$ 466 mil, para reforço de categoria Salários e Vencimentos de US\$ 36 mil, Capital Menor de US\$ 1,5 milhões e Capital de Desenvolvimento US\$ 518 mil.

As alterações orçamentais entre categorias no orçamento da RAEOA ainda não foram realizadas durante o primeiro trimestre, uma vez que não surgiu necessidade de proceder a quaisquer ajustamentos orçamentais nesse período.

Cumpra-se, assim, o disposto no n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 3/2025. O Anexo 1 apresenta todas as alterações nas despesas de cada entidade e a respetiva justificação, durante o ano 2026.

## **2.2 Alterações Orçamentais do Segurança Social**

O Orçamentais do Segurança Social (OSS) total inicialmente aprovado pelo Parlamento Nacional, foi de US\$170.7 milhões nas receitas e nas despesas (Lei n.º8/2025, de 27 de novembro): US\$170.4 milhões referentes ao orçamento total do INSS; e US\$ 333.8 mil referentes ao orçamento total do FRSS (exclusivamente administração, uma vez que o regime de capitalização foi excluído do perímetro orçamental).

Este montante total do OSS inclui o montante de US\$333.8 mil relativo às transferências correntes do INSS para o FRSS, para realização de despesas de administração. Por isso, para uma análise mais correta do orçamento e da execução orçamental, devemos focar-nos no OSS consolidado.

Ao longo do primeiro trimestre de 2026, foram realizadas alterações orçamentais da competência do Governo, que incluíram:

- Alterações relativas à integração do saldo transitado de 2025, para transferir para o regime de capitalização (gerido no FRSS), nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, da Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública (LEO). Esta alteração implicou um aumento do total do OSS, por via da integração do saldo de gerência do ano anterior e da sua aplicação em despesa. Assim, o OSS consolidado corrigido é de US\$ 197.905.769,44, ou seja mais US\$ 27.506.564,44 do que o OSS inicialmente aprovado: este aumento deve-se ao saldo de gerência apurado no final de 2025 a transitar para 2026;
- Alterações entre rubricas dentro da categoria da despesa de “Salários e Vencimentos”, e dentro do mesmo programa, subprograma e atividade, no estrito cumprimento dos limites previstos na lei. Estas alterações orçamentais foram aprovadas pelo Presidente do Conselho de Administração do INSS, conforme previsto no n.º 7 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º42/2025, de 15 de dezembro.

*Fonte: Informação Fornecida pelo INSS*

### 3. Utilização da Reserva de Contingência

Nos termos do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 42/2025, de 15 de dezembro, sobre regulamentação da Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, define regras claras e rigorosas sobre a utilização da Reserva de Contingência. O n.º 1 do presente artigo estabelece que, “Em caso de necessidade urgente e imprevista podem ser transferidos fundos da dotação orçamental “Reserva de Contingência”, inscrita como despesa no orçamento da Administração Central, no título “Dotação Geral do Estado”, programa “Contingência”, para dotações orçamentais dos orçamentos dos serviços e entidades dos subsetores da Administração Central, da Segurança Social e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, a pedido destes. No n.º 4 do referido artigo determina-se que “A reserva de contingência não deve ser utilizada para financiar serviços correntes do serviço ou entidade que deveriam ter sido devidamente inscritos no respetivo orçamento, salvo por razões de segurança nacional, estado de sítio, estado de emergência ou em caso de perigo para a vida humana.” O n.º 6 do mesmo artigo estipula que “Os serviços e entidades devolvem a conta do Tesouro as verbas não gastas da reserva de contingência”. Por fim, o n.º 8 do artigo acima citado refere que “Os pedidos de utilização da reserva de contingência são autorizados pelo Primeiro-Ministro.”

Durante o ano de 2026, o Governo seguiu rigorosamente estas disposições legais ao efetuar as seguintes transferências da Reserva de Contingência:

#### **Transferência do fundo de Reserva de Contingência para a Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego.**

Durante o primeiro trimestre, os recursos do Fundo de Contingência foram utilizados pela SEFOPE para o reembolso de despesas relacionadas com a prestação de serviços de saúde, conforme apresentado na tabela seguinte, a qual demonstra as despesas efetuadas através do Fundo de Contingência durante o primeiro trimestre de 2026.

**Tabela n.º7 - Utilização da Reserva de Contingência ao primeiro trimestre de 2026 - (US\$'000)**

Entidade Beneficiadora	Categoria Bens e Serviços Correntes	Dotação Final	Execução	% Execução	Descrição
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	Contingência Reembolso de Serviços de Saúde	69	65	94%	Pagamento de reembolso de serviços médicos
<b>Total</b>		<b>69</b>	<b>65</b>	<b>94%</b>	

## **4. A Execução do Orçamento Geral do Estado para 2026**

### **4.1 Execução Consolidada do Setor Público Administrativo**

Nesta seção, demonstrada-se a arrecadação de receitas e a realização de despesas do Setor Público Administrativo no primeiro trimestre de 2026. Durante este período, o Orçamento Geral do Estado apresentou a execução que se descreve em seguida:

#### **4.1.1 Execução Orçamental das Receitas do Setor Público Administrativo**

No primeiro trimestre de 2026, a receita global arrecadada do Setor Público Administrativo somou US\$ 525,0 milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 21%. Este montante incluiu a transferências de US\$ 52,8 milhões da Administração Central para o INSS. Se retiramos este montante ficamos com US\$ 472,3 milhões e com uma taxa de execução de 20%.

Neste trimestre, o regime de capitalização (FRSS) ter saído do perímetro orçamental e por isso já não pode ser integrado na tabela seguinte.

A Administração Central apresenta uma taxa de execução de 17% (US\$ 387 milhões), enquanto a Segurança Social apresenta uma elevada taxa de execução de 53% (US\$ 104,9), Isso se deve principalmente à transferência da Administração Central para o INSS, que atingiu 50%, da dotação prevista sendo 43% provenientes da transferência do ano corrente e 7% do saldo em caixa acumulado para este ano, além da arrecadação de contribuições de empregados e empregadores, totalizando US\$ 52 milhões.

Entretanto, a transferência orçamental para a RAEOA ainda não foi efetuada, uma vez que o saldo de caixa da Região existente até ao final do primeiro trimestre era suficiente para assegurar a cobertura das respetivas despesas. Além disso, a Região Administrativa Especial de Oecússi Ambeno (RAEOA) já registou receitas próprias e financiamento totalizando US\$ 33,2 milhões em arrecadação, sendo US\$ 43 mil provenientes de impostos e US\$ 33,1 milhões de saldos gerência do ano anterior.

A tabela seguinte ilustra a execução das receitas nos diferentes Subsetores do Setor Público Administrativo em 2026.

**Tabela n.º8 – Receita arrecadadas no Setor Público Administrativo 2026-(US\$'000')**

<b>Categoria</b>	<b>Dotação Inicial A</b>	<b>Dotação Final B</b>	<b>Execução C</b>	<b>% Execução D=C/B</b>
<b>RECEITAS</b>				
<b>Administração Central</b>				
<i>Receitas petrolíferas</i>	1.719.214	1.719.214	200.000	12%
<i>Receitas não petrolíferas</i>	495.475	495.475	186.975	38%
<b>Total Administração Central</b>	<b>2.214.689</b>	<b>2.214.689</b>	<b>386.975</b>	<b>17%</b>
<b>Segurança Social</b>				
<i>Transferência da Administração Central</i>	124.088	124.088	52.752	43%
<i>Receitas próprias INSS</i>	46.311	73.817	52.113	71%
<b>Total Segurança Social</b>	<b>170.399</b>	<b>197.906</b>	<b>104.866</b>	<b>53%</b>
<b>Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)</b>				
<i>Transferência da Administração Central</i>	30.000	30.000	-	0%
<i>Receitas próprias</i>	30.000	30.000	33.171	111%
<b>Total RAEOA</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>33.171</b>	<b>55%</b>
<b>Receita global</b>	<b>2.445.088</b>	<b>2.472.595</b>	<b>525.011</b>	<b>21%</b>
<b>Receita global consolidada</b>	<b>2.291.000</b>	<b>2.318.507</b>	<b>472.259</b>	<b>20%</b>

#### **4.1.2 Execução Orçamental das Despesas do Setor Público Administrativo**

As despesas globais realizadas no primeiro trimestre ascenderam a US\$ 339,1 milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 14%. Isso se deve principalmente à transferência da Administração Central para o INSS, que atingiu 50%, sendo 43% provenientes da transferência do ano corrente e 7% do saldo em caixa acumulado para este ano, entretanto, a transferência para a RAEOA ainda não foi efetuada. Se substituíssemos este valor, a despesa consolidada fixa-se em US\$ 312 milhões, com uma taxa de execução de 13%.

O montante global inclui a Administração Central com US\$ 278,5 milhões (13%), o que já abrange a transferência da Administração Central para o INSS com US\$ 52,8 milhões. Por sua vez, o subsetor do INSS registou uma despesa de US\$ 56 milhões (28%) e a RAEOA com US\$ 4,6 milhões (8%).

Salientar também que neste trimestre, o regime de capitalização (FRSS) ter saído do perímetro orçamental e por isso já não pode ser integrado no seguinte tabela, mas apresenta num ponto específico sobre o regime de capitalização na parte da Execução Orçamental do INSS incluindo a carteira de investimentos.

A tabela seguinte ilustra a execução das despesas nos diferentes Subsetores do Setor Público Administrativo em 2026.

**Tabela n.º9 – Despesa Realizadas do Setor Público Administrativo 2026-(US\$'000')**

<b>Categoria</b>	<b>Dotação Inicial A</b>	<b>Dotação Final B</b>	<b>Execução C</b>	<b>% Execução D=C/B</b>
<b>DESPESAS</b>				
<b>Administração Central</b>				
Despesa. exceto transferências para a Segurança Social e RAEOA	2.060.601	2.060.601	225.720	11%
Transferência para a Segurança Social	124.088	124.088	52.752	43%
Transferência para a RAEOA	30.000	30.000	0	0%
<b>Total Administração Central</b>	<b>2.214.689</b>	<b>2.214.689</b>	<b>278.472</b>	<b>13%</b>
<b>Segurança Social</b>				
Despesa INSS financiada por Receitas Próprias	45.977	73.484	28.836	39%
Despesa FRSS financiada por Receitas Próprias	334	334	45	14%
Despesa financiada por transferência da Administração Central	124.088	124.088	27.122	22%
<b>Total Segurança Social</b>	<b>170.399</b>	<b>197.906</b>	<b>56.003</b>	<b>28%</b>
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)				
Despesa financiada por Receitas Próprias	30.000	30.000	4.640	15%
Despesa financiada por transferência da Administração Central	30.000	30.000	0	0%
<b>Total RAEOA</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>4.640</b>	<b>8%</b>
<b>Despesa global</b>	<b>2.445.088</b>	<b>2.472.595</b>	<b>339.115</b>	<b>14%</b>
<b>Despesa global consolidada</b>	<b>2.291.000</b>	<b>2.318.507</b>	<b>311.993</b>	<b>13%</b>

## **4.2 Execução Orçamental das Receitas e Despesas da Administração Central**

### **4.2.1 Execução Orçamental das Receitas por Categoria da Administração Central**

No primeiro trimestre de 2026, a cobrança total de receitas atingiu os US\$ 387 milhões representando 17% do orçamento total de receitas de US\$ 2.214,7 milhões. Este valor total inclui transferências do Fundo Petrolífero, no montante de US\$ 200,0 milhões, e os Passivos Financeiros no valor de US\$ 2.495,7 milhões.

Os levantamentos do Fundo Petrolífero foram executados dentro da estrutura legal e devidamente monitorizados, e a estrutura melhorada adotada em 2026 aumenta a documentação e o escrutínio destas decisões. A tabela seguinte mostra um resumo da execução do orçamento de receitas do Administração Central até ao final do primeiro trimestre de 2026.

Tabela n.º10 - Receitas arrecadadas até o final do primeiro trimestre de 2026 do Administração Central-(US\$'000)

Categoria	Administração Central 2026					Administração Central 2025			Variação entre 2026 e 2025 (\$'000)	
	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Dotação Final F	Execução G	% Execução H=G/F	USD I=D-G	% J=I/G
<b>Receitas por Classificação Económica</b>										
<b>Impostos</b>	178.264	0	178.264	38.028	21%	185.494	51.770	28%	(13.742)	(27%)
<b>Direitos Aduaneiros de Importação</b>	22.197	0	22.197	4.291	19%	26.586	4.068	15%	223	5%
<b>Taxas, coimas e outras penalidades</b>	29.874	0	29.874	1.597	5%	28.873	3.660	13%	(2.063)	(56%)
<b>Rendimentos</b>	15.249	0	15.249	811	5%	7.257	2.335	32%	(1.524)	(65%)
<b>Venda de Bens e Serviços</b>	7.727	0	7.727	27	0%	9.697	147	2%	(120)	(81%)
<b>Transferências</b>	1.727.068	0	1.727.068	200.000	12%	1.570.074	250.000	16%	(50.000)	(20%)
Transferências Correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	543.331	0	543.331	200.000	37%	551.950	250.000	45%	(50.000)	(20%)
Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	1.175.883	0	1.175.883	0	0%	1.009.124	0	0%	0	0%
Transferências do Exterior	7.854	0	7.854	0	0%	9.000	0	0%	0	0%
<b>Passivos Financeiros</b>	52.587	0	52.587	2.496	5%	45.000	2.431	5%	(2.099)	(86%)
<b>Reposições não Abatidas nos Pagamentos</b>	0	0	0	0	0%	0	1.404	0%	(1.404)	(100%)
<b>Saldo de Gerência</b>	181.723	0	181.723	139.724	77%	200.000	0	0%	0	0%
<b>Total de Receitas</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>2.214.689</b>	<b>386.975</b>	<b>17%</b>	<b>2.072.981</b>	<b>315.815</b>	<b>15%</b>	<b>(69.324)</b>	<b>(22%)</b>

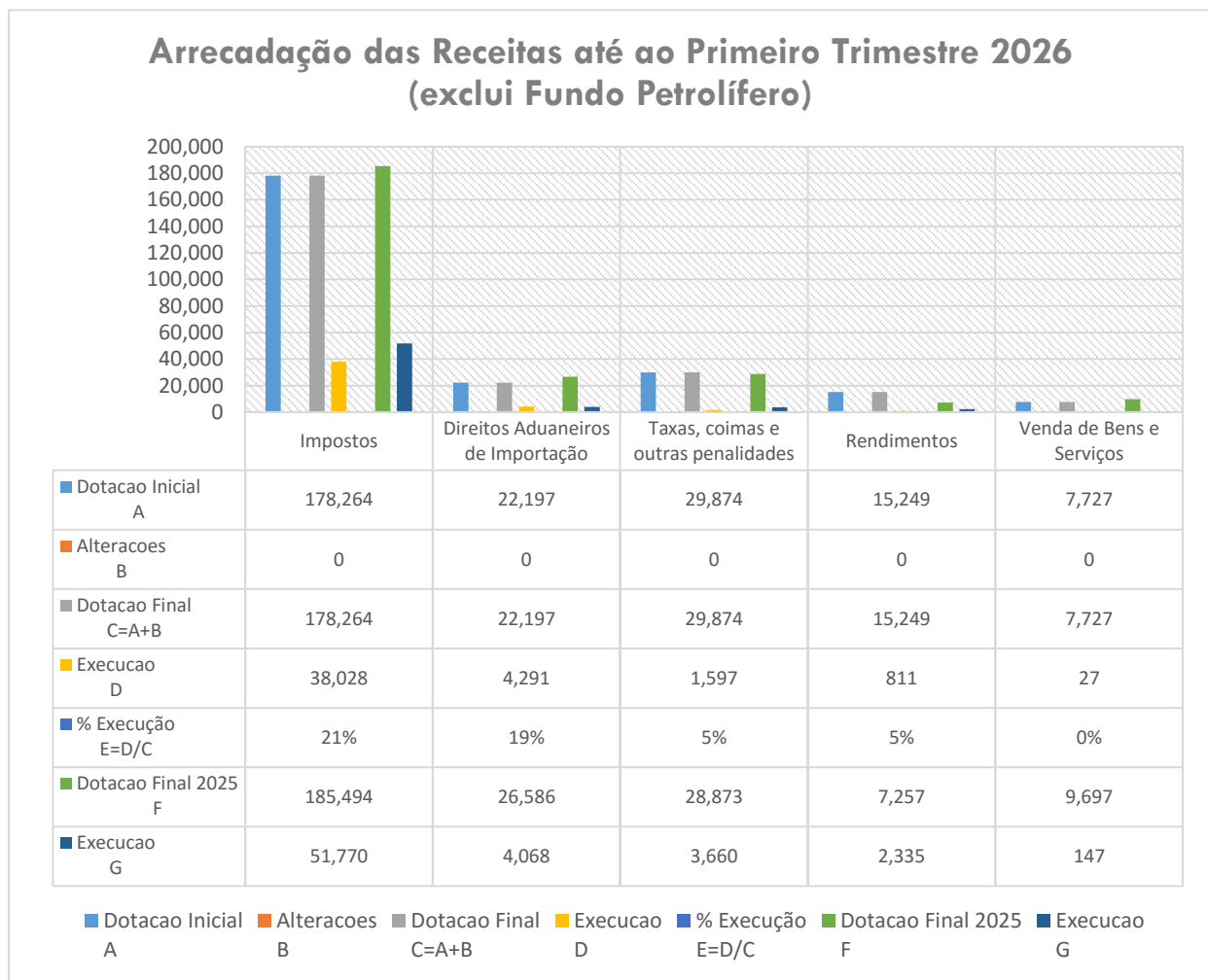
A previsão orçamental para a receita doméstica em 2026, de US\$ 253,3 milhões, é ligeiramente inferior à meta de receita doméstica de US\$ 257,9 milhões em 2025. No primeiro trimestre de 2026, a receita doméstica arrecadada situou-se abaixo da meta proporcional, atingindo cumulativamente apenas US\$ 44,7 milhões (18%), em comparação com os US\$ 61,9 milhões arrecadados durante o ano fiscal de 2025.

Dentro das categorias de receitas, a receita combinada de impostos e taxas alfandegárias fixou-se em US\$ 42,3 milhões, em comparação com os US\$ 55,8 milhões arrecadados em 2025.

As receitas não fiscais, incluindo taxas, coimas e outras penalizações, registadas no primeiro trimestre de 2026 também foram inferiores às receitas do ano anterior, atingindo os US\$2.4 milhões, em comparação com os US\$ 6.1 milhões obtidos em 2025.

A tabela acima também mostra que as transferências do Fundo Petrolífero totalizaram US\$ 200 milhões até ao final do primeiro trimestre de 2026, montante integralmente enquadrado no Rendimento Sustentável Estimado (RSE) de US\$ 543,3 milhões, e inferior ao nível de transferências registado no mesmo período de 2025.

**Gráfico n.º4 – Arrecadação das Receitas até ao Primeiro Trimestre**



Esta secção fornece uma análise detalhada da cobrança de receitas durante o período em análise.

**Impostos:** Até ao final do primeiro trimestre de 2026, a cobrança total de impostos e direitos aduaneiros de importação atingiu US\$ 42,3 milhões, correspondendo a uma taxa de execução de 21% face à dotação final de US\$ 200,5 milhões. As principais fontes de arrecadação incluíram o Imposto Seletivo de Consumo, o Imposto sobre o Rendimento, o Imposto sobre os Salários e os Direitos Aduaneiros de Importação.

**Tabela n.º11- Cobrança de impostos até ao final do primeiro trimestre de 2026 da Administração Central- (US\$'000')**

Receitas de Impostos	Dotacao Final A	Execução B	% Execução C=B/A
<b>Impostos</b>	<b>178.264</b>	<b>38.028</b>	<b>21%</b>
Impostos Sobre Serviços	8.257	1.940	23%
Imposto Seletivo de Consumo	64.196	14.055	22%
Imposto Sobre Vendas	22.870	4.816	21%
Imposto Sobre Salários	24.665	7.424	30%
Imposto Sobre o Rendimento	58.275	9.564	16%
Outros Impostos	0	228	0%
<b>Direitos Aduaneiros de Importação</b>	<b>22.197</b>	<b>4.291</b>	<b>19%</b>
Direitos Aduaneiros de Importação	22.197	4.291	19%
<b>Total</b>	<b>200.461</b>	<b>42.319</b>	<b>21%</b>

**Impostos sobre serviços:** Estes impostos aplicam-se à prestação de serviços específicos, como estadias em hotéis e passagens aéreas. A receita proveniente deste imposto durante o primeiro trimestre totalizou US\$1.9 milhões, representando aproximadamente 23% da previsão orçamental.

**Imposto seletivo de consumo:** Este imposto aplica-se a determinados bens importados para Timor-Leste ou retirados de um armazém por um produtor registado e destinados ao consumo em Timor-Leste. A receita do Imposto Seletivo sobre o Consumo no primeiro trimestre do ano fiscal foi de US\$14.1 milhões, representando 22% da meta anual de US\$64.2 milhões.

**Imposto sobre as vendas:** O imposto sobre as vendas é cobrado na alfândega durante a fase de importação. A receita registada nesta subcategoria totaliza US\$4.8 milhões, ou 21% da previsão orçamental de US\$22.9 milhões.

Existem dois métodos de cobrança do imposto sobre salários, conforme descrito a seguir:

**Imposto sobre os salários:** Este imposto incide sobre o rendimento recebido pelos empregados sob a forma de salários ou vencimentos que excedam o limite mínimo de isenção. Estes impostos são retidos pelos empregadores e depositados nas contas de receitas do Governo.

No final do primeiro trimestre, a cobrança nesta conta totalizou US\$7.4 milhões, contra uma previsão orçamental de US\$24.7 milhões (aproximadamente 30% do orçamento).

**Imposto de rendimento:** O imposto sobre o rendimento é a forma mais abrangente de tributação directa em Timor-Leste, englobando os impostos sobre o rendimento e o imposto retido na fonte sobre as actividades comerciais. A receita de US\$9,6 milhões nesta categoria é aproximadamente 16% superior à meta anual de US\$58,3 milhões.

**Taxas, coimas e outras penalidades:** A receita cobrada nesta categoria durante o primeiro trimestre do ano fiscal de 2026 totalizou US\$1.6 milhões, representando 5% da previsão anual de 29,9 milhões para a categoria.

**Tabela n.º12 – Receitas provenientes de taxas, coimas e penalidades até ao final do primeiro trimestre de 2026 da Administração Central-(US\$'000')**

Receitas de Taxas, Coimas e Outras Penalidades	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A
<b>Taxas</b>	<b>24.689</b>	<b>1.553</b>	<b>6%</b>
Taxas Ambientais	0	5	0%
Taxas de Estacionamento	46	0	0%
Taxas de Justiça	0	32	0%
Taxas de Publicidade	129	1	0%
Taxa de passaporte	5.075	0	0%
Taxas de Entrada e Vistos	3.152	0	0%
Taxas de Registo	2.108	3	0%
Taxas Portuárias	4.163	156	4%
Taxas Sobre Atividade Floresta	39	0	0%
Taxas Sobre Actividades Extrativas	2.210	0	0%
Taxas Sobre Telecomunicações	0	0	0%
Taxas Sobre Transportes	7.516	635	8%
Taxas Sobre Jogos Sociais	0	343	0%
Propinas	1	378	75521%
Outras Taxas	248	0	0%
<b>Coimas e Outras Penalidades</b>	<b>5.186</b>	<b>44</b>	<b>1%</b>
Coimas Decorrentes do Código da Estrada	595	22	4%
Outras Coimas e Penalidades	4.591	22	0%

Receitas de Taxas, Coimas e Outras Penalidades	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A
<b>Total</b>	<b>29.874</b>	<b>1.597</b>	<b>5%</b>

As taxas sobre transporte registraram a maior contribuição nesta categoria, com US\$ 635 mil (8% de execução), seguidos pelas taxas portuárias, com US\$ 156 mil (4%).

Em contrapartida, a maioria das outras categorias de taxas, incluindo passaportes, emissão de vistos e taxas de entrada, registo, telecomunicações e atividades extrativas, registrou arrecadação nula ou insignificante, indicando fraca mobilização de receita em diversas áreas administrativas importantes.

Na categoria de multas e outras penalidades, a execução também foi muito baixa, de 1%, refletindo a limitada arrecadação de receita proveniente de atividades de fiscalização.

Observa-se que a categoria “Propinas” apresenta uma taxa de execução excepcionalmente alta. Contudo este comportamento é impulsionada por uma base orçamental muito pequena, e deve ser interpretada com cautela, pois não representa um fluxo de receita significativo em termos absolutos.

De modo geral, a baixa taxa de execução destaca o fraco desempenho da arrecadação de taxas na maioria das categorias, com a arrecadação concentrada em apenas algumas áreas. Isso sugere a necessidade de fortalecer a administração tributária, os mecanismos de fiscalização e a eficiência da arrecadação para melhorar o desempenho fiscal nos próximos trimestres.

**Tabela n.º13 - Receitas de Rendimentos até ao final do primeiro trimestre de 2026 da Administração Central-(US\$'000')**

Receitas de Rendimentos	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A
<b>Rendas</b>	<b>8.702</b>	<b>14</b>	<b>0%</b>
Arrendamento de Bens Imóveis de Média e Longa Duração	6.317	0	0%
Arrendamento de Bens Imóveis de Média e Curta Duração	2.127	14	1%
Aluguer de Bens Móveis de Média e Longa Duração	257	0	0%
Aluguer de Bens Móveis de Média e Curta Duração	2	0	0%
<b>Juros</b>	<b>6.547</b>	<b>797</b>	<b>12%</b>
Juros	6.547	797	12%
<b>Total</b>	<b>15.249</b>	<b>811</b>	<b>5%</b>

A execução das receitas de rendimentos durante o trimestre permaneceu muito baixa, com uma arrecadação total de US\$ 811mil, representando apenas 5% da dotação orçamental total de US\$ 15.2 milhões.

O fraco desempenho deve-se, principalmente, à categoria de arrendamentos (Rendas), que registraram execução praticamente nula (US\$ 14 de um total de US\$ 8.7 milhões; 0% de

execução), sobretudo devido à ausência de receitas provenientes de contratos de arrendamento de médio e longo prazo e à arrecadação mínima de contratos de arrendamento de curto prazo.

Em contrapartida, as receitas de juros (Juros) apresentaram desempenho relativamente melhor, atingindo US\$ 797 mil de um orçamento de US\$ 6.547 milhões (12% de execução), tornando-se a principal contribuinte para a realização de receitas dentro dessa categoria.

**Tabela n.º14 – Receitas de Vendas de Bens e Serviços até ao final do primeiro trimestre de 2026 da Administração Central-(US\$'000)**

<b>Receitas de Venda de Bens e Serviços</b>	<b>Dotação Final A</b>	<b>Execução B</b>	<b>% Execução C=B/A</b>
<b>Venda de Bens Correntes</b>	<b>4.057</b>	<b>8</b>	<b>0%</b>
Formulários e Impressos	127	7	6%
Produtos Alimentares e Bebidas	3.925	0	0%
Bens públicos	4	1	14%
<b>Vendas de Bens de Capital</b>	<b>3.251</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Terrenos	4	0	0%
Veículos civis	3.110	0	0%
Mobiliário	137	0	0%
<b>Serviços Correntes</b>	<b>419</b>	<b>20</b>	<b>5%</b>
Serviços de Laboratórios	0	0	0%
Atividades de Saúde	339	19	6%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	35	1	2%
Serviços de correio	46	0	0%
<b>Total</b>	<b>7.727</b>	<b>27</b>	<b>0%</b>

A execução das receitas provenientes da venda de bens e serviços durante o primeiro trimestre permaneceu muito fraca, com um recebimento total de apenas US\$ 27 mil, representando uma taxa de execução próxima de 0% em relação a uma dotação orçamental de US\$ 7.7 milhões.

Na venda de bens correntes, a execução foi mínima, de US\$ 8 mil (0%) e venda de bens de capital, não houve qualquer arrecadação de receita, apesar de uma dotação orçamental de US\$ 3.2 milhões, indicando realização zero em todas as categorias, incluindo terrenos, veículos civis e mobiliário. Nos serviços correntes, a execução atingiu US\$ 20 mil (5%).

De um modo geral, os resultados indicam um nível muito baixo de mobilização de receitas, com a maioria das categorias a apresentar execução nula ou próxima de zero, particularmente na venda de bens e ativos fixos, enquanto as receitas relacionadas com serviços contribuíram marginalmente para a arrecadação total.

**Transferências** – A maior parte das receitas continua a ser proveniente de levantamentos do Fundo Petrolífero para financiar a execução orçamental. Durante o período em análise, cerca de 12% dos levantamentos orçamentados foram transferidos para a Conta do Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFET). Até ao final do primeiro trimestre, os levantamentos totais do Fundo Petrolífero ascenderam a US\$ 200,0 milhões, em comparação com o montante orçamentado de US\$ 1.719,2 milhões. Deste valor orçamentado, US\$ 543,3 milhões correspondem ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE), representando aproximadamente 32% do total dos levantamentos previstos no orçamento.

**Tabela n.º15 – Receitas de Transferências até ao final do primeiro trimestre de 2026 da Administração Central (US\$'000)**

Receitas de Transferências	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A
<b>Transferências do Fundo Petrolífero</b>	<b>1.719.214</b>	<b>200.000</b>	<b>12%</b>
Transferências Correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado	543.331	200.000	37%
Transferências de Capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado	1.175.883	0	0%
<b>Transferências do Exterior</b>	<b>7.854</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>1.727.068</b>	<b>200.000</b>	<b>12%</b>

**Saldo de Gerência:** o saldo de gerência refere-se ao saldo de caixa do ano fiscal anterior que serve como fonte de financiamento para as operações orçamentais do ano fiscal corrente.

**Tabela n.º16 – Detalhamento do Saldo de Gerência da Administração Central, INSS e RAEOA em 2025-US\$'000'**

Saldo de Gerência		
NO.	NOMES DE CONTA	(Em US\$'000)
1	Administração Central	139,724
2	Saldo Caixa de Autoridade Nacional de Minerais (ANM)	1,039
3	Saldo Caixa do INSS	36,798
4	Saldo Caixa da RAEOA	33,127
<b>TOTAL</b>		<b>210,689</b>

O saldo consolidado de caixa do Setor da Administração Central, do INSS e da RAEOA no ano fiscal de 2025 era de US\$ 209,7 milhões, comparando com o saldo estimado de US\$ 205,8 milhões no orçamento aprovado para 2026 (US\$ 181,7 milhões para a Administração Central e US\$ 24,1 milhões para RAEOA). Outros saldos de caixa nesta categoria incluíram a ANM com US\$ 1,04 milhões. Por outro lado, o saldo de caixa do INSS e da RAEOA foi de US\$ 36,8 milhões e US\$ 33,1 milhões respetivamente.

#### 4.2.2 Execução Orçamental das Despesas por Categoria da Administração Central

A Administração Central aumentou progressivamente os seus gastos em todas as cinco categorias durante o primeiro trimestre. Do orçamento total de despesas atribuído à Administração Central de US\$2.214,7 milhões, um total de aproximadamente US\$278,5 milhões foi executado até ao final do primeiro trimestre, representando uma taxa de execução de 13%. Em comparação, as despesas somaram aproximadamente US\$ 272,1 milhões relativamente ao orçamento anual de despesas de US\$ 2.072,9 milhões no primeiro trimestre do ano fiscal anterior, mas com uma taxa de execução de 13% devido a uma menor atribuição orçamental em 2025. Embora a execução orçamental global tenha melhorado ligeiramente em 2026, permanecem desafios na implementação de projetos de investimento e em certas transferências sociais. É necessário manter o foco na preparação para a implementação, nos processos de aprovisionamento e no melhor planeamento das despesas de desenvolvimento.

**Salários e Vencimentos:** Registou uma execução de US\$ 101.394 (21%), refletindo o processamento consistente das obrigações de folha de pagamento e representando uma das categorias de despesas executadas com mais regularidade em comparação com o gasto de US\$103,8 milhões (22%) na mesma categoria durante o mesmo período em 2025.

**Bens e Serviços Correntes:** atingiu US\$USD 24,8 (5%), indicando baixos gastos operacionais durante o período, provavelmente associados a processos de aquisição em andamento e atrasos na implementação no início do ano, em comparação com a execução na mesma categoria no primeiro trimestre de 2025, que atingiu os 9% com o valor de execução de US\$ 34,7 milhões.

**Transferências Públicas:** representou o nível mais alto de execução em termos absolutos, com US\$ 143,9 (18%), demonstrando a implementação contínua dos programas de transferência, embora ainda abaixo das expectativas trimestrais completas. Os detalhes das transferências e subsídios do Governo central para entidades públicas e empresariais, incluindo os beneficiários são apresentados na tabela abaixo.

Em contrapartida, os gastos relacionados a capital permanecem muito fracos. O **Capital Menor** não registou qualquer execução (0%), enquanto o **Capital de Desenvolvimento** atingiu apenas US\$ 8,3 (2%), refletindo atrasos na implementação de projetos de investimento e infraestrutura em comparação no primeiro trimestre de 2025 atingiu US\$ 140 mil e US\$ 6,7 milhões respetivamente.

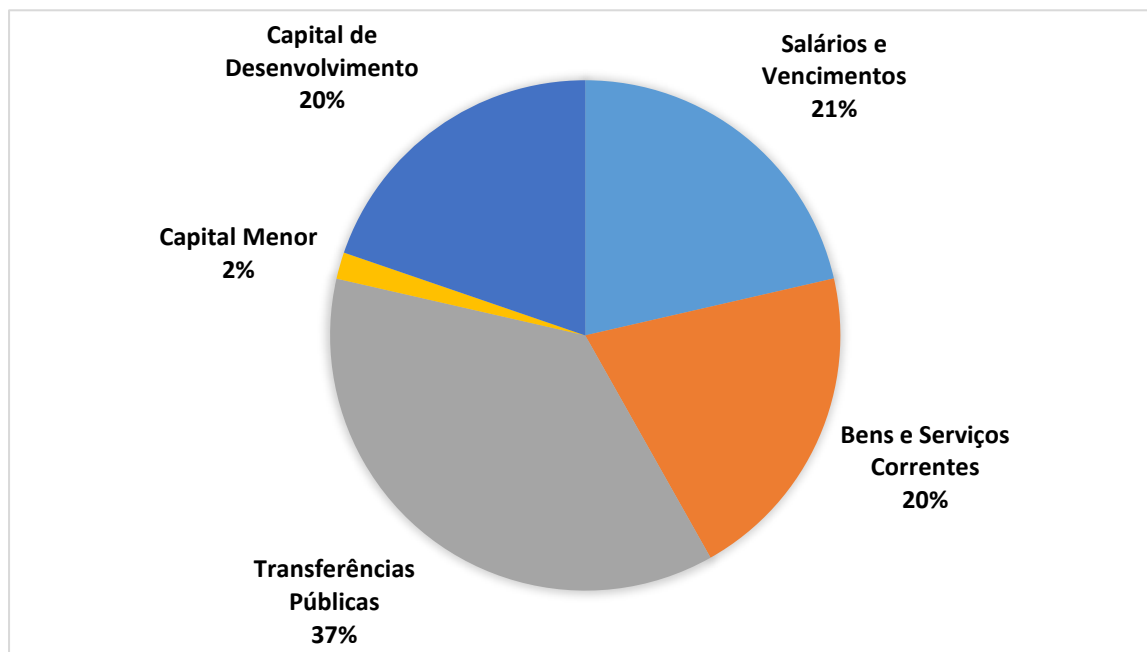
**Tabela n.º17 – Despesas Realizadas por Categoria da Administração Central primeiro trimestre de 2026 – (US\$'000')**

Classificação Económica por Categoria	Primeiro Trimestre 2026			Primeiro Trimestre 2025			Variação orçamental (2026 vs 2025)	
	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A	Dotação Final D	Execução E	% Execução F=E/D	USD G=B-E	% H=G/E
Salários e Vencimentos	474.218	101.394	21%	476.376	103.765	22%	(2.372)	(2%)
Bens e Serviços Correntes	452.187	24.821	5%	392.323	34.675	9%	(9.853)	(28%)
Transferências Públicas	813.718	143.881	8%	761.475	126.860	17%	17.021	13%
Capital Menor	37.400	0	0	23.028	140	1%	(140)	(100%)
Capital de Desenvolvimento	437.166	8.376	2%	419.779	6.658	2%	1.719	26%
<b>Total</b>	<b>2.214.689</b>	<b>278.472</b>	<b>13%</b>	<b>2.072.981</b>	<b>272.097</b>	<b>13%</b>	<b>6.375</b>	<b>2%</b>

Classificação Económica por Categoria	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Salários e Vencimentos	474.182	36	474.218	101.394	21%	142	677
Bens e Serviços Correntes	453.737	(1.549)	452.187	24.821	5%	25.139	66.851
Transferências Públicas	814.184	(466)	813.718	143.881	18%	8.369	123.712
Capital Menor	35.939	1.461	37.400	0	0%	535	17.241
Capital de Desenvolvimento	436.647	518	437.166	8.376	2%	5.274	38.806
<b>Total</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>2.214.689</b>	<b>278.472</b>	<b>13%</b>	<b>39.458</b>	<b>247.287</b>

Como se pode observar no Gráfico n.º5, as despesas totais são compostas principalmente pelas Transferências Públicas, totalizando US\$143,8 milhões (37% das despesas totais), seguidas pelos Salários e Vencimentos, com US\$101,4 milhões (21% das despesas totais), Bens e Serviços com US\$24,8 milhões (20% das despesas totais) e Capital de Desenvolvimento, com US\$8,4 milhões (20% das despesas totais), As taxas de execução mais baixas foram observadas nos Investimentos de Capital de menor, zero execução.

**Gráfico n.º 5 – Decomposição das despesas Executadas na Administração Central–(US\$ ‘000’)**



***Despesas realizadas na categoria de Transferências Pública da Administração Central***

Durante o primeiro trimestre de 2026, a montante total das despesas de Transferências Públicas executadas foi US\$ 143,9 milhões (18%) da dotação total final prevista de US\$ 813,7 milhões, conforme mostra na tabela n.º 19.

Deste montante foram transferidos US\$ 58,9 milhões (33%) para Setor Público Administrativo, que inclui a transferência para Segurança Social.

A transferência para sociedades apresentou uma taxa de execução 6,4% (US\$ 12,3 milhões), que inclui as transferências para empresas públicas, sociedades financeiras e não financeiras. A transferência para famílias foi uma rubrica com elevada dotação, com sua execução atingido os US\$ 34,3 milhões (16%).

Até ao final do primeiro trimestre, a amortização de empréstimos e juros relativos a amortização, apresentou um montante total de US\$5 milhões e US\$ 2,3 milhões, respetivamente (Os detalhes são apresentados nas tabelas n.ºs 40 e 41).

Os detalhes das transferências e subsídios na Administração Central para entidades públicas e empresariais que inclui os respetivos beneficiários, constam do Anexo n.º 6.

**Tabela n.º18 - Despesas de Transferências Públicas-(US\$'000')**

<b>Despesas de Transferências Públicas</b>	<b>Dotação Inicial OGE</b>	<b>Dotação Final OGE</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
<b>Transferências Públicas</b>	<b>814.184</b>	<b>813.718</b>	<b>143.881</b>	<b>17,68%</b>
<b>Transferências para o Setor Público Administrativo</b>	<b>177.461</b>	<b>177.461</b>	<b>58.871</b>	<b>33,17%</b>
Transferência correntes para a Administração Central	344	344	180	52,33%
Transferência correntes para a Segurança Social	124.088	124.088	52.752	42,51%
Transferência correntes para a RAEOA (não provenientes do Tesouro Central))	30.000	30.000	2	0,01%
Transferência correntes para os Municípios	23.029	23.029	5.936	25,78%
<b>Transferência para Sociedades</b>	<b>192.564</b>	<b>192.559</b>	<b>12.280</b>	<b>6,38%</b>
Transferência correntes para Empresas Públicas	184.568	184.543	12.260	6,64%
Transferência correntes para Sociedades Financeiras	80	80	17	21,43%
Transferência correntes para Sociedades Não Financeiras	7.915	7.935	3	0,04%
<b>Transferência para Famílias</b>	<b>214.894</b>	<b>214.507</b>	<b>34.282</b>	<b>15,98%</b>
Subsídio por Morte	40	43	1	2,00%
Reembolso e ou Apoio para Despesas de Funeral	59	119	6	5,05%
Subsídio de Doença	20	70	-	0,00%
Subsídio de Desemprego	200	200	-	0,00%
Abono de Família	765	765	-	0,00%
Pensão para Ex -Titulares de Cargos Políticos	-	-	-	0
Pensão dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional	177.272	177.272	28.904	16,31%
Bolsa da Mãe	10.252	10.252	-	0,00%
Bolsas de Estudo aos Filhos dos Combatentes e Mártires da Libertação Nacional	1.128	1.128	7	0,62%
Outras Bolsas de Estudo no Território Nacional	2.784	2.784	458	16,43%

<b>Despesas de Transferências Públicas</b>	<b>Dotação Inicial OGE</b>	<b>Dotação Final OGE</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
Outras Bolsas de Estudo no Estrangeiro	14.386	14.386	3.816	26,53%
Outras Prestações Sociais	6.130	5.630	976	17,34%
Outras Transferências Correntes para Famílias	1.860	1.860	1	0,05%
Adiantamento de transferências para as famílias	-	-	113	0
<b>Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>116.587</b>	<b>116.934</b>	<b>19.165</b>	<b>16,39%</b>
Transferências correntes para Fundações Públicas	26.626	26.590	6.010	22,60%
Transferências correntes para Associações Públicas	6.418	6.418	-	0,00%
Outras Transferências correntes para Instituições sem Fins Lucrativos	82.865	83.911	12.397	14,77%
Adiantamento de organizações sem fins lucrativos	678	14	758	5.396,91%
<b>Transferências Correntes para o Exterior</b>	<b>20.229</b>	<b>19.809</b>	<b>6.195</b>	<b>31,28%</b>
Transferências correntes para Organizações Internacionais	20.142	19.722	6.179	31,33%
Outras Transferências correntes para o Exterior	87	87	16	18,52%
<b>Juros</b>	<b>8.028</b>	<b>8.028</b>	<b>2.299</b>	<b>28,64%</b>
Juros e taxa de compromisso do Banco Mundial	1.517	1.517	689	45,40%
Juros e taxa de compromisso do ADB	6.306	6.306	1.547	24,53%
Outros juros da dívida pública	204	204	63	31,00%
<b>Taxas</b>	<b>450</b>	<b>450</b>	<b>228</b>	<b>50,60%</b>
Taxas	450	450	228	50,60%
<b>Transferências de capital</b>	<b>63.139</b>	<b>63.139</b>	<b>5.527</b>	<b>8,75%</b>
Transferências para o Setor Público Administrativo	1.832	1.832	527	28,77%
Transferências para Sociedades	4	4	-	0,00%

<b>Despesas de Transferências Públicas</b>	<b>Dotação Inicial OGE</b>	<b>Dotação Final OGE</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos	1.003	1.003	-	0,00%
Outras Transferências de Capital	60.300	60.300	5.000	8,29%
<b>Ativos financeiros</b>	<b>1.944</b>	<b>1.944</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
Outros Ativos Financeiros	1.944	1.944	-	0,00%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>18.887</b>	<b>18.887</b>	<b>5.033</b>	<b>26,65%</b>
Amortização de Empréstimos do Banco Mundial	2.733	2.733	1.150	42,06%
Amortização de empréstimos do ADB	14.761	14.761	3.177	21,52%
Amortização de empréstimos da JICA	1.393	1.393	706	50,73%

#### 4.2.3 Execução Orçamental das Despesa por Programa na Administração Central

Existem 81 programas com orçamento atribuído para serem implementados pela Administração Central em 2026. Desse total, 30 programas possuem uma dotação orçamental é superior a 10 milhões.

A taxa de execução global dos programas no primeiro trimestre de 2026 representa uma execução total de USD 278,5 (13%), de uma dotação orçamental global de USD 2.214,7. A execução concentra-se principalmente em alguns programas sociais e institucionais, enquanto vários programas de investimento e infraestruturas apresentam níveis muito baixos ou nulos de execução.

A execução geral do orçamento do programa por programas nesta fase permanece relativamente baixa na maioria dos setores; no entanto, isso não reflete totalmente o progresso real da implementação, visto que um nível significativo de compromissos e obrigações já foi iniciado, indicando que os níveis de execução devem melhorar substancialmente no segundo trimestre.

A tabela seguinte apresenta, detalhado os 81 programas com sua respectiva execução.

**Tabela n.º19 – Despesas por Programas da Administração Central-(US\$'000')**

<b>Programa</b>	<b>Dotação Inicial A</b>	<b>Alterações B</b>	<b>Dotação Final C=A+B</b>	<b>Execução D</b>	<b>% Execução E=D/C</b>	<b>Obrigações F</b>	<b>Compromisso G</b>
Inclusão Social	391.941	597	392.538	86.435	22%	239	3.269
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	356.886	(3.662)	353.224	46.699	13%	15.726	43.186

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Estradas e Pontes	196.928	(1.874)	195.055	4.833	2%	2.156	15.704
Eléctricidade	131.113	0	131.113	10.000	8%	0	113.418
Ensino Básico	106.753	5	106.758	24.541	23%	143	6.858
Investimento e Diversificação Económica	96.846	779	97.625	8.145	8%	62	3.632
Segurança Nacional	69.771	2.000	71.771	14.666	20%	79	1.474
Gestão das Finanças Públicas	69.842	(20)	69.822	9.382	13%	3.114	955
Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	66.562	0	66.562	198	0%	232	1.334
Cuidados de saúde secundários e terciários	57.728	(89)	57.639	8.982	16%	651	6.178
Cuidado de Saúde Primários	55.883	(32)	55.851	6.476	12%	328	7.563
Política Externa de Timor-Leste	54.094	(420)	53.674	19.433	36%	610	38
Desenvolver políticas e boas práticas na indústria para assegurar a participação máxima dos Timorenses nas atividades do setor	52.194	0	52.194	1.425	3%	23	50
Desenvolvimento do campo de gás do Greater Sunrise e assegurar que o gasoduto vem para Timor-Leste	51.989	0	51.989	553	1%	1.460	20
Contingência	45.000	(69)	44.931	0	0%	0	0
Aeroporto	38.765	(1.000)	37.765	8	0%	0	4.825
Descentralização Administrativa e Poder local	37.120	64	37.184	3.936	11%	4.648	3.967
Defesa Nacional	30.145	(74)	30.071	4.080	14%	582	6.845
Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	30.000	0	30.000	0	0%	0	0
Agricultura. Horticultura. Café e	29.009	(10)	29.000	1.750	6%	7	8.935

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
de Plantas Industriais e Anuais							
Água e Saneamento	25.662	(25)	25.637	520	2%	3.014	5.375
Ensino Secundário	21.711	0	21.711	3.391	16%	137	945
Bolsas de Estudo	18.772	0	18.772	4.265	23%	357	35
Acesso à Justiça	18.245	0	18.245	2.539	14%	1.250	1.961
Manutenção. Reabilitação e Resposta as Estruturas Danificadas Calamidades	17.574	0	17.574	0	0%	0	0
Ensino Superior	13.656	(22)	13.633	2.406	18%	127	234
Educação Pré-escolar	10.519	(5)	10.514	1.789	17%	18	1.905
Desenvolvimento Rural e Urbano	10.506	0	10.506	188	2%	81	69
Integridade. administração e supervisão eleitorais	6.183	3.995	10.178	33	0%	0	0
Garantir o exercício das funções constitucionais do parlamento	10.126	0	10.126	3.274	32%	10	358
Tecnologia de Informação e Comunicação	9.774	14	9.788	341	3%	0	482
Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	9.427	0	9.427	1.618	17%	17	688
Transportes	7.944	(90)	7.854	800	10%	222	678
Revitalização Comunitaria	7.569	0	7.569	396	5%	0	6
Explorar. Investigar e Desenvolver os Recursos Petrolíferos. Minerais e Geológicos no território	6.072	0	6.072	102	2%	2.844	305
Turismo	5.579	0	5.579	272	5%	15	47
Cultura e Património	4.954	0	4.954	289	6%	31	841

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social	4.835	0	4.835	1.127	23%	14	1.237
Implementação da Habitação comunitária digna	3.339	0	3.339	141	4%	0	2
Controlar a qualidade de projetos públicos	3.196	0	3.196	603	19%	0	351
Reforma da Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública	2.281	0	2.281	409	18%	0	94
Política Estratégica Nacional	2.093	0	2.093	317	15%	22	23
Pecuária, Veterinária e Tecnologia	1.944	0	1.944	77	4%	5	1.010
Fomentar às Relações Internacionais e de Cooperação do Parlamento	1.872	0	1.872	134	7%	844	210
Infraestrutura Conectividade	1.740	0	1.740	0	0%	0	0
Protecção e Conservação do Ambiente	1.681	0	1.681	69	4%	6	24
Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	1.491	0	1.491	142	10%	5	397
Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional	1.400	0	1.400	223	16%	3	174
Reforma Administração Local e Simplificação Administrativo do Governo Local	1.350	0	1.350	127	9%	0	286
Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	1.352	(8)	1.344	113	8%	0	193
Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	1.306	0	1.306	202	15%	14	125
Garantir à Liberdade de	1.135	0	1.135	121	11%	37	200

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Expressão e Acesso à Informação							
Ordenamento do Território	1.120	0	1.120	111	10%	37	62
Portos	994	(56)	938	0	0%	0	0
Planeamento e Investimento Estratégico	857	0	857	34	4%	257	11
Fortalecimento da Democracia. Constitucionalidade. Páz. Defesa e Segurança	694	0	694	51	7%	0	152
Meteorologia e Geofísica	627	0	627	51	8%	0	29
Toponímia e Organização Urbana	585	0	585	63	11%	0	15
Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	577	0	577	56	10%	19	54
Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes Com a Indonésia	541	0	541	89	17%	2	35
Desenvolvimento Local	529	0	529	41	8%	0	6
Laboratório Infraestruturas	500	0	500	27	5%	4	0
Ensino Recorrente	497	1	497	17	3%	0	3
Promover e fortalecer Estudos Geológicos. Recursos Hidrogeológicos. Geotérmico e Riscos Geológicos	481	0	481	30	6%	0	0
Serviços postais	463	0	463	66	14%	0	19
Direitos Humanos e Boa Governação	317	0	317	52	16%	0	0
Anti-Corrupção	284	0	284	30	10%	2	13
Combatente da Libertção Nacional	254	0	254	100	39%	0	7
Formação Profissional	239	0	239	1	1%	0	137
Liderar a estratégia politica do	211	0	211	0	0%	0	111

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Governo e a política Nacional							
Reformas do Estado	194	0	194	48	25%	0	0
Promover uma cultura de abertura e transparência no parlamento	160	0	160	14	9%	0	0
Reforma das políticas nacionais Sector social	150	0	150	13	8%	2	35
Saúde	104	0	104	0	0%	0	0
Reforçar as Relações e Cooperções Internacionais	100	0	100	5	5%	0	23
Promover a Identidade Nacional	85	0	85	0	0%	0	70
Agricultura	85	0	85	0	0%	0	0
Estudo teknikos e Sientifikus sobre os recursos Petroleo e Gas no teritorio Timor-Leste	70	0	70	2	3%	0	0
Estado de Direito Democrático	60	0	60	0	0%	0	0
Estudo teknikos e Sientifikus sobre os Recursos Minerais no território de Timor-Leste	54	0	54	2	3%	0	0
Educação e Formação	1	0	1	0	0%	0	1
<b>Total</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>2.214.689</b>	<b>278.472</b>	<b>13%</b>	<b>39.458</b>	<b>247.287</b>

Em termos agregados, vários programas-chave apresentam um desempenho de execução de moderado a forte. Por exemplo, entre os programas com dotações orçamentais superiores a US\$ 10 milhões, o programa de Política Externa de Timor-Leste registra uma das maiores taxas de execução, com 36%, correspondendo a US\$ 19,4 milhões de uma dotação orçamental total de US\$ 53,7 milhões. Em seguida, vem o programa de Garantia do Exercício das Funções Constitucionais do Parlamento, com uma taxa de execução de 32% (US\$ 3,3 milhões de US\$ 10,1 milhões), bem como os programas de Inclusão Social (US\$ 24,5 milhões de US\$ 106,8 milhões) e Bolsas de Estudo (US\$ 4,2 milhões de US\$ 18,8 milhões), ambos com 23%. Esses programas apresentam taxas de execução mais altas porque envolvem

principalmente operações administrativas recorrentes e prestação contínua de serviços, o que normalmente resulta em uma execução orçamental mais rápida em comparação com grandes projetos de investimento que levam mais tempo para começar a gerar retorno. Outros programas com desempenho relativamente superior e orçamentos inferiores a US\$ 10 milhões incluem o Combatente da Libertação Nacional, com uma taxa de execução de 39% (US\$ 100 mil de um total de US\$ 254 mil), Reformas do Estado, com uma taxa de execução de 25% (US\$ 48 mil de um total de US\$ 194 mil), Desenvolvimento do Setor de Comunicação Social, com uma taxa de execução de 23% (US\$ 1,1 milhões de um total de US\$ 4,8 milhões), e Inclusão Social, que atingiu 22% (US\$ 86,4 milhões de um total de US\$ 392,5 milhões). Esses resultados refletem uma maior concentração da execução em atividades operacionais, programas de apoio social e funcionamento institucional.

Para além destes, existem vários programas com níveis de execução intermédios, entre os quais Segurança Nacional (20%), Ensino Superior (18%), Gestão das Finanças Públicas (13%), e Cuidados de Saúde Secundários e Terciários (16%), evidenciando uma execução moderada nas áreas de segurança, saúde e gestão pública.

Por outro lado, existem diversos programas com taxa de execução inferior a 10%, destacando-se programas críticos como Estradas e Pontes (2%, US\$ 4,8 de US\$ 195,1), Eléctricidade (8%, US\$ 10,0 de US\$ 131,1), Água e Saneamento (2%, US\$ 520 de US\$ 25,6), e Transportes (10%, US\$ 800 de US\$ 7,9). Também se observam níveis muito baixos ou nulos em programas estratégicos como Tasi Mane (0%), Greater Sunrise Gas Development (1%), Contingência (0%), Aeroporto (0%), e Zonas Económicas Especiais (0%). Uma grande parte dos programas estratégicos e de infraestrutura apresenta baixas taxas de execução no período atual, apesar de já possuírem níveis significativos de compromissos registrados. Por exemplo, o programa Estradas e Pontes apresenta apenas 2% de execução, mas com compromissos de US\$ 15,7 milhões, indicando que os processos de licitação e a adjudicação de contratos já estão em andamento. Da mesma forma, o programa Eléctricidade apresenta apenas 8% de execução, enquanto os compromissos são significativamente maiores, totalizando US\$ 113,4 milhões, sugerindo que os principais pagamentos se concretizarão nos próximos trimestres, assim que as etapas do projeto forem concluídas.

No caso do programa de contingência, a execução não ocorre diretamente no próprio programa, mas sim através de transferências orçamentais para programas específicos que necessitam de apoio urgente, sendo a execução registada apenas no momento da utilização efetiva desses recursos.

Em termos gerais, os resultados do primeiro trimestre mostram uma execução mais concentrada em programas sociais, educação e funções institucionais, enquanto os programas de infraestrutura, desenvolvimento económico e projetos estratégicos permanecem com execução reduzida, refletindo o

padrão típico de início de ano orçamental, em que os projetos de capital tendem a ser executados de forma mais significativa nos trimestres seguintes.

#### 4.2.4 Execução Orçamental das Despesa por Programa nos Fundos Especiais

##### a) Fundo das Infraestruturas

No primeiro trimestre de 2026, as despesas totais do Fundo de Infraestruturas totalizaram US\$ 8,5 milhões, representando 3% do orçamento anual final aprovado de US\$ 301,6 milhões (financiado com US\$ 249,1 milhões de recursos estaduais e US\$ 52,6 milhões através de empréstimos externos). O desempenho na execução dos programas reflete uma baixa capacidade de absorção geral, com variações significativas entre as diferentes áreas. A execução concentra-se, principalmente, em algumas áreas, em particular Inclusão Social (54%), Investimento e Diversificação Económica (27%) e Aproximação dos Serviços Judiciários da População (25%), enquanto a maioria dos programas apresenta progresso limitado ou nenhum progresso durante o período.

Programas com grandes dotações orçamentais, como Estradas e Pontes (4%), registaram uma execução muito baixa, indicando implementação lenta de atividades de infraestrutura essenciais. Ao mesmo tempo, diversos programas estratégicos e relacionados a investimentos incluindo o Projeto Tasi Mane, Aeroporto, Água e Saneamento, Eletricidade e Tecnologia da Informação e Comunicação não apresentaram execução, evidenciando atrasos nos processos de aprovisionamento e contratação pública dos projetos.

A tabela abaixo mostra os gastos detalhados por programa do Fundo das Infraestruturas até o final do primeiro trimestre de 2026.

**Tabela n.º20 - Despesas Realizadas por programa do Fundo das Infraestruturas–(US\$'000)**

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Estradas e Pontes	106.226	(1.857)	104.369	4.103	4%	1.554	13.214
Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	51.220	0	51.220	0	0%	0	0
Aeroporto	38.765	(1.000)	37.765	8	0%	0	4.825
Manutenção. Reabilitação e Resposta as Estruturas Danificadas Calamidades	17.574	0	17.574	0	0%	0	0
Agricultura. Horticultura. Café e de Plantas Industriais e Anuais	13.191	0	13.191	394	3%	0	3.032

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	12.776	(302)	12.474	891	7%	162	22
Água e Saneamento	10.630	0	10.630	0	0%	0	0
Eléctricidade	7.648	0	7.648	0	0%	0	0
Tecnologia de Informação e Comunicação	6.125	0	6.125	0	0%	0	0
Investimento e Diversificação Económica	4.581	720	5.301	1.428	27%	0	1.808
Desenvolvimento Rural e Urbano	5.135	0	5.135	0	0%	0	0
Segurança Nacional	3.122	2.000	5.122	7	0%	0	94
Cuidados de saúde secundários e terciários	3.868	64	3.932	0	0%	0	1.217
Gestão das Finanças Públicas	3.864	0	3.864	127	3%	2.163	0
Cuidado de Saúde Primários	2.820	(64)	2.756	0	0%	0	267
Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	2.545	0	2.545	643	25%	0	0
Transportes	1.803	(90)	1.713	0	0%	0	0
Defesa Nacional	1.637	0	1.637	0	0%	0	0
Inclusão Social	1.011	584	1.596	869	54%	0	0
Turismo	1.502	0	1.502	0	0%	0	0
Cultura e Património	1.447	0	1.447	0	0%	0	0
Ensino Básico	1.185	0	1.185	0	0%	0	0
Portos	994	(56)	938	0	0%	0	0
Acesso à Justiça	834	0	834	0	0%	0	0
Ensino Secundário	333	0	333	0	0%	0	50
Garantir à Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	316	0	316	0	0%	0	0
Protecção e Conservação do Ambiente	243	0	243	0	0%	0	0
Ordenamento do Território	146	0	146	0	0%	0	0
Implementação da Habitação comunitária digna	93	0	93	0	0%	0	0
Pescas. Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	43	0	43	0	0%	0	0
<b>Total</b>	<b>301.678</b>	<b>0</b>	<b>301.678</b>	<b>8.471</b>	<b>3%</b>	<b>3.879</b>	<b>24.528</b>

## b) Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

O desempenho na execução dos programas do FDCH reflete um nível moderado de absorção, com gastos totais atingindo US\$ 4,6 milhões, equivalentes a 22% da alocação total de US\$ 20,6 milhões.

**Tabela n.º21 - Despesas Realizadas por programa da FDCH-(US\$ '000')**

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Bolsas de Estudo	18.772	0	18.772	4.265	23%	357	35
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.844	0	1.844	293	16%	5	0
<b>Total</b>	<b>20.616</b>	<b>0</b>	<b>20.616</b>	<b>4.557</b>	<b>22%</b>	<b>363</b>	<b>35</b>

A execução do FDCH é impulsionada principalmente pelo programa Bolsas de Estudos, que registrou US\$ 4,3 milhões (23%) de um orçamento de US\$ 18,8 milhões, indicando a implementação constante de despesas relacionadas a bolsas de estudo. O programa Funcionamento e Desenvolvimento Institucional também apresenta progresso moderado, com execução de US\$ 293 mil (16%) de uma alocação total de US\$ 1,8 milhões.

## c) Fundo Especial de Desenvolvimento do Ataúro (FEDA)

O Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro registrou uma taxa de execução orçamental no primeiro trimestre de 2026 de apenas um programa concluído, totalizando US\$ 60 mil, o que representa uma taxa de execução de 3% da dotação orçamental de US\$ 2 milhões. Os outros dois programas ainda não foram executados.

**Tabela n.º22 – Despesas Realizadas por programa do FEDA-(US\$'000')**

Programa	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compromisso G
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2.053	0	2.053	60	3%	0	162
Infraestrutura Conectividade	1.740	0	1.740	0	0%	0	0
Água e Saneamento	517	0	517	0	0%	0	0
<b>Total</b>	<b>4.309</b>	<b>0</b>	<b>4.309</b>	<b>60</b>	<b>1%</b>	<b>0</b>	<b>162</b>

### 4.2.5 Execução Orçamental das Despesa por Classificação Funcional Administração Central

Na Administração Central o orçamento do Governo é dividido em dez funções que categorizam os gastos com base na sua finalidade, conforme indicado na tabela abaixo.

A classificação funcional das despesas da Administração Central para o primeiro trimestre de 2026 mostra uma taxa de execução global de 13% (com despesas de US\$ 278,4 milhões de um total de US\$ 2.214,7 milhões), indicando um nível moderado, mas ainda inicial, de implementação orçamental, com variações significativas entre as funções.

A execução é relativamente mais forte no **Serviço Público Geral** (17%), que representa a maior parcela do orçamento (US\$ 824,6 milhões) e registou US\$140,0 milhões em despesas. Dentro desta função, observa-se uma maior execução nos serviços públicos gerais não especificados (31%) e nos Serviços públicos gerais de investigação e desenvolvimento em serviços públicos (23%), enquanto os serviços administrativos essenciais, como os Serviços Gerais (6%) e a Investigação Básica (0%), permanecem baixos.

Defesa e Educação apresentam um desempenho comparativamente sólido com a taxa de execução de 17% e 20%, respetivamente. Na Educação, a execução atingiu US\$ 36,6 milhões, impulsionada principalmente pelo ensino primário e pré-primário I (21%) e por serviços educacionais não especificados (22%), refletindo a priorização contínua do setor.

Da mesma forma, **Proteção Social** e **Saúde** demonstram uma execução moderada de 14% e 13%, respetivamente, com gastos concentrados em categorias de serviços mais amplas, como serviços de saúde pública (15%) e serviços de proteção social não especificados (15%).

Em contraste, os **Assuntos Económicos**, que representam uma parte substancial do orçamento (US\$ 686 milhões), registaram uma baixa taxa de execução de 5% (US\$33,9 milhões), refletindo o progresso lento em sectores económicos chave como a energia (4%), transportes (6%) e indústria (5%). Isto indica atrasos na implementação de infra-estruturas e actividades de desenvolvimento económico.

A função **Segurança e Ordem Pública** apresenta uma implementação moderada de 15%, embora com desempenho desigual entre subsectores, particularmente baixa execução na segurança pública (1%) e nas prisões (2%).

Outras funções também apresentam um desempenho fraco, incluindo Habitação e Infraestruturas Coletivas (4%), Proteção do Ambiente (2%) e Desporto, Recreação, Cultura e Religião (6%), todas refletindo uma execução limitada durante o trimestre.

**Tabela n.º23 – Execução das Despesas por Classificação Funcional-(US\$'000')**

<b>Funções</b>	<b>Dotação Final A</b>	<b>Execução B</b>	<b>% Execução C=B/A</b>
<b>Serviço Público Geral</b>	<b>824.613</b>	<b>140.041</b>	<b>17%</b>
Órgãos executivos e legislativos. assuntos financeiros e fiscais. assuntos externos	302.524	37.697	12%
Ajuda económica externa	198.787	28.910	15%
Serviços gerais	84.435	4.672	6%
Investigação básica	428	0	0%
Serviços públicos gerais de investigação e desenvolvimento	46.553	10.599	23%
Serviços públicos gerais não especificados	189.047	57.748	31%
Operações de dívidas públicas	2.839	417	15%
<b>Defesa</b>	<b>58.744</b>	<b>10.023</b>	<b>17%</b>
Defesa militar	51.281	8.980	18%
Defesa civil	7.001	1.036	15%
Serviços de defesa não especificados	462	7	1%
<b>Segurança e ordem pública</b>	<b>42.399</b>	<b>6.307</b>	<b>15%</b>
Segurança pública	4.622	26	1%
Serviços de bombeiros	1.324	145	11%
Tribunais	12.218	2.149	18%
Prisões	2.597	43	2%
Serviços de segurança e ordem pública não especificados	21.639	3.944	18%
<b>Assuntos económicos</b>	<b>685.976</b>	<b>33.873</b>	<b>5%</b>
Assuntos económicos gerais. comerciais e laborais	18.566	1.237	7%
Agricultura. silvicultura. pesca e caça	47.479	4.456	9%
Combustíveis e energia	302.258	11.995	4%
Indústrias extrativas. indústria transformadora e construção	193.490	9.257	5%
Transportes	94.834	5.630	6%
Comunicações	10.361	613	6%
Outras atividades	2.537	169	7%
Investigação e desenvolvimento em assuntos económicos	3.733	94	3%
Assuntos económicos não especificados	12.717	422	3%
<b>Proteção do ambiente</b>	<b>4.599</b>	<b>87</b>	<b>2%</b>
Gestão de resíduos	150	0	0%

Funções	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A
Gestão de Águas residuais	2.853	0	0%
Redução da poluição	50	0	0%
Proteção da biodiversidade biológica e da paisagem	369	14	4%
Serviços de proteção do ambiente não especificados	1.177	72	6%
<b>Habitação e infraestruturas coletivas</b>	<b>32.947</b>	<b>1.215</b>	<b>4%</b>
Desenvolvimento habitacional	1.629	0	0%
Desenvolvimento coletivo	13.403	703	5%
Abastecimento de água	17.914	512	3%
<b>Saúde</b>	<b>124.513</b>	<b>15.827</b>	<b>13%</b>
Produtos, instrumentos e equipamentos médicos	14.626	279	2%
Serviços de saúde ambulatoriais	4.383	47	1%
Serviços dos hospitais	17.540	2.373	14%
Serviços de saúde pública	82.928	12.488	15%
Investigação e desenvolvimento em saúde	2.137	43	2%
Serviços de saúde não especificados	2.898	597	21%
<b>Desporto, recreação, cultura e religião</b>	<b>9.540</b>	<b>567</b>	<b>6%</b>
Serviços recreativos e desportivos	1.596	33	2%
Serviços culturais	565	35	6%
Serviços religiosos e outros serviços prestados à comunidade	5.447	33	1%
Assuntos e serviços recreativos, culturais e religiosos não especificados	1.932	466	24%
<b>Educação</b>	<b>181.311</b>	<b>36.644</b>	<b>20%</b>
Ensino primário e pré-primário	47.264	10.143	21%
Ensino secundário	22.399	3.472	15%
Ensino pós-secundário não superior	0	0	0%
Ensino superior	13.647	2.452	18%
Ensino não definido por níveis	5.667	18	0%
Serviços anexos à educação	100	0	0%
Investigação e desenvolvimento em educação	252	6	2%
Serviços de educação não especificados	91.982	20.554	22%
<b>Proteção social</b>	<b>250.048</b>	<b>33.889</b>	<b>14%</b>
Doença, incapacidade e deficiência	738	3	0%
Morte e sobrevivência	500	0	0%

Funções	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A
Família e infância	10.473	35	0%
Pobreza e exclusão social não especificada	20.624	424	2%
Investigação e desenvolvimento em proteção social	1.246	18	1%
Serviços de proteção social não especificados	216.467	33.409	15%
<b>Total</b>	<b>2.214.689</b>	<b>278.472</b>	<b>13%</b>

#### 4.2.6 Execução Orçamental das Despesa por Instituições da Administração Central

Tal como indicado na Tabela n.º26 abaixo, a execução do primeiro trimestre de 2026 por entidades na Administração Central registou uma execução orçamental global de 13%.

**Nas linhas ministeriais** - a taxa de execução global atingiu 12%, com despesas totais de aproximadamente US\$ 139,7 milhões, face a um orçamento final de US\$ 1.132,6 milhões. Este nível de execução reflete um arranque ainda moderado no início do exercício fiscal, condicionado por processos administrativos, contratação pública e mobilização gradual dos programas e projetos.

Entre as entidades com melhor desempenho relativo no primeiro trimestre, destaca-se o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, com uma execução de 33% (US\$ 12,0 milhões), evidenciando uma implementação célere das suas atividades. Seguem-se a FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, ambas com 22% de execução, bem como o Ministério do Interior e a Polícia Nacional de Timor-Leste, com 21%, refletindo uma boa capacidade de execução nos setores da defesa, segurança e comunicação institucional. O Ministério da Educação também apresentou um desempenho sólido, com 20% de execução (US\$ 23,2 milhões).

Um conjunto de ministérios registou níveis de execução moderados, entre 15% e 18%, incluindo o Ministério da Saúde (17%), o Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional (16%) e o Ministério da Justiça (15%), demonstrando progressos iniciais na implementação das suas atividades.

Por outro lado, alguns ministérios apresentaram taxas de execução mais reduzidas, nomeadamente o Ministério das Obras Públicas (5%), o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (2%), o Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas (6%) e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (6%), o que poderá estar associado a atrasos nos processos de aprovisionamento, preparação de projetos e execução de despesas de capital.

De forma geral, a execução das linhas ministeriais no primeiro trimestre evidencia um padrão típico de início de ano, com melhor desempenho nos setores de funcionamento contínuo e uma execução mais lenta nas áreas com maior componente de investimento.

**Agências Autônomas** - Nas Agências Autônomas, a taxa geral de execução orçamental atingiu 12%, com despesas totais de aproximadamente US\$ 29,4 milhões, face a um orçamento final de US\$ 241,7 milhões. Este resultado demonstra um nível de execução ainda moderado, com variações significativas entre entidades.

Entre as agências com melhor desempenho, destacam-se as Tecnologias de Informação e Comunicação, I.P., com 28% de execução, o Centro Nacional Chega! I.P. (25%), o Parlamento Nacional (22%), o Serviço de Registo e Verificação Empresarial (22%) e o Instituto de Geociências de Timor-Leste (22%), refletindo uma capacidade relativamente elevada de execução no início do exercício.

Outras entidades com desempenho positivo incluem o Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica (20%), a Comissão Nacional de Aprovisionamento (20%) e a Unidade de Missão para o Combate ao Stunting (19%), evidenciando progressos na implementação das suas atividades.

Por outro lado, algumas agências registaram níveis de execução reduzidos, nomeadamente o Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (3%), o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (4%) e o Gabinete de Apoio à Sociedade Civil (0%), o que poderá refletir atrasos operacionais ou calendarização específica das suas atividades.

De forma geral, a execução das Agências Autônomas no primeiro trimestre revela uma capacidade de absorção orçamental ainda em consolidação, com desempenhos diferenciados entre instituições.

**Municípios** - No que se refere aos Municípios, o orçamento final total manteve-se em US\$ 138,6 milhões, dos quais foram executados aproximadamente US\$ 21,1 milhões, correspondendo a uma taxa de execução global de 15%, superior à média nacional.

Os municípios com melhor desempenho incluem a Autoridade Municipal de Díli (19%), bem como Ainaro e Lautém (18%), seguidos por Covalima e Liquiçá (17%) e Bobonaro (16%), demonstrando uma execução relativamente consistente no início do ano.

Outros municípios registaram níveis de execução entre 11% e 15%, refletindo um progresso gradual na implementação das atividades planeadas.

De forma geral, a execução orçamental municipal no primeiro trimestre evidencia um desempenho equilibrado, indicando uma capacidade estável de execução ao nível local, particularmente em despesas operacionais e serviços públicos.

**Fundos Especiais** - Relativamente aos Fundos Especiais, a execução orçamental global atingiu 4%, com despesas totais de aproximadamente US\$ 13,1 milhões, face a um orçamento final de US\$ 326,6 milhões, refletindo um nível de execução ainda reduzido no início do exercício.

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) apresentou um desempenho elevado, com 22% de execução (US\$ 4,6 milhões), demonstrando uma implementação eficaz dos programas de formação e desenvolvimento de competências.

Por outro lado, o Fundo de Infraestrutura, que representa a maior componente orçamental, registou uma execução de apenas 3% (US\$ 8,5 milhões), enquanto o Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro apresentou uma execução de 1%, refletindo atrasos típicos na implementação de projetos de investimento, nomeadamente em processos de contratação e mobilização de obras.

**Tabela n.º24 – Execução das Despesas por Instituição-(US\$'000')**

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
<b>Dotação Geral Estado</b>	<b>384.577</b>	<b>(9.473)</b>	<b>375.104</b>	<b>75.120</b>	<b>20%</b>	<b>128</b>	<b>81</b>	<b>299.774</b>
Dotação Geral do Estado	384.577	(9.473)	375.104	75.120	20%	128	81	299.774
<b>Ministério</b>	<b>1.127.544</b>	<b>5.058</b>	<b>1.132.602</b>	<b>139.726</b>	<b>12%</b>	<b>23.677</b>	<b>179.609</b>	<b>789.589</b>
Primeiro Ministro	3.760	4.989	8.748	350	4%	5.033	846	2.519
Presidência do Conselho de Ministros	4.929	0	4.929	790	16%	205	586	3.348
Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	1.349	0	1.349	237	18%	1	53	1.058
Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	8.874	0	8.874	335	4%	1	0	8.538
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	9.689	69	9.758	928	10%	7	412	8.412

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Secretaria de Estado de Cooperativas	3.611	0	3.611	388	11%	0	458	2.766
Ministério das Finanças	19.888	0	19.888	1.919	10%	3.375	3.265	11.328
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	36.335	0	36.335	12.043	33%	622	38	23.631
Ministério da Justiça	14.127	0	14.127	2.143	15%	1.318	2.651	8.015
Ministério da Administração Estatal	22.267	0	22.267	2.976	13%	86	3.289	15.916
Ministério da Saúde	76.758	0	76.758	12.979	17%	1.833	6.897	55.049
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	6.262	0	6.262	790	13%	89	361	5.023
Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	24.742	0	24.742	1.589	6%	85	1.684	21.384
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	199.906	0	199.906	32.333	16%	5	1.511	166.058
Ministério das Obras Públicas	237.109	0	237.109	12.584	5%	3.758	122.449	98.319
Ministério dos Transportes e Comunicações	12.800	0	12.800	1.119	9%	2	2.034	9.645
Ministério da Defesa	16.259	0	16.259	1.299	8%	183	5.503	9.274
FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	34.601	0	34.601	7.696	22%	532	1.597	24.775
Ministério do Interior	17.477	0	17.477	3.630	21%	0	1	13.846
Polícia Nacional Timor-Leste	49.511	0	49.511	10.283	21%	36	1.308	37.885
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	128.521	0	128.521	2.305	2%	4.094	2.472	119.649
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	2.130	0	2.130	376	18%	0	177	1.578
Ministério do Turismo e Ambiente	9.867	0	9.867	821	8%	55	833	8.158

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	1.004	0	1.004	162	16%	2	107	733
Ministério da Educação	117.551	0	117.551	23.192	20%	1.655	8.015	84.689
Ministério do Comércio e Indústria	8.384	0	8.384	1.125	13%	70	2.053	5.136
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	22.451	0	22.451	1.248	6%	30	8.524	12.649
Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	11.858	0	11.858	1.105	9%	166	644	9.943
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	4.305	0	4.305	450	10%	391	315	3.149
Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	13.649	0	13.649	1.010	7%	0	12	12.627
Secretaria de Estado da Comunicação Social	5.977	0	5.977	1.296	22%	46	1.512	3.123
Vice-Primeiro Ministro para a Área Económica	616	0	616	63	10%	1	0	552
Vice-Primeiro Ministro para a Área Social	977	0	977	160	16%	0	0	816
<b>Agencia Autonomo</b>	<b>237.322</b>	<b>4.415</b>	<b>241.738</b>	<b>29.402</b>	<b>12%</b>	<b>6.388</b>	<b>29.215</b>	<b>176.733</b>
Presidência da República	12.175	420	12.595	1.753	14%	21	1.022	9.800
Parlamento Nacional	19.073	0	19.073	4.155	22%	856	1.920	12.142
Tribunais	8.175	0	8.175	1.048	13%	18	1.751	5.358
Procuradoria Geral da República	7.034	0	7.034	787	11%	12	194	6.042
Inspeção-Geral do Estado	986	0	986	111	11%	58	156	662
Polícia Científica de Investigação Criminal	2.412	0	2.412	342	14%	2	259	1.810
Autoridade de Proteção Civil	7.730	0	7.730	1.350	17%	26	1.189	5.166

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Inspeção-Geral do Trabalho	880	0	880	124	14%	0	48	707
Serviço Nacional de Inteligência	2.972	0	2.972	427	14%	57	0	2.488
Administração dos Portos de Timor-Leste	4.483	0	4.483	765	17%	194	47	3.477
Agência de Desenvolvimento Nacional	4.095	0	4.095	611	15%	145	825	2.514
Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.	1.360	0	1.360	127	9%	0	62	1.170
Tecnologias de Informação e Comunicação I.P.	1.980	0	1.980	545	28%	0	79	1.355
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	622	0	622	102	16%	91	50	379
Arquivo e Museu da Resistência Timorese	2.828	0	2.828	364	13%	42	827	1.595
Arquivo Nacional de Timor-Leste	606	0	606	86	14%	0	237	284
Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste	956	0	956	169	18%	26	0	761
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	2.025	0	2.025	273	13%	2	525	1.226
Autoridade Nacional de Comunicações	1.153	0	1.153	208	18%	1	18	926
Centro Logístico Nacional	4.308	0	4.308	258	6%	95	130	3.825
Centro Nacional Chega! I.P	1.460	0	1.460	364	25%	76	136	884
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar, IP	1.502	0	1.502	139	9%	1	5	1.357

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, IP	1.069	0	1.069	125	12%	75	272	597
Centro Nacional de Reabilitação	761	0	761	168	22%	0	143	450
Comissão Anti Corrupção	2.294	0	2.294	357	16%	16	372	1.549
Comissão da Função Pública	3.088	0	3.088	437	14%	50	390	2.211
Comissão Nacional de Eleições	8.955	0	8.955	549	6%	0	796	7.610
Conselho de Imprensa	853	0	853	120	14%	19	261	452
Hospital Nacional Guido Valadares	20.861	0	20.861	2.559	12%	12	1.564	16.726
Imprensa Nacional de Timor Leste, I.P.	1.290	0	1.290	98	8%	1	831	360
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	950	0	950	171	18%	20	111	647
Instituto de Defesa Nacional	1.610	0	1.610	201	12%	0	722	688
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação do Bambu	852	0	852	103	12%	0	31	718
Instituto Nacional da Administração Pública	1.825	0	1.825	166	9%	0	0	1.659
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	730	0	730	98	13%	8	53	571
Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP	919	0	919	146	16%	45	89	639
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra	873	0	873	159	18%	0	19	695
Instituto Para a Defesa dos Direitos da Criança, IP	851	0	851	123	14%	3	242	483

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Instituto Para a Qualidade de Timor-Leste, IP	1.016	0	1.016	95	9%	0	162	759
Instituto Politécnico Betano	1.423	0	1.423	194	14%	1	367	862
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	2.338	3.995	6.334	269	4%	0	0	6.065
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	1.572	0	1.572	340	22%	0	217	1.015
Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica	3.381	0	3.381	666	20%	139	999	1.577
TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, IP	752	0	752	102	14%	38	166	446
Universidade Nacional de Timor-Leste	14.969	0	14.969	2.491	17%	1.055	932	10.491
Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	1.902	0	1.902	230	12%	97	357	1.219
Autoridade Nacional do Petróleo	9.299	0	9.299	1.412	15%	883	424	6.580
Unidade de Missão para o Combate ao Stunting	298	0	298	56	19%	0	30	212
Comissão Nacional de Aprovisionamento	1.961	0	1.961	392	20%	174	0	1.395
Instituto de Geociências de Timor-Leste	5.124	0	5.124	1.107	22%	413	93	3.511
Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos	17.070	0	17.070	477	3%	49	5.333	11.211
Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestrutura	8.133	0	8.133	1.109	14%	1.507	3.164	2.353

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Instituto Nacional da Saúde Pública de Timor-Leste	3.068	0	3.068	306	10%	27	1.561	1.174
Defensoria Pública	3.218	0	3.218	359	11%	0	0	2.858
Gabinete de Apoio á Sociedade Civil (GASC)	25.198	0	25.198	112	0%	33	34	25.020
<b>Município</b>	<b>138.643</b>	<b>0</b>	<b>138.643</b>	<b>21.135</b>	<b>15%</b>	<b>5.022</b>	<b>13.657</b>	<b>98.828</b>
Autoridade Municipal de Baucau	13.802	0	13.802	1.731	13%	0	551	11.520
Autoridade Municipal de Bobonaro	12.807	0	12.807	2.097	16%	1.602	2.210	6.898
Autoridade Municipal de Dili	19.503	0	19.503	3.793	19%	82	4.903	10.725
Autoridade Municipal de Ermera	14.113	0	14.113	2.069	15%	22	1.203	10.819
Autoridade Municipal de Aileu	9.498	0	9.498	1.122	12%	38	1.272	7.066
Autoridade Municipal de Ainaro	9.752	0	9.752	1.720	18%	7	11	8.014
Autoridade Municipal de Covalima	9.518	0	9.518	1.659	17%	923	1.001	5.935
Autoridade Municipal de Lautém	8.495	0	8.495	1.518	18%	369	998	5.610
Autoridade Municipal de Liquiçá	8.468	0	8.468	1.428	17%	42	2	6.996
Autoridade Municipal de Manatuto	9.626	0	9.626	1.060	11%	967	126	7.473
Autoridade Municipal de Manufahi	9.662	0	9.662	1.323	14%	950	516	6.872
Autoridade Municipal de Viqueque	10.686	0	10.686	1.248	12%	8	863	8.567
Autoridade Administrativa de Ataúro	2.714	0	2.714	369	14%	12	1	2.332
<b>Fundo Special</b>	<b>326.603</b>	<b>0</b>	<b>326.603</b>	<b>13.088</b>	<b>4%</b>	<b>4.242</b>	<b>24.725</b>	<b>284.548</b>
Fundo Infraestrutura	301.678	0	301.678	8.471	3%	3.879	24.528	264.799

Entidade	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Obrigações F	Compro Misso G	Saldo H=C-(D+F+G)
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	20.616	0	20.616	4.557	22%	363	35	15.661
Fundo Especial de Desenvolvimento Atauró	4.309	0	4.309	60	1%	0	162	4.088
<b>Total</b>	<b>2.214.689</b>	<b>0</b>	<b>2.214.689</b>	<b>278.472</b>	<b>13%</b>	<b>39.458</b>	<b>247.287</b>	<b>1.649.472</b>

### 4.3 Execução Orçamental das Receitas e Despesas da RAEOA

#### 4.3.1 Execução Orçamental das Receitas da RAEOA

No primeiro trimestre de 2026, as fontes totais de fundos para a RAEOA situaram-se em US\$ 60,0 milhões, dos quais US\$ 43 mil foram angariados através de impostos. No primeiro trimestre, para além dos impostos, a RAEOA também registrou um saldo de caixa remanescente do ano anterior de US\$ 33,13 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela n.º25 – Receitas por Categoria-(US\$'000)**

Receitas por Classificação Económicas	RAEOA 2026					RAEOA 2025			Variação entre 2026 e 2025 (\$'000)	
	Dotação Inicial A	Alterações B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C	Dotação Final F	Execução G	% Execução H=G/F	USD I=D-G	% J=I/G
Impostos	-	-	0	43	0%	0	0	0%	43	0%
Taxas, coimas e outras penalidades	202	-	202	0	0%	168	0	0%	0	0%
Rendimentos	5.116	-	5.116	0	0%	67	0	0%	0	0%
Venda de Bens e Serviços	563	-	563	0	0%	480	0	0%	0	0%
Transferências	30.000	-	30.000	0	0%	10.000	0	0%	0	0%
Saldo de Gerência	24.119	-	24.119	33.127	137%	51.466	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>-</b>	<b>60.000</b>	<b>33.171</b>	<b>55%</b>	<b>62.181</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>43</b>	<b>0%</b>

### 4.3.2 Execução Orçamental das Despesas da RAEOA

Por outro lado, a RAEOA registou despesas de US\$ 4,6 milhões, com uma baixa taxa de execução de 8%, em comparação com 18% em 2025 para o mesmo trimestre, quando as despesas totais somaram 8,9 milhões de dólares.

A categoria de **Salários e Vencimentos** teve despesas com a maior taxa de execução cumulativa, correspondente a 35%, contando com um nível de execução de US\$ 3,0 milhões sobre uma dotação anual de US\$ 8,5 milhões. Do montante total desta categoria, a Autoridade RAEOA-ZEESM executou o montante de US\$ 3,8 milhões (17% da dotação anual) e Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno apresenta a execução de US\$ 849 mil (2% da dotação anual).

A categoria de **Bens e Serviços Correntes** conta com uma taxa de execução cumulativa de US\$ 778 mil (4%). Do montante total desta categoria, a Autoridade RAEOA-ZEESM executou o montante de US\$ 25 mil (0% da dotação anual) e o Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno apresenta a execução de US\$ 753 mil (6% da dotação anual).

Em **Transferências Públicas** conta com uma execução de US\$ 866 mil (15%) em relação à respetiva dotação anual aprovada, de US\$ 5.7 milhões. Do montante total desta categoria, a maior parte foi gasta pela Autoridade RAEOA-ZEESM.

Nas categorias de **Capital Minor e Capital de Desenvolvimento**, ainda não houve despesas, apesar das dotações orçamentais de US\$ 3 milhões e US\$ 23,2 milhões, respectivamente.

A tabela seguinte apresenta a execução por categoria da Autoridade RAEOA-ZEESM e Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

**Tabela n.º26 – Despesas por Categoria da RAEOA-(US\$'000')**

Despesas por Classificação Económicas	RAEOA 2026					RAEOA 2025			Variação entre 2026 e 2025 (\$'000)	
	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A	Compromisso e Obrigação D	% Execução inclui Compromisso e Obrigação E=(B+D)/A	Dotação Final F	Execução G	% Execução H=G/F	USD I=B-G	% J=I/G
Salários e Vencimentos	8.532	2.996	35%	0	35%	15.373	3.654	24%	(658)	(18%)
Bens e Serviços Correntes	19.575	778	4%	6.285	36%	21.200	3.887	18%	(3.109)	(80%)
Transferências Públicas	5.710	866	15%	0	15%	5.577		0%	866	0%
Capital Menor	3.001	0	0%	0	0%	0	398	0%	(398)	(100%)
Capital de Desenvolvimento	23.182	0	0%	0	0%	20.032	994	5%	(994)	(100%)
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>4.640</b>	<b>8%</b>	<b>6.285</b>	<b>18%</b>	<b>62.181</b>	<b>8.933</b>	<b>14%</b>	<b>(4.293)</b>	<b>(48%)</b>

### 4.3.3 Execução Orçamental das Despesas por Programa da RAEOA

Em 2026, a RAEOA planeou a implementação de 25 programas, compostos por diversos subprogramas e atividades.

A análise orçamental mostra que as dotações orçamentais estão altamente concentradas em alguns programas-chave, particularmente Estradas e Pontes, Funcionamento e Desenvolvimento Institucional e Eletricidade, que em conjunto representam uma parte significativa do orçamento regional.

O programa de Estradas e Pontes, com a maior alocação orçamental, de US\$ 20,89 milhões (aproximadamente 35% do orçamento total), não registou nenhuma despesa (0%) durante o período. Da mesma forma, Aeroporto (US\$ 5,71 milhões) e Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial (US\$ 4,01 milhões) também apresentaram execução zero, indicando atrasos na implementação de grandes projetos de infraestrutura e desenvolvimento estratégico.

Em contrapartida, Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, a segunda maior alocação, de US\$ 15,39 milhões, registou uma execução de US\$ 3,13 milhões, correspondendo a 20% de execução, e representa a maior contribuição para o gasto total durante o trimestre. Embora isso reflita algum progresso nas atividades operacionais, a taxa de execução permanece abaixo dos níveis esperados.

O programa Eletricidade, com uma dotação de 7,45 milhões de dólares, obteve uma execução de 0,75 milhões de dólares (10%), indicando progressos limitados nos investimentos relacionados com a energia.

Os programas no sector da educação demonstraram um desempenho comparativamente mais forte em termos percentuais, embora com dotações orçamentais menores. O Ensino Básico registou uma taxa de execução de 31%, seguido do Ensino Secundário com 30%, e da Educação Pré-escolar com 23%, sugerindo uma capacidade de implementação relativamente melhor nestas áreas.

No entanto, a maioria dos outros programas, incluindo Acesso à Justiça, Agricultura, Água e Saneamento, Transportes e Inclusão Social, não reportaram qualquer execução durante o trimestre. Além disso, programas relacionados com a saúde, como Cuidados de Saúde Secundários e Terciários e Cuidados de Saúde Primários registaram uma execução mínima (0%–1%), o que pode ter impacto nos resultados da prestação de serviços.

**Tabela n.º27 – Despesas por Programas da RAEOA-(US\$'000')**

<b>Programas</b>	<b>Dotação Final A</b>	<b>Execução B</b>	<b>% Execução C=B/A</b>	<b>Compromisso e Obrigação D</b>	<b>% Execução inclui Compromisso e Obrigação E=(B+D)/A</b>
Estradas e Pontes	20.886	0	0%	0	0%
Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	15.385	3.130	20%	5	20%
Eléctricidade	7.450	753	10%	6.278	94%
Aeroporto	5.712	0	0%	0	0%
Dezenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especia	4.009	0	0%	0	0%
Ensino Básico	2.193	682	31%	0	31%
Acesso à Justiça	1.084	0	0%	0	0%
Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	1.047	0	0%	0	0%
Cuidados de saúde secundários e terciários	766	1	0%	0	0%
Bolsas de Estudo	431	0	0%	0	0%
Investimento e Diversificação Económica	195	0	0%	0	0%
Água e Saneamento	154	0	0%	0	0%
Ensino Secundário	137	42	30%	0	30%
Educação Pré-escolar	130	30	23%	2	24%
Pecuária, Veterinária e Tecnologia	84	0	0%	0	0%
Transportes	66	0	0%	0	0%
Inclusão Social	60	0	0%	0	0%
Desenvolvimento Rural e Urbano	50	0	0%	0	0%
Cuidado de Saúde Primários	43	1	1%	0	1%
Turismo	42	1	3%	0	3%
Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	30	0	0%	0	0%
Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	22	0	0%	0	0%

Programas	Dotação Final A	Execução B	% Execução C=B/A	Compromisso e Obrigação D	% Execução inclui Compromisso e Obrigação E=(B+D)/A
Segurança Nacional	16	0	0%	0	0%
Cultura e Património	5	0	0%	0	0%
Ensino Recorrente	4	0	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>4.640</b>	<b>8%</b>	<b>6.285</b>	<b>18%</b>

#### 4.3.4 Execução Orçamental das Despesas por Funções da RAEOA

Durante o período analisado, a execução orçamental total atingiu US\$ 4,64 milhões de um total de US\$ 60,0 milhões, representando uma baixa taxa de execução de 8%. O desempenho geral indica uma implementação lenta na maioria dos setores.

As dotações orçamentais estão fortemente concentradas em Assuntos Económicos e Serviço Público Geral. No entanto, Assuntos Económicos, apesar de ser a maior dotação, registrou uma execução muito baixa (2%), principalmente devido a atrasos em setores-chave como transporte e infraestrutura.

O Serviço Público Geral foi o principal impulsionador das despesas, alcançando 13% de execução, amplamente apoiado por ajuda econômica externa.

O setor de Educação apresentou um desempenho relativamente mais forte (26%), indicando melhor capacidade de execução em comparação com outros setores.

A maioria das outras funções, incluindo Defesa, Segurança, Habitação, Saúde e Proteção Social, registrou execução mínima ou nenhuma, evidenciando desafios generalizados de implementação.

No geral, a baixa taxa de execução reflete atrasos em programas importantes e a necessidade de acelerar a execução orçamental nos próximos trimestres.

**Tabela n.º28 – Despesas por Funções da RAEOA-(US\$'000')**

Funções	Dotação Inicial A	Alteração B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C
<b>Serviço Público Geral</b>	<b>23.162</b>	<b>0</b>	<b>23.162</b>	<b>3.126</b>	<b>13%</b>
Órgãos executivos e legislativos. assuntos financeiros e fiscais. assuntos externos	8.213	0	8.213	0	0%
Ajuda económica externa	11.636	0	11.636	3,010	26%
Serviços gerais	3.286	0	3.286	116	4%

Funções	Dotação Inicial A	Alteração B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C
Serviços públicos gerais não especificados	26	0	26	0	0%
<b>Defesa</b>	<b>1.149</b>	<b>0</b>	<b>1.149</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Defesa militar	1.074	0	1.074	0	0%
Defesa civil	74	0	74	0	0%
<b>Segurança e ordem pública</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Segurança pública	22	0	22	0	0%
Serviços de segurança e ordem pública não especificados	2	0	2	0	0%
<b>Assuntos económicos</b>	<b>31.847</b>	<b>0</b>	<b>31.847</b>	<b>759</b>	<b>2%</b>
Assuntos económicos gerais. comerciais e laborais	28	0	28	1	4%
Agricultura. silvicultura. pesca e caça	1.183	0	1.183	0	0%
Combustíveis e energia	7.702	0	7.702	753	10%
Indústrias extrativas. indústria transformadora e construção	11.468	0	11.468	4	0%
Transportes	11.221	0	11.221	0	0%
Outras atividades	14	0	14	0	0%
Assuntos económicos não especificados	232	0	232	0	0%
<b>Habituação e infraestruturas coletivas</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Desenvolvimento coletivo	14	0	14	0	0%
Abastecimento de água	45	0	45	0	0%
<b>Saúde</b>	<b>826</b>	<b>0</b>	<b>826</b>	<b>1</b>	<b>0%</b>
Produtos. instrumentos e equipamentos médicos	1	0	1	0	16%
Serviços de saúde ambulatoriais	11	0	11	0	0%
Serviços dos hospitais	12	0	12	0	0%
Serviços de saúde pública	798	0	798	1	0%
Serviços de saúde não especificados	5	0	5	0	0%
<b>Desporto, recreação, cultura e religião</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Assuntos e serviços recreativos. culturais e religiosos não especificados	2	0	2	0	0%
<b>Educação</b>	<b>2.905</b>	<b>0</b>	<b>2.905</b>	<b>754</b>	<b>26%</b>
Ensino primário e pré-primário	2.328	0	2.328	712	31%
Ensino secundário	137	0	137	42	30%
Ensino não definido por níveis	5	0	5	0	0%
Serviços de educação não especificados	434	0	434	0	0%

Funções	Dotação Inicial A	Alteração B	Dotação Final C=A+B	Execução D	% Execução E=D/C
<b>Proteção social</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Doença incapacidade e deficiência	2	0	2	0	0%
Família e infância	2	0	2	0	0%
Pobreza e exclusão social não especificada	7	0	7	0	0%
Investigação e desenvolvimento em proteção social	15	0	15	0	0%
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>0</b>	<b>60.000</b>	<b>4.640</b>	<b>8%</b>

#### 4.4 Execução Orçamental do Instituto Nacional da Segurança Social

A informação apresentada nesta secção foi fornecida pela Segurança Social e as tabelas apresentadas são resumidas. Os detalhes podem ser encontrados em anexo.

##### 4.4.1 Execução Orçamental das Receitas por Categoria da INSS

###### 4.4.1.1 Receitas Totais

Em 31 de março de 2026, as receitas totais cobradas (execução orçamental) atingiram o montante de US\$ 104.894.440, correspondente a uma taxa de execução de 52,95%.

Este montante global das receitas inclui as transferências correntes do INSS para o FRSS (US\$28.783,96), que constituem receitas do FRSS (da Administração do FRSS). Estas transferências dizem respeito a verba destinada a cobrir as despesas de funcionamento/administração do FRSS.

Se excluirmos da nossa análise aquelas transferências entre as Instituições e regimes do perímetro orçamental, a execução orçamental das receitas consolidadas do OSS foi de US\$104.865.656, com uma taxa de execução praticamente igual de 52,99%. Esta taxa de execução é extremamente positiva para o primeiro trimestre do ano. Mesmo retirando o efeito do saldo transitado do ano anterior (em saldo de gerência, com uma taxa de execução naturalmente de 100%), a taxa de execução das receitas efetivas atinge 42,25%, o que é muito positivo para os primeiros 3 meses do ano.

**Tabela n.º29 - Receita Total da Classificação Económica da Segurança Social até primeiro trimestre de 2026-(US\$'000')**

<b>Receitas</b>	<b>Dotação OGE Inicial</b>	<b>Dotação OGE Corrigida</b>	<b>Execução</b>	<b>% Execução</b>
<b>Impostos e contribuições para a Segurança Social</b>	<b>46.250.305</b>	<b>46.250.305</b>	<b>15.139.855</b>	<b>33%</b>
<i>Contribuições e cotizações para a Segurança Social</i>	46.250.305	46.250.305	15.139.855	33%
<b>Taxas, coimas e outras penalidades</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<i>Coimas e outras penalidades</i>	500	500	-	0%
<b>Rendimentos</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>16.395</b>	<b>27%</b>
Juros	60.000	60.000	16.395	27%
<b>Transferências</b>	<b>124.422.207</b>	<b>114.995.030</b>	<b>52.939.802</b>	<b>46%</b>
<b><i>Transferências correntes</i></b>	<b><i>124.422.207</i></b>	<b><i>114.995.030</i></b>	<b><i>52.939.802</i></b>	<b><i>46%</i></b>
Transferências correntes da Administração Central	124.088.400	114.796.575	52.752.375	46%
Transferências correntes da Segurança Social	333.807	198.454	28.784	15%
Outras transferências correntes	-	-	158.642	0%
<b><i>Transferências correntes do Exterior</i></b>	<b><i>-</i></b>	<b><i>-</i></b>	<b><i>-</i></b>	<b><i>0%</i></b>
<b>Ativos e passivos financeiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<i>Ativos financeiros</i>	-	-	-	0%
<i>Passivos Financeiros</i>	-	-	-	0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<b>Saldo de Gerência</b>	<b>-</b>	<b>36.798.389</b>	<b>36.798.389</b>	<b>100%</b>
<b>Operações extraorçamentais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>170.733.012</b>	<b>198.104.224</b>	<b>104.894.440</b>	<b>53%</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.905.769</b>	<b>104.865.656</b>	<b>53%</b>
<b>TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO</b>	<b>170.399.205</b>	<b>161.107.380</b>	<b>68.067.267</b>	<b>42%</b>

#### 4.4.1.2 Receitas por Classificação Económica total

Analisando, agora, individualmente as principais fontes de receitas (categorias orçamentais), por classificação económica, verificamos que:

- Na categoria “Impostos e contribuições para a Segurança Social”, a taxa de execução é de 32,73%, correspondendo ao expectável, atendendo ao pagamento de uma verba normalmente superior de contribuições sociais em janeiro (respeitante às contribuições de dezembro do ano anterior, que incluem o 13.º mês);
- Na categoria “Taxas, coimas e outras penalidades”, com uma dotação inscrita de apenas 500 USD, a taxa de execução é nula, uma vez que o INSS não iniciou ainda a cobrança de coimas ou juros de mora pelo incumprimento das obrigações contributivas, por parte de entidades empregadoras e beneficiários;
- Na categoria “Rendimentos” a taxa de execução global é de 27,33%, revelando a obtenção de juros por depósitos à ordem nas contas bancárias da tesouraria da segurança social. A execução alcançada é superior ao esperado para o primeiro trimestre, uma vez que a aplicação em depósitos a prazo de curto prazo, numa ótica de gestão de tesouraria, não teve ainda lugar, uma vez que as transferências da Administração Central apenas foram recebidas no mês de março;
- Na categoria “Transferências” a taxa de execução global é de 46,04%. Nesta categoria incluem-se:
  - “transferências correntes da Administração Central” para a Segurança Social, com uma taxa de execução de 45,95%, tendo o Ministério das Finanças cumprido a transferência total da verba solicitada para o primeiro semestre, de acordo com o plano de tesouraria e transferências apresentado pelo INSS;
  - “transferências correntes entre regimes de segurança social”, do INSS para o FRSS, que não tem impacto no OSS consolidado e apresenta uma taxa de execução de 14,5%, que se refere à verba para cobrir as despesas com o funcionamento/administração do FRSS no primeiro trimestre, nos termos do plano de tesouraria aprovado;
  - “transferências correntes das Famílias”, onde se regista a cobrança de 158.642,20 USD, referentes a verbas devolvidas ao INSS por pagamentos indevidos de prestações sociais em anos anteriores (essencialmente devido a óbito dos beneficiários).
- Na categoria “saldo de gerência” a taxa de execução é, como esperado, de 100%.

#### **4.4.1.3 Receitas por Regime e Classificação Económica**

No subsetor da Segurança Social todas as receitas são receitas próprias e são totalmente consignadas ao pagamento de despesas específicas. Por essa razão, na Segurança Social, as receitas são apresentadas também por regime/programa de segurança social.

Tabela n.º30 - Receitas por Regime e Classificação Económica da Segurança Social até primeiro trimestre de 2026-(US\$'000')

Receitas	Regime Contributivo de Repartição				Regime não Contributivo			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Impostos e contribuições para a Segurança Social</b>	<b>46.250.305</b>	<b>46.250.305</b>	<b>15.139.855</b>	<b>33%</b>	-	-	-	<b>0%</b>
<i>Contribuições e cotizações para a Segurança Social</i>	46.250.305	46.250.305	15.139.855	33%	-	-	-	0%
<b>Taxas, coimas e outras penalidades</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	-	<b>0%</b>	-	-	-	<b>0%</b>
<i>Coimas e outras penalidades</i>	500	500	-	0%	-	-	-	0%
<b>Rendimentos</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>16.365</b>	<b>164%</b>	-	-	-	<b>0%</b>
Juros	10.000	10.000	16.365	164%	-	-	-	0%
Outros rendimentos	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Transferências</b>	<b>16.388.400</b>	<b>14.037.378</b>	<b>5.840.128</b>	<b>42%</b>	<b>104.250.000</b>	<b>98.418.328</b>	<b>46.451.970</b>	<b>47%</b>
<i>Transferências correntes</i>	<b>16.388.400</b>	<b>14.037.378</b>	<b>5.840.128</b>	<b>42%</b>	<b>104.250.000</b>	<b>98.418.328</b>	<b>46.451.970</b>	<b>47%</b>
Transferências correntes da Administração Central	16.388.400	14.034.328	5.840.128	42%	104.250.000	98.418.328	46.293.328	47%
Transferências correntes da Segurança Social	-	3.050	-	0%	-	-	-	0%
Outras transferências correntes	-	-	-	0%	-	-	158.642	0%
<i>Transferências correntes do Exterior</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%

Receitas	Regime Contributivo de Repartição				Regime não Contributivo			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Venda de bens e serviços</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Ativos financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Passivos Financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Saldo de Gerência</b>	-	<b>29.857.587</b>	<b>29.857.587</b>	<b>100%</b>	-	<b>5.831.672</b>	<b>5.831.672</b>	<b>100%</b>
<b>Operações extraorçamentais</b>	-			0%	-			0%
<b>TOTAL</b>	<b>62.649.205</b>	<b>90.155.769</b>	<b>50.853.934</b>	<b>56%</b>	<b>104.250.000</b>	<b>104.250.000</b>	<b>52.283.642</b>	<b>50%</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>62.649.205</b>	<b>90.152.719</b>	<b>50.853.934</b>	<b>56%</b>	<b>104.250.000</b>	<b>104.250.000</b>	<b>52.283.642</b>	<b>50%</b>
<b>TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO</b>	<b>62.649.205</b>	<b>60.295.133</b>	<b>20.996.348</b>	<b>35%</b>	<b>104.250.000</b>	<b>98.418.328</b>	<b>46.451.970</b>	<b>47%</b>

Receitas	Administração do INSS				Total do INSS			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Impostos e contribuições para a Segurança Social</b>	-	-	-	0%	<b>46.250.305</b>	<b>46.250.305</b>	<b>15.139.855</b>	<b>33%</b>
<i>Contribuições e cotizações para a Segurança Social</i>	-	-	-	0%	46.250.305	46.250.305	15.139.855	33%
<b>Taxas, coimas e outras penalidades</b>	-	-	-	0%	<b>500</b>	<b>500</b>	-	<b>0%</b>
<i>Coimas e outras penalidades</i>	-	-	-	0%	500	500	-	0%
<b>Rendimentos</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>	-	0%	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>16.365</b>	<b>27%</b>
Juros	50.000	50.000	-	0%	60.000	60.000	16.365	27%
Outros rendimentos				0%	-	-	-	0%
<b>Transferências</b>	<b>3.450.000</b>	<b>2.343.920</b>	<b>618.920</b>	<b>26%</b>	<b>124.088.400</b>	<b>114.799.625</b>	<b>52.911.018</b>	<b>46%</b>
<i>Transferências correntes</i>	<b>3.450.000</b>	<b>2.343.920</b>	<b>618.920</b>	<b>26%</b>	<b>124.088.400</b>	<b>114.799.625</b>	<b>52.911.018</b>	<b>46%</b>
Transferências correntes da Administração Central	3.450.000	2.343.920	618.920	26%	124.088.400	114.796.575	52.752.375	46%
Transferências correntes da Segurança Social				0%	-	3.050	-	0%
Outras transferências correntes				0%	-	-	158.642	0%
<i>Transferências correntes do Exterior</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Venda de bens e serviços</b>	-	-	-	<b>0%</b>	-	-	-	<b>0%</b>

Receitas	Administração do INSS				Total do INSS			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Ativos e passivos financeiros</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Ativos financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Passivos Financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Saldo de Gerência</b>	-	<b>970.727</b>	<b>970.727</b>	<b>100%</b>	-	<b>36.659.986</b>	<b>36.659.986</b>	<b>100%</b>
<b>Operações extraorçamentais</b>	-			0%	-	-	-	0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.500.000</b>	<b>3.364.647</b>	<b>1.589.647</b>	<b>47%</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.770.417</b>	<b>104.727.224</b>	<b>53%</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>3.500.000</b>	<b>3.364.647</b>	<b>1.589.647</b>	<b>47%</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.767.367</b>	<b>104.727.224</b>	<b>53%</b>
<b>TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO</b>	<b>3.500.000</b>	<b>2.393.920</b>	<b>618.920</b>	<b>26%</b>	<b>170.399.205</b>	<b>161.107.380</b>	<b>68.067.238</b>	<b>42%</b>

No regime contributivo de repartição, a taxa de execução total das receitas no primeiro trimestre de 2026 é de 56,41%. Este resultado deve-se a quatro fatores fundamentais:

- a) à integração do saldo de 2025, com uma taxa de execução de 100%;
- b) à taxa de execução elevada, mas esperada, nas contribuições sociais, devido à cobrança de contribuições relativas a um mês adicional em dezembro de 2025 (dezembro + 13.º mês);
- c) à receção das transferências da Administração Central para financiamento das pensões dos funcionários públicos (regime transitório) nos primeiros 6 meses do ano;
- d) à cobrança, superior ao previsto, de rendimentos obtidos por juros de depósitos á ordem.

Estes fatores explicam que, mesmo excluindo o saldo de gerência transitado de 2025 (que maioritariamente respeita a saldo do regime geral que foi já transferido em 2026 para o regime de capitalização no FRSS), a taxa de execução das receitas efetivas seja, ainda assim, de 34,82%.

As contribuições sociais são claramente a principal fonte de receitas deste regime (com um peso de 72,11 nas receitas efetivas cobradas) e a taxa de execução atingida foi de 32,73%.

As transferências da Administração Central (para pagamento do regime transitório, dos funcionários públicos) representam 27,81% das receitas efetivamente cobradas, e apresentam uma taxa de execução de 41,61%, mostrando que o Estado cumpriu inteiramente o plano de tesouraria acordado, tendo já transferido a verba necessária para pagamento das pensões do regime transitório nos primeiros 6 meses do ano.

Os rendimentos têm ainda peso reduzido no total de receitas (0,08%), mas os montantes cobrados no primeiro trimestre foram superiores ao esperado (163,65%), ultrapassando já o montante orçamentado, mesmo sem ter tido início a rentabilização dos excedentes de tesouraria (nomeadamente através de depósitos a prazo de curto prazo).

No regime não contributivo, a taxa de execução total atingiu os 50,15%, uma vez que a Administração Central concretizou a transferência da totalidade da verba solicitada para financiamento das prestações sociais não contributivas no primeiro semestre, sendo igualmente contabilizado o saldo de gerência de 2025. A estas receitas, crescem, ainda, as transferências de famílias, referentes à devolução de verbas indevidamente pagas, designadamente por morte de beneficiários.

Na Administração do INSS, a taxa de execução total foi de 47,25%, também muito elevada. Se excluirmos o saldo de gerência transitado de 2025 (naturalmente, com execução de 100%),

a taxa de execução das receitas efetivas é a esperada para o primeiro trimestre (25,85%), devido à concretização das transferências da Administração Central para cobrir as despesas de funcionamento nos primeiros 6 meses do ano, de acordo com o plano de tesouraria aprovado.

Na Administração do FRSS, a situação é semelhante, com uma taxa de execução total de 50,09%, refletindo a integração do saldo de gerência de 2025 e as transferências do INSS para o FRSS realizar despesas de administração, nos termos aprovados no plano de tesouraria.

#### **4.4.1.4 Receitas por Classificação Orgânica**

O OSS integra o orçamento das duas Instituições da Segurança Social – o INSS e o FRSS – excluindo, porém, o regime de capitalização, ou seja, o fundo de reserva gerido pelo FRSS.

O INSS, no global, registou uma taxa de execução das receitas de 52,95% no primeiro trimestre. Mesmo tendo em conta apenas as receitas efetivas (eliminando, portanto, o saldo transitado de 2025), a taxa de execução mantém-se elevada, em 42,25%. Este resultado confirma as elevadas taxas de execução sobretudo do regime contributivo de repartição e do regime não contributivo.

O FRSS registou uma taxa de execução das receitas de 50,09%, que corresponde à taxa de execução das receitas da administração do FRSS, incluindo apenas o saldo transitado e as transferências do INSS para o FRSS realizar despesas de administração.

Tabela n.º31 - Receitas por Classificação Orgânica da Segurança Social até primeiro trimestre de 2026-(US\$'000')

Receitas	Total do INSS				FRSS (sem Capitalização)			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Impostos e contribuições para a Segurança Social</b>	<b>46.250.305</b>	<b>46.250.305</b>	<b>15.139.855</b>	<b>33%</b>	-	-	-	<b>0%</b>
<i>Contribuições e cotizações para a Segurança Social</i>	46.250.305	46.250.305	15.139.855	33%	-	-	-	0%
<b>Taxas, coimas e outras penalidades</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	-	<b>0%</b>	-	-	-	<b>0%</b>
<i>Coimas e outras penalidades</i>	500	500	-	0%	-	-	-	0%
<b>Rendimentos</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>16.365</b>	<b>27%</b>	-	-	<b>30</b>	<b>0%</b>
Juros	60.000	60.000	16.365	27%	-	-	30	0%
Outros rendimentos	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Transferências</b>	<b>124.088.400</b>	<b>114.799.625</b>	<b>52.911.018</b>	<b>46%</b>	<b>333.807</b>	<b>195.404</b>	<b>28.784</b>	<b>15%</b>
<i>Transferências correntes</i>	<b>124.088.400</b>	<b>114.799.625</b>	<b>52.911.018</b>	<b>46%</b>	<b>333.807</b>	<b>195.404</b>	<b>28.784</b>	<b>15%</b>
Transferências correntes da Administração Central	124.088.400	114.796.575	52.752.375	46%	-	-	-	0%
Transferências correntes da Segurança Social	-	3.050	-	0%	333.807	195.404	28.784	15%
Outras transferências correntes	-	-	158.642	0%	-	-	-	0%
<i>Transferências correntes do Exterior</i>	-	-	-	<b>0%</b>	-	-	-	<b>0%</b>

Receitas	Total do INSS				FRSS (sem Capitalização)			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Venda de bens e serviços</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Ativos financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Passivos Financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Saldo de Gerência</b>	-	<b>36.659.986</b>	<b>36.659.986</b>	<b>100%</b>	-	<b>138.403</b>	<b>138.403</b>	<b>100%</b>
<b>Operações extraorçamentais</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>TOTAL</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.770.417</b>	<b>104.727.224</b>	<b>53%</b>	<b>333.807</b>	<b>333.807</b>	<b>167.216</b>	<b>50%</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.767.367</b>	<b>104.727.224</b>	<b>53%</b>	-	<b>138.403</b>	<b>138.432</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO</b>	<b>170.399.205</b>	<b>161.107.380</b>	<b>68.067.238</b>	<b>42%</b>	-	-	<b>30</b>	<b>0%</b>

#### **4.4.2 Execução Orçamental das Despesas por Categoria da Segurança Social**

A breve análise da execução orçamental das despesas no período de janeiro a março de 2026, que se segue nos pontos seguintes, deve ser lida em complemento às Tabelas das Despesas, apresentadas no relatório síntese de execução mensal, que se anexa, incluindo as tabelas das Despesas por Classificação orgânica, económica e estruturada por programas, e das Despesas por Classificação Económica, total e por regime.

##### **4.4.2.1 Despesas Totais**

Em 31 de março de 2026, as despesas totais executadas (execução orçamental) atingiram o montante de US\$56.031.744,01, correspondente a uma taxa de execução de 28,28%, o que corresponde, genericamente, ao esperado para o primeiro trimestre do ano.

Se tivermos em conta na nossa análise o orçamento total consolidado – excluindo as transferências entre Instituições e regimes do perímetro orçamental –, a execução orçamental das despesas consolidadas do OSS foi de US\$56.002.960,05, com uma taxa de execução semelhante, de 28,30%.

Neste período, o INSS transferiu para o FRSS, um total de US\$27.535.348,40:

- US\$28.783,96, referentes a transferências correntes para a administração do FRSS (para o FRSS realizar despesas de administração);
- US\$27.506.564,44, referentes a transferências de capital para o regime de capitalização. Este montante respeita aos excedentes apurados no regime de repartição em 2025 que transitaram como saldo para reverter para a capitalização em 2026.

Aquele montante total de US\$27.535.348,40 é registado como despesa do INSS e, portanto, como despesa do OSS. Contudo, apenas o valor de US\$28.783,96 é igualmente registado como receita do OSS (por ser receita do FRSS), consolidando no OSS. O remanescente (US\$27.506.564,44) refere-se a transferências do INSS para o regime de capitalização, pelo que, com a exclusão deste regime do perímetro orçamental, deixa de consolidar, sendo despesa efetiva do OSS.

Tabela n.º32 – Execução de Despesas por Classificação Económica total da Segurança Social até primeiro trimestre de 2026-(US\$'000')

Receitas	Total do INSS				Administração do FRSS				Total			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Impostos e contribuições para a Segurança Social</b>	<b>46.250.305</b>	<b>46.250.305</b>	<b>15.139.855</b>	<b>33%</b>	-	-	-	<b>0%</b>	<b>46.250.305</b>	<b>46.250.305</b>	<b>15.139.855</b>	<b>33%</b>
<i>Contribuições e cotizações para a Segurança Social</i>	46.250.305	46.250.305	15.139.855	33%	-	-	-	0%	46.250.305	46.250.305	15.139.855	33%
<b>Taxas, coimas e outras penalidades</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	-	<b>0%</b>	-	-	-	<b>0%</b>	<b>500</b>	<b>500</b>	-	<b>0%</b>
<i>Coimas e outras penalidades</i>	500	500	-	0%	-	-	-	0%	500	500	-	0%
<b>Rendimentos</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>16.365</b>	<b>27%</b>	-	-	<b>30</b>	<b>0%</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>	<b>16.395</b>	<b>27%</b>
Juros	60.000	60.000	16.365	27%	-	-	30	0%	60.000	60.000	16.395	27%
Outros rendimentos	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Transferências</b>	<b>124.088.400</b>	<b>114.799.625</b>	<b>52.911.018</b>	<b>46%</b>	<b>333.807</b>	<b>195.404</b>	<b>28.784</b>	<b>15%</b>	<b>124.422.207</b>	<b>114.995.030</b>	<b>52.939.802</b>	<b>46%</b>
<i>Transferências correntes</i>	<i>124.088.400</i>	<i>114.799.625</i>	<i>52.911.018</i>	<i>46%</i>	<i>333.807</i>	<i>195.404</i>	<i>28.784</i>	<i>15%</i>	<i>124.422.207</i>	<i>114.995.030</i>	<i>52.939.802</i>	<i>46%</i>
Transferências correntes da	124.088.400	114.796.575	52.752.375	46%	-	-	-	0%	124.088.400	114.796.575	52.752.375	46%

Receitas	Total do INSS				Administração do FRSS				Total			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
Administração Central												
Transferências correntes da Segurança Social	-	3.050	-	0%	333.807	195.404	28.784	15%	333.807	198.454	28.784	15%
Outras transferências correntes	-	-	158.642	0%	-	-	-	0%	-	-	158.642	0%
<b>Transferências correntes do Exterior</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Venda de bens e serviços</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Ativos financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<i>Passivos Financeiros</i>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>Saldo de Gerência</b>	-	<b>36.659.986</b>	<b>36.659.986</b>	<b>100%</b>	-	<b>138.403</b>	<b>138.403</b>	<b>100%</b>	-	<b>36.798.389</b>	<b>36.798.389</b>	<b>100%</b>

Receitas	Total do INSS				Administração do FRSS				Total			
	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução	Dotação OGE Inicial	Dotação OGE Corrigida	Execução	% Execução
<b>Operações extraorçamentais</b>	-	-	-	0%	-	-	-	0%	-	-	-	0%
<b>TOTAL</b>	170.399.205	197.770.417	104.727.224	53%	333.807	333.807	167.216	50%	170.733.012	198.104.224	104.894.440	53%
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	170.399.205	197.767.367	104.727.224	53%	-	138.403	138.432	100%	170.399.205	197.905.769	104.865.656	53%
<b>TOTAL EFETIVO CONSOLIDADO</b>	170.399.205	161.107.380	68.067.238	42%	-	-	30	0%	170.399.205	161.107.380	68.067.267	42%

#### 4.4.2.2 Despesas por Classificação Económica total

Se analisarmos individualmente as principais categorias orçamentais da despesa, por classificação económica, verificamos que:

- Na categoria “Salários e Vencimentos”, a taxa de execução foi de 22,59%, correspondendo ao esperado para o primeiro trimestre, tendo em atenção que a despesa de dezembro é sempre mais elevada devido ao pagamento de um mês adicional de salário (13º mês).
- Na categoria “Bens e Serviços correntes” a taxa de execução global registada foi de apenas 4,86%. Esta baixa execução deve-se ao atraso na conclusão dos procedimentos de aprovisionamento, tendo o INSS e o FRSS dedicado este período para receber formação específica, por parte do Ministério das Finanças, na área do aprovisionamento, em particular na nossa legislação e na criação de acesso próprio no portal do aprovisionamento. Simultaneamente, as ações de formação/estágios profissionais, no estrangeiro, sobretudo em Portugal, no quadro do Programa de Cooperação em vigor, apenas terão lugar no segundo semestre do ano.
- Na categoria “Transferências Públicas” a taxa de execução foi muito positiva, de 28,52%. Destacam-se em particular as “transferências de capital entre regimes de segurança social” e as “transferências correntes para famílias”.

Na rubrica “transferências correntes para famílias” a taxa de execução foi de 22,31%, o esperado para o primeiro trimestre, mostrando que o INSS está a cumprir a sua principal missão: a concessão de prestações sociais aos beneficiários de todos os regimes de segurança social.

Na rubrica “transferências de capital entre regimes de segurança social”, a taxa de execução foi de 41,03%, refletindo a concretização de transferências do INSS para o regime de capitalização, relativas ao saldo apurado em 2025 no regime de repartição. Como já referido, devido à exclusão do regime de capitalização do perímetro orçamental, estas transferências constituem despesa efetiva do INSS e do OSS.

- Nas categorias “Capital Menor” e “Capital de Desenvolvimento” a taxa de execução global foi nula, o que se justifica pelo facto da dotação orçamental inicialmente inscrita nestas categorias ser zero.

A análise da execução da despesa pelas categorias orçamentais permite-nos também verificar que a categoria “transferências públicas” é, de muito longe, a principal categoria de despesa do OSS, com um peso de 99,06% no total das despesas executadas no primeiro trimestre de 2026, revelando a importância dos regimes de segurança social.

Pelo contrário, as categorias relacionadas com a administração geral das Instituições da segurança social (salários e vencimentos, bens e serviços correntes, capital menor e capital de desenvolvimento), no seu conjunto, representaram apenas 0,94% das despesas totais executadas no primeiro trimestre, apesar da taxa de execução da categoria “salários e vencimentos” ser a esperada para o período.

No ponto seguinte analisa-se com mais detalhe a execução por programas, reiterando estes resultados.

#### 4.4.3 Execução Orçamental das Despesa por Programa da INSS

No subsetor da Segurança Social estão previstos 4 Programas, que correspondem aos 3 regimes do sistema de segurança social e à Administração, e apresentam-se na tabela seguinte.

**Tabela n.º33 – Despesas por Programas do Segurança Social-(US\$'000')**

<b>Programa/Subprograma/Atividade</b>	<b>Dotação OGE Inicial</b>	<b>Dotação OGE Corrigida</b>	<b>Execução</b>	<b>Taxa Execução (%)</b>
<b>Regime Contributivo de Repartição</b>	<b>62.649.205</b>	<b>90.155.769</b>	<b>31.439.335</b>	<b>35%</b>
<b>Regime transitório de segurança social</b>	<b>16.388.400</b>	<b>16.388.400</b>	<b>2.603.497</b>	<b>16%</b>
Pagamento de prestações sociais de direito - regime transitório de segurança social	16.388.400	16.388.400	2.603.497	16%
<b>Regime geral de segurança social</b>	<b>46.260.805</b>	<b>73.767.369</b>	<b>28.835.837</b>	<b>39%</b>
Pagamento de prestações sociais de direito - regime geral de segurança social	4.734.502	4.734.502	1.329.273	28%
Contribuições para o regime de capitalização	41.526.303	69.032.867	27.506.564	40%
<b>Regime Não Contributivo</b>	<b>104.250.000</b>	<b>104.250.000</b>	<b>24.036.024</b>	<b>23%</b>
<b>Proteção Social de Cidadania</b>	<b>104.250.000</b>	<b>104.250.000</b>	<b>24.036.024</b>	<b>23%</b>
Pagamento de prestações sociais não contributivas	104.250.000	104.250.000	24.036.024	23%
<b>Administração da Segurança Social (INSS)</b>	<b>3.500.000</b>	<b>3.364.647</b>	<b>511.100</b>	<b>15%</b>

<b>Programa/Subprograma/Atividade</b>	<b>Dotação OGE Inicial</b>	<b>Dotação OGE Corrigida</b>	<b>Execução</b>	<b>Taxa Execução (%)</b>
<b>Coordenação, gestão e funcionamento do INSS</b>	<b>3.500.000</b>	<b>3.364.647</b>	<b>511.100</b>	<b>15%</b>
Coordenação, gestão e funcionamento de todos os serviços (operacionais e técnicos) do INSS	3.306.538	3.171.185	503.536	16%
Formação em exercício dos Recursos Humanos do INSS	113.335	113.335	-	0%
Elaboração de estudos e propostas técnicas visando a melhoria, alargamento, eficácia e sustentabilidade do sistema de segurança social	-	-	-	0%
Extensão da cobertura do sistema de segurança social	80.127	80.127	7.564	9%
<b>Investimento Estratégico das Instituições da Segurança Social (INSS)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
Criação de serviços desconcentrados do INSS	-	-	-	0%
Construção do Sistema de Informação da Segurança Social	-	-	-	0%
Apetrechamento dos Serviços Centrais do INSS e FRSS (parte INSS)	-	-	-	0%
<b>TOTAL INSS</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.770.417</b>	<b>55.986.458</b>	<b>28%</b>
<b>Administração do FRSS</b>	<b>333.807</b>	<b>333.807</b>	<b>45.286</b>	<b>14%</b>
<b>Coordenação, gestão e funcionamento do FRSS</b>	<b>333.807</b>	<b>333.807</b>	<b>45.286</b>	<b>14%</b>
Funcionamento de todos os serviços e unidades orgânicas do Instituto FRSS	188.177	188.177	45.286	24%
Capacitação técnica e especializada dos Recursos Humanos do FRSS	145.630	145.630	-	0%
<b>Investimento Estratégico das Instituições do FRSS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>
Instalação e Aquisição de Equipamentos no FRSS	-	-	-	0%
<b>TOTAL FRSS</b>	<b>333.807</b>	<b>333.807</b>	<b>45.286</b>	<b>14%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>170.733.012</b>	<b>198.104.224</b>	<b>56.031.744</b>	<b>28%</b>
<b>TOTAL CONSOLIDADO</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.770.417</b>	<b>55.986.458</b>	<b>28%</b>

No regime contributivo de repartição, a única categoria orçamental com dotação inscrita é “Transferências Públicas”, incluindo as “transferências correntes para famílias” (relativas ao pagamento de prestações sociais) e as “transferências (correntes e de capital) para a segurança social” (relativas às transferências do INSS para o regime de capitalização, ou seja, para o fundo de reserva gerido pelo FRSS).

O total das despesas executadas neste regime foi de US\$ 31.439.334,58, correspondendo a uma taxa de execução 34,87%, o que é extremamente positivo para o primeiro trimestre.

Na rubrica “transferências correntes para famílias”, a taxa de execução foi de 18,62%. Este resultado ficou ligeiramente abaixo do esperado, essencialmente pelo facto de não terem sido ainda concluídos os processos de requerimento de pensões dos funcionários públicos.

Na rubrica “transferências de capital para a segurança social” a execução é bastante elevada, de 41,03%, refletindo as transferências do INSS para o regime de capitalização, relativas ao saldo apurado em 2025 no regime de repartição.

Na rubrica “transferências correntes para a segurança social” a dotação inscrita refere-se à transferência do INSS também para o regime de capitalização FRSS, para cobrir as despesas com a gestão operacional da carteira de ativos, sendo financiada por contribuições sociais. Esta rubrica não tem ainda execução, uma vez que está previsto, no plano aprovado, que a primeira transferência ocorra apenas no segundo trimestre de 2026.

No regime não contributivo, o total de despesas executadas no primeiro trimestre foi de US\$ 24.036.023,64, com uma taxa de execução de 23,06%, correspondendo exclusivamente à execução na categoria “Transferências Públicas”, a única categoria orçamental neste regime/programa. A taxa de execução atingida é a esperada e reflete o cumprimento do pagamento planeado das pensões sociais a idosos e pessoas em situação de incapacidade absoluta para o trabalho. Estas prestações são financiadas por transferências do Orçamento da Administração Central para o OSS, nos termos legais.

Na Administração do INSS, o total de despesas executadas no primeiro trimestre foi de US\$ 511.099,89, com uma taxa de execução de 15,19%, mais baixa relativamente aos programas relacionados com os regimes de segurança social. Este resultado deve-se exclusivamente ao atraso na conclusão nos procedimentos de aprovisionamento – como é normal no primeiro trimestre – resultando numa execução quase nula na maioria das rubricas na categoria de “bens e serviços correntes”. Note-se que a taxa de execução em “salários e vencimentos”, de 22,59%, é bastante positiva para o primeiro trimestre.

Na Administração do FRSS, o total de despesas executadas nos primeiros três meses do ano foi de US\$ 45.285,90, com uma taxa de execução de 13,57%. Este resultado justifica-se pelas

mesmas razões da baixa execução na categoria de “bens e serviços correntes” na administração do INSS, ou seja, pelo atraso verificado na conclusão dos procedimentos de provisionamento. Acresce que, no caso do FRSS, a equipa técnica esteve fortemente dedicada, nos primeiros 2 meses do ano, à realização do seminário internacional sobre os fundos de reserva da segurança social, levando a que as restantes atividades tenham sido planeadas para o período após abril de 2026.

#### **4.4.4 Execução Orçamental das Despesa por Classificação Orgânica da Segurança Social**

O INSS registou, no primeiro trimestre de 2026, um total de despesas de US\$ 55.986.458,11, incluindo a transferência corrente para o FRSS, para realização de despesas de administração (US\$ 28.783,96 USD). Este volume de despesas corresponde a uma taxa de execução de 28,31%, o que é muito positivo para o período.

A execução das despesas do INSS corresponde à execução das despesas do regime contributivo de repartição (com uma taxa de execução de 34,87%), do regime não contributivo (com uma taxa de execução de 23,06%) e da administração do INSS (com uma taxa de execução de 15,19%). Apesar da execução do programa de administração ter sido relativamente mais baixa, este programa representa apenas 1,7% do total do orçamento (corrigido) do INSS. Isto ajuda também a explicar que, em termos gerais, no primeiro trimestre, as despesas executadas nos regimes contributivo e não contributivo representem 99,09% do total das despesas do INSS.

O FRSS registou, no primeiro trimestre de 2026, um total de despesas de US\$ 45.285,90, com uma taxa de execução de 13,57%, correspondendo apenas à administração do FRSS, uma vez que o regime de capitalização (gerido pelo FRSS) foi excluído do perímetro orçamental, nos termos da LEO.

#### **4.4.5 Execução Orçamental das Despesa por Classificação Funcional da Segurança Social**

No Orçamento Geral do Estado, as despesas por classificação funcional são aprovadas no global para todo o Setor Público Administrativo, que inclui a Administração Central, a Segurança Social e a RAEOA. Por isso, o Subsetor da Segurança Social contribui, com os seus montantes, para o orçamento das despesas por classificação funcional.

Tendo em conta o perímetro orçamental previsto na nova LEO, o Subsetor da Segurança Social tem dotação orçamental inscrita em duas Divisões da Classificação Funcional, que refletem duas funções do Estado: nos “serviços gerais da administração pública”, onde está inscrita a verba relativa às transferências do INSS para despesas de administração do FRSS; e na “Proteção

Social” onde está inscrita a verba total para pagamento das prestações sociais, bem como para pagamento de despesas gerais de administração dos serviços das Instituições da Segurança Social.

**Tabela n.º34 – Execução das Despesas por Funções do Segurança Social-(us\$'000')**

<b>Classificação Funcional</b>	<b>Dotação OGE Inicial (\$'000)</b>	<b>Dotação OGE Corrigida (\$'000)</b>	<b>Execução (\$'000)</b>	<b>Taxa Execução (%)</b>
<b>Serviços gerais da administração pública</b>	<b>333.807</b>	<b>198.454</b>	<b>28.784</b>	<b>15%</b>
Transferências de carácter geral entre diferentes níveis da administração pública	333.807	198.454	28.784	15%
<b>Proteção Social</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.905.769</b>	<b>56.002.960</b>	<b>28%</b>
Doença, incapacidade e deficiência	9.795.940	9.795.940	2.728.173	28%
Velhice	108.198.962	108.198.962	23.808.701	22%
Morte e sobrevivência	6.327.000	6.327.000	1.262.196	20%
Família e infância	1.051.000	1.051.000	169.723	16%
Serviços de proteção social não especificados	45.026.303	72.532.867	28.034.166	39%
<b>TOTAL OSS (INSS+FRSS)</b>	<b>170.733.012</b>	<b>198.104.224</b>	<b>56.031.744</b>	<b>28%</b>
<b>TOTAL OSS CONSOLIDADO (INSS+FRSS)</b>	<b>170.399.205</b>	<b>197.905.769</b>	<b>56.002.960</b>	<b>28%</b>

Nos “serviços gerais da administração pública” o total de despesa executada no primeiro trimestre foi de 28.783,96 USD, com uma taxa de execução de 14,50%. Esta despesa diz respeito, como já referido, às transferências correntes do INSS para o FRSS realizar despesas de administração, constituindo uma despesa do INSS. A execução atingida é exatamente a esperada, nos termos do plano de tesouraria aprovado e tendo em conta o saldo transitado do ano 2025.

Na “Proteção Social” o total da despesa é 56.002.960,05 USD, com uma taxa de execução de 28,30%. A execução alcançada é basicamente a esperada para o período em quase todas as áreas da Proteção Social (“doença, incapacidade e deficiência”; “velhice” e “morte e sobrevivência”), apenas com uma taxa de execução mais baixa na “família e infância” (16,15%), revelando que a grande maioria dos funcionários públicos continua a não requerer prestações de parentalidade. Na área de “serviços de proteção social não especificados” a

taxa de execução é de 38,65%, o que se justifica pela transferência do saldo transitado de 2025 para o regime de capitalização, apesar das despesas dos programas de Administração terem tido uma execução mais baixa no primeiro trimestre, pelas razões já apresentadas.

#### 4.4.6 Saldo da Segurança Social

O Subsetor da Segurança Social registou um saldo reconciliado, no final do primeiro trimestre de 2026, no montante de 48.862.696,15 USD, depositado em contas à ordem das Instituições da Segurança Social, que integram a Tesouraria única da Segurança Social (48.740.765,61 USD nas contas do INSS; e 121.930,54 USD nas contas do FRSS), não existindo dinheiro em caixa.

Contas INSS	Saldo Extrato bancário		Saldo Contas SS	Saldo reconciliado
	Saldo Inicial	Saldo Final		
BNCTL	14 088 750,91	43 030 070,42	43 030 070,42	43 030 070,42
BNU	1 374 216,99	1 194 064,51	1 194 064,51	1 194 064,51
Mandiri	896 748,52	1 028 716,84	1 028 716,84	1 028 716,84
BRI	161 525,06	148 250,00	148 250,00	148 250,00
ANZ	3 024 961,22	3 339 663,84	3 339 663,84	3 339 663,84
<b>Total contas bancárias</b>	<b>19 546 202,70</b>	<b>48 740 765,61</b>	<b>48 740 765,61</b>	<b>48 740 765,61</b>
<b>Caixa</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total INSS</b>	<b>19 546 202,70</b>	<b>48 740 765,61</b>	<b>48 740 765,61</b>	<b>48 740 765,61</b>
Contas FRSS Administração	Saldo Extrato bancário		Saldo Contas SS	Saldo reconciliado
	Saldo Inicial	Saldo Final		
Administração (BRI)	1 511 606,39	121 930,55	121 930,54	121 930,54
<b>Total contas bancárias</b>	<b>1 511 606,39</b>	<b>121 930,55</b>	<b>121 930,54</b>	<b>121 930,54</b>
<b>Caixa</b>	<b>99,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total FRSS</b>	<b>1 511 705,39</b>	<b>121 930,55</b>	<b>121 930,54</b>	<b>121 930,54</b>
<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>21 057 908,09</b>	<b>48 862 696,16</b>	<b>48 862 696,15</b>	<b>48 862 696,15</b>

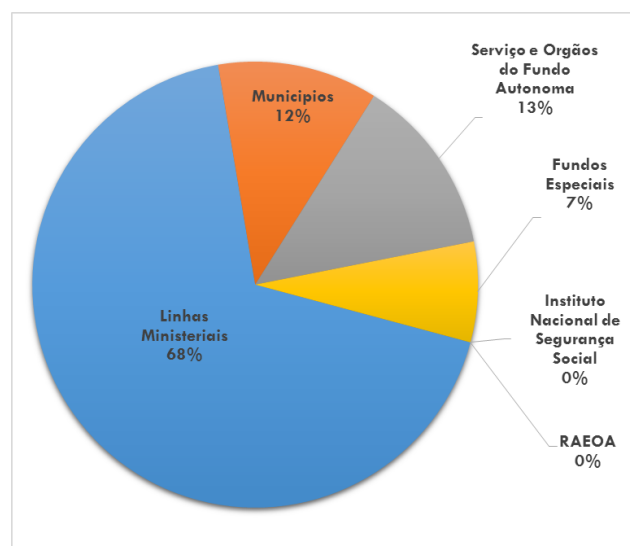
A maior parte deste saldo refere-se a verbas transferidas pela Administração Central em março, para financiar as despesas do primeiro semestre, com a administração do INSS e do FRSS, bem como com as pensões do regime transitório (dos funcionários públicos) e do regime não contributivo. Ainda assim, foi já apurado um saldo que irá, ao longo do ano 2026, reverter para o regime de capitalização no FRSS.

## Transferências de Caixa para o Setor Público Administrativo

Até o final do primeiro trimestre de 2026, o total das transferências orçamentárias efetuadas pelo Ministério das Finanças para as Linhas Ministeriais, Fundos Especiais, Agências Autônomas, e RAEOA foi de U\$D 220,4 milhões.

A maioria das transferências foram para as Linhas Ministeriais (68%), com um montante de U\$D 158,9 milhões, 12% para os Serviço e Órgãos do Fundo Autônomo (U\$D 28,4 milhões), 12% para municípios (U\$D 23 milhões) e 7% para Fundos Especiais (U\$D 9,4 milhões)

Na tabela seguinte amostra as transferências de caixa até o final do primeiro trimestre de 2026.



**Tabela n.º35 - Transferências de caixa até o primeiro trimestre de 2026**

No	Entidade	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Linhas Ministeriais	LM	158.920
2	Municípios	AM	23.741
3	Serviço e Órgãos do Fundo Autônomo	SOFA	28.364
4	Fundos Especiais	FE	9.371
5	Instituto Nacional de Segurança Social	INSS	0
6	RAEOA	RAEOA	0
<b>Total Geral</b>			<b>220.396</b>

No	Linhas Ministeriais	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Primeiro Ministro	PM	600
2	Presidência do Conselho de Ministros	PCM	1.000
3	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	MSSI	3.000
4	Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	MCAE	450
5	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	SEFOPE	1.085
6	Secretaria de Estado de Cooperativas	SECOOP	500
7	Ministério das Finanças	MF	500
8	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	MNEC	17.400
9	Ministério da Justiça	MJ	100
10	Ministério da Administração Estatal	MAE	
11	Ministério da Saúde	MS	12.000
12	Ministério do Ensino Superior Ciência e Cultura	MESCC	1.400

No	Linhas Ministeriais	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
13	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	SEII	200
14	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLN	35.000
15	Ministério das Obras Públicas	MOP	20.000
16	Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC	0
17	Ministério da Defesa	MD	2.500
18	FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	F-FDTL	8.000
19	Ministério do Interior	MI	3.579
20	Polícia Nacional Timor-Leste	PNTL	12.100
21	Ministério do Petróleo e Minerais/ MPRM	MPRM	6.000
22	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	PDHJ	450
23	Ministério do Turismo e Ambiente (MTA) /Secretaria de Estado do Ambiente	MTA	150
24	Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	MCAS	200
25	Ministério da Educação, Juventude e Desporto/ Ministério da Educação	ME	22.000
26	Ministério do Comércio e Indústria	MCI	2.096
27	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Flores	MAPPF	2.000
28	Ministério Juventude Desporto, Artes e Cultura/ Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	MJDAC	1.000
29	Ministério do Plano e Ordenamento	MPIE	900
30	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	MDRHC	0
31	Secretaria de Estado das Comunicações Sociais	SECOMS	500
32	Vice-primeiro-ministro para a Área económica	VPMAE	110
33	Vice-primeiro-ministro para a Área Social	VPMAS	200
	<b>Total</b>		<b>158.920</b>

No	Serviço e Órgãos do Fundo Autônoma	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Presidência da República	PR	1.900
2	Parlamento Nacional	PN	1.000
3	Tribunais	Tribunal	1.300
4	Procuradoria Geral da República	PGR	1.000
5	Inspeção-Geral do Estado	IGE	0
6	Polícia Científica de Investigação Criminal	PSIC	400
7	Autoridade de Proteção Civil	APC	1.200
8	Inspeção-Geral do Trabalho (SEFOPE)	IGT	100
9	Serviço Nacional de Inteligência	SNI	400
11	Administração dos Portos de Timor-Leste	APORTIL	0
12	Agência de Desenvolvimento Nacional	A.D.N	
13	Agência de Promoção de Investimento e Exportação d (TranDiNVEST)	TRANDINEST/AEI	0
14	Tecnologias de Informação e Comunicação I.P.	TIC	495
15	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Acad	ANAAA	0
16	Arquivo e Museu da Resistência Timorense	AMRT	707

No	Serviço e Órgãos do Fundo Autônoma	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
17	Arquivo Nacional de Timor-Leste	ANTL	120
18	Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste	AACTL	170
19	Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da	AIFAESA	200
20	Autoridade Nacional de Comunicações	ANC	0
21	Centro Logístico Nacional	CLN	0
22	Centro Nacional Chega! I.P	CNC	350
23	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional CNEFP TIBAR)	CNEFP-TIBAR	100
24	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, (SENAI)	SENAI-BECORA	195
25	Centro Nacional de Reabilitação	CNR	100
26	Comissão Anti Corrupção	CAC	350
27	Comissão da Função Pública	CFP	500
28	Comissão Nacional de Eleições	CNE	1.000
29	Conselho de Imprensa	CI	100
31	Hospital Nacional Guido Valadares	HNGV	2.500
32	Imprensa Nacional de Timor Leste, I.P.	INTL	182
33	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	IADE	237
34	Instituto de Defesa Nacional	IDN	403
36	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação d (BAMBU)	IPDF BAMBU	0
38	Instituto Nacional da Administração Pública	INAP	275
39	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	INCT	182
40	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP	INC-HIV-SIDA	230
41	Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Ob	INDMO	165
43	Instituto Para a Defesa dos Direitos da Criança, I	INDDICA	0
44	Instituto Para a Qualidade de Timor-Leste, IP	IQTL	254
45	Instituto Politécnico Betano	IPB	200
46	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	STAE	400
48	Serviço de Registo e Verificação Empresarial (Serve)	SERVE	100
49	Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica	SNAEM	845
50	TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, IP	TATOLI	185
51	Universidade Nacional de Timor-Leste	UNTL	2.500
30	Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	GFTM	250
52	Autoridade Nacional do Petroleo	ANP	1.775
53	Unidade de Missao para o Combate ao Stunting	UNMICS	73
54	Comissao Nacional de Aprovisionamento	CNA	
37	Instituto de Geociencias de Timor-Leste	IGTL/IPG	1.100
47	Instituto Nacional de Farmacia e Produtos Medicos	INFPM/SAMES	2.200
35	Instituto de Gestão de Equipamentos	IGEADI/PIEM	1.000
55	Milennium Challenges Accounts de Timor-Leste	MCATL	0
42	Instituto Nacional de Saúde Publica de Timor-Leste	INSPTL/INS	300
33	Defensoria Pública	DP	570

No	Serviço e Órgãos do Fundo Autônoma	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
10	Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social /Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	SASCAS / GASC	0
<b>Total</b>			<b>28.364</b>

No	Município	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Autoridade Municipal de Baucau	AM de Baucau	2.450
2	Autoridade Municipal de Bobonaro	AM de Bobonaro	2.000
3	Autoridade Municipal de Dili	AM de Dili	4.300
4	Autoridade Municipal de Ermera	AM de Ermera	2.100
5	Autoridade Municipal de Aileu	AM de Aileu	1.300
6	Autoridade Municipal de Ainaro	AM de Ainaro	2.306
7	Autoridade Municipal de Covalima	AM de Covalima	1.850
8	Autoridade Municipal de Lautém	AM de Lautém	1.500
9	Autoridade Municipal de Liquiçá	AM de Liquiçá	1.750
10	Autoridade Municipal de Manatuto	AM de Manatuto	1.000
11	Autoridade Municipal de Manufahi	AM de Manufahi	2.085
12	Autoridade Municipal de Viqueque	AM de Viqueque	600
13	Autoridade Administrativa de Atauro	AA de Atauro	500
<b>Total</b>			<b>23.741</b>

No	Fundos Especiais	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Fundo Infraestrutura	FI	5.000
2	Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	FDCH	4.371
3	Fundo Especial de Desenvolvimento Atauro	FEDA	0
<b>Total</b>			<b>9.371</b>

No	Instituto Nacional de Segurança Social	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Instituto Nacional de Segurança Social	INSS	0
2	Fundo de Reserva da Segurança Social	FRSS	0
<b>Total</b>			<b>0</b>

No	RAEOA	Sigla	Transferências no 1.º Trimestre
1	Autoridade RAEOA	RAEOA	0
2	Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administracao	FED RAEOA	0
<b>Total</b>			<b>0</b>

## Saldo de Caixa Disponível em 31 de março de 2026, em BCTL e Bancos Comerciais

A lista seguinte apresenta os saldos de caixa do Sector Público Administrativo no Banco Central de Timor Leste e nos Bancos Comerciais em 31 de Março de 2026.

**Tabela n.º36 – Saldo de Caixa Disponível em 31 de março 2026-(US\$'000')**

Total Caixa e Equivalente a Caixa do Setor Público Administrativo em 31 de março de 2026		
NO.	NOMES DE CONTA	2026
1	Administração Central	139,724
2	RAEOA (incl. Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA)	33,127
3	Segurança Social	36,798
	<b>Total da Administração Central, RAEOA e INSS</b>	<b>209,650</b>
4	Saldo de Caixa nas Contas Comerciais	56,344
	<b>TOTAL</b>	<b>265,994</b>

Saldo de Caixa no BCTL em 31 de março de 2026 Linhas Ministeriais		
NO.	NOMES DE CONTA	2026 (US\$'000)
1	Primeiro Ministro	378
2	Presidência do Conselho de Ministros	716
3	Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	50
4	Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	442
5	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	415
6	Secretaria de Estado de Cooperativas	593
7	Ministério das Finanças	889
8	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	7.702
9	Ministério da Justiça	716
10	Ministério da Administração Estatal	1.494
11	Ministério da Saúde	342
12	Ministério do Ensino Superior. Ciência e Cultura	876
13	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	2.302
14	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	2.927
15	Ministério das Obras Públicas	14.585
16	Ministério dos Transportes e Comunicações	1.664
17	Ministério da Defesa	1.785
18	FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL)	1.143
19	Ministério do Interior	645
20	Policia Nacional Timor-Leste	1.563
21	Ministério do Petróleo e Minerais	4.180

<b>Saldo de Caixa no BCTL em 31 de março de 2026</b> <b>Linhas Ministeriais</b>		
<b>NO.</b>	<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>2026</b> <b>(US\$'000)</b>
22	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	87
23	Ministério do Turismo e Ambiente	6
24	Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	73
25	Ministério da Educação	1.227
26	Ministério do Comércio e Indústria	1.121
27	Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	989
28	Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	780
29	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	548
30	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	226
31	Vice-Primeiro Ministro para a Área Social	67
32	Vice-Primeiro Ministro para a Área Económica	145
33	Secretaria de Estado para Comunicação	256
<b>TOTAL</b>		<b>50.935</b>

<b>Saldo de Caixa no BCTL em 31 de março de 2026</b> <b>Serviços e Fundos Autónomos no BCTL</b>		
<b>NO.</b>	<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>2026</b> <b>(Em US\$'000)</b>
1	Presidência da República (PR)	450
2	Parlamento Nacional (PN)	1.106
3	Tribunais	393
4	Procuradoria-Geral da República (PGR)	371
5	Autoridade Nacional do Petróleo (ANP)	568
6	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	39
7	Autoridade Proteção Civil (APC)	29
8	BAMBU	37
9	Comissão Anti Corrupção (CAC)	127
10	Comissão Nacional Aproveitamento (CNA)	114
11	Centro de Logístico Nacional (CLN)	13
12	Comissão da Função Pública (CFP)	315
13	Conselho de Imprensa (CI)	90
14	Comissão Nacional de Eleições (CNE)	748
15	Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas (GFTM)	58
16	Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV)	449
17	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE)	112
18	Instituto de Defesa Nacional (IDN)	214
19	Instituto de Gestão de Equipamentos (IGEADI)	48
20	Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)	139
21	Inspeção-Geral do Trabalho (IGT)	183
22	Instituto Nacional de Saúde Pública de Timor-Leste (INSPTL)/INS	3
23	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT)	114

<b>Saldo de Caixa no BCTL em 31 de março de 2026</b>		
<b>Serviços e Fundos Autónomos no BCTL</b>		
<b>NO.</b>	<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>2026 (Em US\$'000)</b>
24	Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mao-de-Obra (INDMO)	43
25	Instituto Politécnico Betano (IPB)	149
26	Polícia Científica de Investigação Criminal (PSIC)	170
27	Serviços de Apoio a Sociedade Civil e Auditoria Social (SASCAS)	150
28	Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	264
29	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)	150
30	Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL)	892
31	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting (UMCS)	25
32	Agência de Desenvolvimento Nacional I.P (ADN)	155
33	AIFAESA I.P	303
34	Arquivo e Museu da Resistência Timorense I.P (AMRT)	483
35	Autoridade Nacional de Comunicações I.P (ANC)	6.602
36	Arquivo Nacional de Timor-Leste I.P (ANTL)	46
37	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste (APIETL) / TRANDINEST/AEI	129
38	Administração Autoridade Portuária Timor Leste (APORTIL)	1
39	Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação I.P (ATIC)	252
40	Autoridade Aviação Civil de Timor-Leste I.P (AACTL)	69
41	Centro Nacional Chega! I.P (CNC)	27
42	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar I.P (CNEFP-Tibar)	14
43	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora I.P (CNFP - Becora) / SENAI	85
44	Centro Nacional de Reabilitação I.P (CNR)	23
45	Inspeção-Geral do Estado I.P (IGE)	30
46	Instituto de Geociências de Timor-Leste I.P (IGTL) / IPG	126
47	Imprensa Nacional de Timor Leste I.P (INTL)	131
48	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA (INCHSIDA) I.P	106
49	INDDICA I.P	127
50	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos I.P (INFPM)/SAMES	1.886
51	Instituto para a Qualidade de Timor-Leste I.P (IQTL)	191
52	Serviço de Registo e Verificação Empresarial I.P (SERVE)	235
53	Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica I.P (SNAEM)	197
54	TATOLI - Agência Noticial de Timor-Leste I.P	98
55	Defensoria Pública	252
56	Milennium Challenges Accounts de Timor-Leste	167
<b>TOTAL</b>		<b>19.296</b>

<b>Saldo de Caixa no BCTL em 31 de março de 2026</b>		
<b>Autoridade Municipais</b>		
<b>NO.</b>	<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>2026 (Em US\$'000)</b>
1	Autoridade Municipal de Baucau	810
2	Autoridade Municipal de Bobonaro	361
3	Autoridade Municipal de Dili	1.023
4	Autoridade Municipal de Ermera	266
5	Administração Municipal de Aileu	397
6	Administração Municipal de Ainaro	656
7	Administração Municipal de Covalima	834
8	Administração Municipal de Lautém	497
9	Administração Municipal de Liquiçá	344
10	Administração Municipal de Manatuto	459
11	Administração Municipal de Manufahi	992
12	Administração Municipal de Viqueque	98
13	Autoridade Administrativa de Ataúro	324
<b>TOTAL</b>		<b>7.061</b>

<b>Saldo de Caixa no BCTL em 31 de março de 2026</b>		
<b>Fundos Especiais e CFET</b>		
<b>NO.</b>	<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>2026 (Em US\$'000)</b>
1	Comissao Administração do Fundo da Infraestrutura (FI)	7.464
2	Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH)	89
3	Fundo Covid-19	432
4	Fundo Consolidado (FCTL)	54.335
5	Fundo Especial do Desenvolvimento Atauro (FEDA)	111
<b>TOTAL</b>		<b>62.431</b>

**Saldo de Caixa nos Bancos Comerciais em 31 de março de 2026**

<b>NO.</b>	<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>2026</b>
1	Conta Operacional	30,176
2	Escrow	38
3	Deposito Prazo	23,339
4	Merenda Escolar	346
5	PNDS	2,446
<b>TOTAL</b>		<b>56,344</b>

Seguida os detalhes dos saldos disponíveis em 31 de março de 2026 para a RAEOA.

<b>NOMES DE CONTA</b>	<b>Saldo</b>
<b>BANCO CENTRAL DE TIMOR-LESTE</b>	<b>5.731</b>
Regiao Administrativa Especial Oe-Cusse Ambeno - RAEOA	4.773
Fundo Especial Dezenvolvimento da RAEOA - FED RAEOA	958
<b>BANCO NACIONAL ULTRAMARINO</b>	<b>6.278</b>
Conta - 1	5.014
Conta - 2	663
Conta - 6	135
Conta - 7	465
<b>BANCO NACIONAL DO COMERCIO DE TIMOR LESTE</b>	<b>0</b>
Government Acct RAEOA-ZEESM-TL	
<b>BRI</b>	<b>21.116</b>
Deposito Prazo	21.116
<b>Total</b>	<b>33.125</b>

## As Operações da Gestão da Dívida Pública e de contratação de empréstimos

### Desembolsos de empréstimos em 2026

Até 31 de março de 2026, o desembolso total foi de U\$D 9,98 milhões destinados a financiar projetos a partir de empréstimos, dos quais U\$D 9,49 foram do BAD e U\$D 488 mil do BM.

O empréstimo de ADB 4081-water Supply & sanitation Investment Project (Lautem-Manufahi) obteve o seu primeiro desembolso em Março de 2026 com um montante de U\$D 7,49 milhões.

A Tabela seguinte demonstra os desembolsos realizados até ao primeiro trimestre de 2026.

**Tabela n.º37 – Desembolsos de empréstimos – primeiro trimestre 2026-(US\$'000')**

Financiador / Contrato	Desembolsos (1.º Trim. 2026)
ADB 3020 -Road Network Upgrading Project sector (Manatuto-Natarbora)	
ADB 3021 -Road Network Upgrading Project sector (Manatuto-Natarbora)	
ADB 3181 -Road Network Upgrading Project (Tasitolu-Tibar Four Lane Road)	
ADB 3341 -Road Network Upgrading Project sector(Baucau -Lautem-Maubara-Karimbala)	
ADB 3342 -Road Network Upgrading Project sector (Baucau -Lautem-Maubara-Karimbala)	
ADB 3456 - Dili to Baucau Highway Project (Manatuto- Baucau)	458
ADB 3643 -Baucau to Viqueque Highway Project (Baucau- VQQ)	370
ADB 3644 -Baucau to Viqueque Highway Project (Baucau- VQQ)	1.179
ADB 4104 -President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	
ADB 4105 -President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	
ADB 4132 -Power Distribution and Modernisation Project	
ADB 4213 -Dili West Water Supply Project	
ADB 4081 -water Supply & sanitation Investment Project (Lautem-Manufahi)	7.492
ADB 4214 -Dili West Water Supply Project	
ADB 4721 -National Road Networks Upgrading Project (Road Section Lospalos to Illiomar & Bridges Between Baucau to Lautem)	
<b>TOTAL ADB</b>	<b>9.499</b>
WB 53030 - Additional Financing for Road Climate Resilience Project (Aileu -Ainaro)	
WB 60120 - Additional Financing for Road Climate Resilience Project (Laulara-solerema)	
WB 64880 -Timor-Leste Branch Road Project (Gleno-Letefoho-hatubuilico)	488
WB 82900 - Additional Financing for Road Climate Resilience Project (Aileu -Ainaro)	
<b>TOTAL WB</b>	<b>488</b>
<b>TOTAL ADB + WB</b>	<b>9.987</b>

### Pagamento da Amortização de capital de empréstimos, juros e encargos

A tabela abaixo apresenta o montante do pagamento a título de amortização de capital de empréstimo, bem como dos juros e encargos, relativos ao primeiro, trimestre de 2026, às três

grandes instituições financeiras: o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), o Banco Mundial (BM) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

**Tabela n.º38 – Pagamento da Amortização de capital de empréstimos, juros e encargos – primeiro trimestre 2026-(US\$'000')**

Contrato	Data	Amortização Capital de Empréstimo	Juros	Compro misso	Total
ADB 2857 -Road Network Upgrading Project (Dili -Tibar - Liquisa-Tibar -Gleno)	10/3/2026	578	568		<b>1.146</b>
ADB 2858 -Road Network Upgrading Project (Dili -Tibar - Liquisa-Tibar -Gleno)	6/3/2026	167	46		<b>213</b>
ADB 3020 -Road Network Upgrading Project sector (Manatuto- Natarbora)					-
ADB 3021 -Road Network Upgrading Project sector (Manatuto- Natarbora)					-
ADB 3181 -Road Network Upgrading Project (Tasitolu-Tibar Four Lane Road)	6/3/2026	299	199	1	<b>499</b>
ADB 3341 -Road Network Upgrading Project sector(Baucau - Lautem-Maubara-Karimbala)					-
ADB 3342 -Road Network Upgrading Project sector (Baucau - Lautem-Maubara-Karimbala)					-
ADB 3456 - Dili to Baucau Highway Project (Manatuto- Baucau)	6/3/2026		373		<b>1.614</b>
	10/3/2026	1.241			
ADB 3643 -Baucau to Viqueque Highway Project (Baucau- VQQ)	6/3/2026	266	223	7	<b>495</b>
ADB 3644 -Baucau to Viqueque Highway Project (Baucau- VQQ)	6/3/2026		131		<b>756</b>
	10/3/2026	625			
ADB 4104 -President Nicolau Lobato International Airport Expansion Porject					-
ADB 4105 -President Nicolau Lobato International Airport Expansion Porject					-
<b>Total ADB</b>		<b>3.177</b>	<b>1.540</b>	<b>7</b>	<b>4.724</b>
WB 53030 - Additional Financing for Road Climate Resilience Project (Aileu -Ainaro)	6/3/2026	413	260		<b>672</b>
WB 60120 - Additional Financing for Road Climate Resilience Project (Laulara-solerema)	6/3/2026	354	192		<b>546</b>
WB 64880 -Timor-Leste Branch Road Project (Gleno-Letefoho- hatubuilico)	6/3/2026			42	<b>42</b>
WB 82900 - Additional Financing for Road Climate Resilience Project (Aileu -Ainaro)	6/3/2026	383	196		<b>578</b>
<b>Total WB</b>		<b>1.150</b>	<b>647</b>	<b>42</b>	<b>578</b>
JICA TLS P1 - National Road no.1 Upgrading Project (Hera- Manatuto)	6/3/2026		63		<b>770</b>
	10/3/2026	706			
<b>Total JICA</b>		<b>706</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>770</b>
<b>TOTAL</b>		<b>5.033</b>	<b>2.250</b>	<b>49</b>	<b>6.072</b>

No final do primeiro trimestre de 2026, o montante total de amortização do capital de empréstimos foi de US\$ 5 milhões, com pagamento de juros totalizaram US\$ 2,2 milhões, os outros encargos de compromissos de US\$ 49 mil, e os pagamentos de juros capitalizados e

outros encargos de compromissos capitalizados totalizaram US\$ 180 milhões e US\$ 123 mil, respetivamente.

O BAD o maior financiador, conta com um total de amortização de capital de empréstimos de US\$ 3,2 milhões e pagamentos de juros e juros capitalizados ascendem a US\$ 1,5 milhões e US\$ 179 mil. O encargo de compromissos e compromissos capitalizados dos empréstimos do BAD é de US\$ 7,1 milhões e US\$ 123 mil. Vários contratos de empréstimo do BAD apresentam amortizações e pagamentos de juros significativos. O empréstimo de BAD 3456 tem a amortização mais elevada de US\$ 1,2 milhões e um pagamento de juros de US\$ 373 mil. Por sua vez, o empréstimo d 2857 mostra uma amortização de US\$ 578 mil e um pagamento de juros de US\$ 567 mil.

Outros projetos como o ADB 4104 , o ADB 4105, o ADB 4132 - Loan Project, e ADB 4213 não têm montantes especificados de amortização, juros ou compromisso para este período, mas mostram capitalização de juros e compromissos num valor total de US\$ 179 ml e US\$ 123 mil respetivamente.

O Banco Mundial (incluindo empréstimos IBRD e IDA) representa o segundo maior financiador, e conta com um total de amortização de capital de empréstimo de US\$ 1,1 milhões , pagamentos de juros que totalizam US\$ 647 mil e um encargo de compromisso total de US\$ 41 mil. Os principais contratos do Banco Mundial incluem o WB IDA 5303 - Loan Project e tem a maior amortização de US\$ 412 mil e juros de US\$ 259 mil, o WB 82900 que tem uma amortização de US\$ 382 mil e juros de US\$ 195 mil e o empréstimo de WB 60120 que tem uma amortização de US\$ 354 mil e juros de US\$ 191 mil.

A JICA tem apenas um contrato, com uma amortização de capital de empréstimo de US\$ 706 mil e um pagamento de juros mínimo de \$ 63 mil. Não há encargo de compromisso especificado para este projeto.

#### ***Amortização, juros e encargos acumulados no período de 2012 a 2026***

A amortização, juros e encargos no período de 2012 ao primeiro trimestre de 2026 ascenderam a US\$ 126,5 milhões. Isto correspondeu a US\$ 76,9 milhões de amortização de capital, US\$ 32,6 milhões de juros, US\$1,5 milhões de encargos de compromisso, US\$ 13,9 milhões de juros capitalizado e US\$ 2,4 milhões de encargose compromisso capitalizado.

A tabela seguinte apresenta a amortização de capital de empréstimos, bem como dos juros e outros encargos associados, desde o ano de 2012 até ao primeiro trimestre de 2026.

**Tabela n.º39 – Amortização, juros e encargos acumulado período de 2012 a 2026**

<b>Ano</b>	<b>Amortização de Capital</b>	<b>Juros</b>	<b>Encargos de Compromissos</b>	<b>Juros Capitalizados</b>	<b>Encargos de Compromissos Capitalizados</b>	<b>Total Pagamento</b>
<b>2012</b>	0	0	0	0	21	21
<b>2013</b>	0	0	0	1	99	100
<b>2014</b>	0	0	0	83	131	214
<b>2015</b>	0	41	43	132	128	344
<b>2016</b>	0	134	138	420	167	858
<b>2017</b>	253	538	224	617	181	1.813
<b>2018</b>	544	1.101	333	985	161	3.123
<b>2019</b>	3.254	2.096	0	1.679	152	7.182
<b>2020</b>	3.939	2.154	20	1.616	114	7.843
<b>2021</b>	6.371	2.022	21	1.260	96	9.770
<b>2022</b>	12.522	2.449	23	1.499	204	16.698
<b>2023</b>	14.664	4.876	15	2.914	297	22.766
<b>2024</b>	15.177	7.243	322	1.406	285	24.433
<b>2025</b>	15.188	7.664	317	303	256	23.728
<b>2026</b>	5.033	2.250	49	180	123	7.635
	<b>76.945</b>	<b>32.569</b>	<b>1.506</b>	<b>13.094</b>	<b>2.414</b>	<b>126.529</b>

**Tabela n.º40 – Detalhes do Empréstimo durante primeiro trimestre de 2026-(US\$'000')**

**Reembolso cumulativo de principal de empréstimo da conta do Governo em 31 de março de 2026  
Todos em USD'000**

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Montante do empréstimo assinado	Desembolso total do empréstimo em 31 dez 2025 (A)	Desembolso total do empréstimo em 2026 (B)	Desembolso total do empréstimo ate 31 Mar 2026 (C=A+B)	Reembolso do Empréstimo acumulado do ano pago em 31 dez 2025 (D)	Reembolso do empréstimo ate 31 Mar 2026 (E)	Reembolso total do empréstimo ate 31 Mar 2026 (F=D+E)	Saldo em aberto em ate 31 Mar 2026 (G=C-F)	Início do Reembolso do Empréstimo	Reembolso dos Principais Empréstimos Termina
ADB - 2857	Road Net. Upgrading Sector Project_Dili to Liquica	30.850	30.481		30.481	6.521	578	7.099	23.382	15-Sep-17	15-Mar-37
ADB - 2858	Road Net. Upgrading Sector Project_Tibar to Gleno	9.150	8.402		8.402	1.840	167	2.007	6.395	15-Mar-20	15-Mar-44
ADB - 3020	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	40.000	38.992	0	38.992	11.364	0	11.364	27.628	15-Apr-19	15-Oct-38
ADB - 3021	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	10.000	8.856	0	8.856	3.200	0	3.200	5.657	15-Apr-19	15-Oct-38
ADB - 3181	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Tibar to Gleno	11.780	11.117	0	11.117	3.038	299	3.338	7.779	15-Sep-19	15-Mar-39
ADB - 3341	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Liquica Tibar to Gleno	53.000	31.739	0	31.739	6.775	0	6.775	24.964	15-Apr-21	15-Oct-38
ADB - 3342	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing	23.220	19.726	0	19.726	5.654	0	5.654	14.072	15-Apr-21	15-Oct-40
ADB - 3456	Dili to Baucau Highway Project	49.650	47.213	458	47.671	9.930	1.241	11.171	36.500	15-Mar-22	15-Sep-41
ADB - 3643	Baucau to Viqueque Highway Project_Venilale to Viqueque	19.000	10.133	370	10.503	1.105	266	1.370	9.133	15-Mar-23	15-Sep-42
ADB - 3644	Baucau to Viqueque Highway Project_Baucau to Venilale	25.000	16.316	1.179	17.496	3.750	625	4.375	13.121	15-Mar-23	15-Sep-42
ADB 4104	President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	50.000	11.046	0	11.046	0	0	0	11.046	1-Mar-27	1-Mar-48
ADB 4105	President Nicolau Lobato International Airport Expansion Project	85.000	6.548	0	6.548	0	0	0	6.548	1-Mar-27	1-Sep-46
ADB 4132	Power Distribution Modernation Project	35.000	882	0	882	0	0	0	882	15-Mar-27	15-Mar-42
ADB 4213	Dili West Water Supply Project	50.000	136	0	136	0	0	0	136	15-Mar-30	15-Sep-46
ADB 4081	Water Supply & sanitation Investment Project (Lautem-Manufahi)	47.000	0	7.492	7.492	0	0	0	7.492		
ADB 4214	Dili West Water Supply Project	77.000									

**Reembolso cumulativo de principal de empréstimo da conta do Governo em 31 de março de 2026**  
**Todos em USD'000**

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Montante do empréstimo assinado	Desembolso total do empréstimo em 31 dez 2025 (A)	Desembolso total do empréstimo em 2026 (B)	Desembolso total do empréstimo ate 31 Mar 2026 (C=A+B)	Reembolso do Empréstimo acumulado do ano pago em 31 dez 2025 (D)	Reembolso do empréstimo ate 31 Mar 2026 (E)	Reembolso total do empréstimo ate 31 Mar 2026 (F=D+E)	Saldo em aberto em ate 31 Mar 2026 (G=C-F)	Início do Reembolso do Empréstimo	Reembolso dos Principais Empréstimos Termina
ADB 4721	National Road Networks Upgrading Project (Road Section Lospalos to Illiomar & Bridges Between Baucau to Lautem)	75.000									
<b>Total ADB</b>		<b>690.650</b>	<b>241.589</b>	<b>9.499</b>	<b>251.088</b>	<b>53.176</b>	<b>3.177</b>	<b>56.352</b>	<b>194,735</b>		
WB IDA 53030	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_ Aileu to Ainaro	25.000	25.000	0	25.000	5.775	413	6.188	18,812	15-Mar-19	15-Sep-38
WB IDA 60120	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_ Laulara to Solerema	36.026	22.602	0	22.602	3.524	354	3.878	18,724	15-Sep-22	15-Mar-42
WB IDA 64880	Road Network & Upgrade Gleno - Letefoho-Hatubuilico	59.000	11.908	488	12.396	0	0	0	12,396	15-Mar-30	15-Sep-59
WB IBRD 82900	Aileu to Ainaro	15.000	14.954	0	14.954	3.059	383	3.442	11,512	15-Mar-22	15-Mar-41
<b>Total WB</b>		<b>135.026</b>	<b>74.464</b>	<b>488</b>	<b>74.952</b>	<b>12.358</b>	<b>1.150</b>	<b>13.508</b>	<b>61,445</b>		
JICA TLS P1	National Road No. 1 Upgrading Project	63.285	38.754	0	38.754	6.379	706	7.085	31,669	20-Mar-22	20-Mar-42
<b>TOTAL TODOS EMPRÉSTIMOS</b>		<b>888,961</b>	<b>354.807</b>	<b>9.987</b>	<b>364.794</b>	<b>71.912</b>	<b>5.033</b>	<b>76.945</b>	<b>287.849</b>		

**Tabela n.º41 – Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos-(US\$'000')**

**Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos em 31 de Março de 2026**  
**Todos em USD'000**

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Juros Capitalizados acumulado do ano	EC Capitalizados acumulado do ano	Total Capitalização	Data de início da capitalização	Data final da capitalização **	Juros acumulados do ano até 31 de dezembro de 2025 (A)	Juros pagos em 2026 (B)	Juros acumulados do ano 31 de março de 2026 (A + B)	EC acumulado do ano pago em 31 de dezembro de 2025 '(C)	EC Pago 2026 (D)	EC acumulado no ano pago em 31 de março de 2026 (C + D)	Juros e EC acumulados no ano pagos [A + B] + [C+D]	Notas
ADB - 2857	Road Net. Upgrading Sector Project_Dili to Liquica	562	136	699	15/Sep/12	15/Mar/17	7.139	568	7.706	1	0	1	7.707	Loan Closed. Start to pay from Gov. Account in 15 Sep 2017 on wards
ADB - 2858	Road Net. Upgrading Sector Project_Tibar to Gleno	126	0	126	15/Mar/14	15/Mar/17	813	46	859	0	0	0	859	Loan Closed - COL. Start to pay from Gov. Account in 15 Sep 2017 on wards
ADB - 3020	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	937	263	1.200	15/Apr/14	15/Oct/19	6.292	0	6.292	67	0	67	6.359	Start to pay from the Gov. Account in 15 Oct 2019 onwards
ADB - 3021	Road Net. Upgrading Sector Project_Manatuto to Natarbora	530	0	530	15/Oct/14	on going	613	0	613	0	0	0	613	COL***
ADB - 3181	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Tibar to Gleno	362	58	420	15/Mar/16	on going	1.404	199	1.603	307	1	308	1.911	
ADB - 3341	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing _Liquica Tibar to Gleno	3.049	471	3.520	15/Oct/16	on going	2.604	0	2.604	49	0	49	2.653	
ADB - 3342	Road Net. Upgrading Sector Project.-Add. Financing	1.079	0	1.079	15/Oct/17	on going	545	0	545	0	0	0	545	COL***
ADB - 3456	Dili to Baucau Highway Project	3.500	0	3.500	15/Mar/18	on going	1.051	373	1.424	0	0	0	1.424	COL***
ADB - 3643	Baucau to Viqueque Highway	525	125	650	15/Mar/19	on going	723	223	946	24	7	31	976	

**Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos em 31 de Março de 2026**  
**Todos em USD'000**

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Juros Capitalizados acumulado do ano	EC Capitalizados acumulado do ano	Total Capitalização	Data de início da capitalização	Data final da capitalização **	Juros acumulados do ano até 31 de dezembro de 2025 (A)	Juros pagos em 2026 (B)	Juros acumulados do ano 31 de março de 2026 (A + B)	EC acumulado do ano pago em 31 de dezembro de 2025 (C)	EC Pago 2026 (D)	EC acumulado no ano pago em 31 de março de 2026 (C + D)	Juros e EC acumulados no ano pagos [A + B] + [C+D]	Notas
	Project_Venilale to Viqueque													
ADB - 3644	Baucau to Viqueque Highway Project_Baucau to Venilale	760	0	760	15/Sep/20	on going	28	131	159	0	0	0	159	
ADB 4104	President Nicolau Lobato Domésticational Airport Expansion Project	48	484	532	1/Mar/22	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4105	President Nicolau Lobato Domésticational Airport Expansion Project	0	0		N/A	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4132	Power Distribution Modernation Project	97	188	284	15/Sep/22	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4213	Dili West Water Supply Project	145	76	221	15/Sep/23	on going	0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4081	Water Supply & sanitation Investment Project (Lautem-Manufahi)	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4214	Dili West Water Supply Project	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	
ADB 4721	National Road Networks Upgrading Project (Road Section Lospalos to Illiomar & Bridges Between Baucau to Lautem)	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	
<b>Total ADB</b>		<b>11,719</b>	<b>1,802</b>	<b>13,521</b>			<b>21,211</b>	<b>1,540</b>	<b>22,751</b>	<b>448</b>	<b>7</b>	<b>456</b>	<b>23,207</b>	
WB IDA 53030	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj._Aileu to Ainaro	0	0	0	N/A	N/A	2.941	260	3.201	2.739	0	2.739	5,940	Pay from Gov. Acc. From 15 Mar 2015 on wards

**Juros acumulados de empréstimos e encargos de compromisso (CC) capitalizados e pagamentos em 31 de Março de 2026**  
**Todos em USD'000**

No. Empréstimo	Título de Projeto de Empréstimo	Juros Capitalizados acumulado do ano	EC Capitalizados acumulado do ano	Total Capitalização	Data de início da capitalização	Data final da capitalização **	Juros acumulados do ano até 31 de dezembro de 2025 (A)	Juros pagos em 2026 (B)	Juros acumulados do ano 31 de março de 2026 (A + B)	EC acumulado do ano pago em 31 de dezembro de 2025 (C)	EC Pago 2026 (D)	EC acumulado no ano pago em 31 de março de 2026 (C + D)	Juros e EC acumulados no ano pagos [A + B] + [C+D]	Notas
WB IDA 60120	Timor-Leste Road Climate Resilience Proj_Laulara to Solerema	0	0	0	N/A	N/A	1.331	192	1.523	513	0	513	2,036	Pay form Gov. Acc. From 15 Mar 2018 on wards
WB IDA 64880	Road Network & Upgrade Gleno - Letefoho-Hatubuilico	0	0	0	N/A	N/A	0	0	0	74	42	115	115	
WB IBRD 82900	Aileu to Ainaro	700	0	700	15/Mar/14		2.340	196	2.535	0	0	0	2,535	Fully disbursed
WBIDA65510	Basic Education Strengthening and Transformation Project	0	0	0	N/A	N/A	0	0	0	9	0	9	9	Not yet disbursed
<b>Total WB</b>		<b>700</b>	<b>0</b>	<b>700</b>			<b>6.612</b>	<b>647</b>	<b>7.259</b>	<b>3.334</b>	<b>42</b>	<b>3.376</b>	<b>10,635</b>	
<b>JICA TLS P1</b>	National Road No. 1 Upgrading Project	<b>590</b>	<b>357</b>	<b>947</b>	20/Oct/12	15/Jul/22	363	63	427	5	0	5	431	
<b>TOTAL TODOS EMPRÉSTIMOS</b>		<b>13,009</b>	<b>2.159</b>	<b>15.168</b>			<b>28.187</b>	<b>2.250</b>	<b>30.437</b>	<b>3.787</b>	<b>49</b>	<b>3.836</b>	<b>34.273</b>	

\*EC - Encargos de Comprimento

\*\*on Going capitalization - Loans that is still has remaining funds allocated for Capitalization

\*\*\*COL - Concessional Loan from ADB not bears Commitment Charge.

## Conclusão

O presente relatório dá conta da execução orçamental do primeiro trimestre do ano fiscal de 2026, correspondente ao período de janeiro a março de 2026, no âmbito do Orçamento Geral do Estado aprovado pela Lei n.º 8/2025, de 27 de novembro, que prevê receitas e despesas totais do Setor Público Administrativo no valor de US\$ 2.445,1 milhões. A informação apresentada foi extraída do Sistema de Informação de Gestão Financeira (GRP) com referência a 20 de abril de 2026 e abrange os subsectores da Administração Central, da Segurança Social (INSS) e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA).

A economia de Timor-Leste cresceu no seu ritmo mais forte em quase uma década em 2025, registrando um crescimento de 4,5%, impulsionado pelo forte consumo das famílias, aumento dos gastos públicos e investimento privado. No entanto, prevê-se que o crescimento desacelere para 4,3% em 2026, uma vez que o aumento dos preços globais dos combustíveis e dos alimentos eleva o custo de vida e reduz o poder de compra das famílias. As remessas de timorenses no exterior também diminuíram 14% em 2025 (caindo para US\$ 181,9 milhões em 2025, contra US\$ 211,6 milhões em 2024), aumentando ainda mais a pressão sobre os rendimentos familiares.

A inflação trimestral subiu para 0,6% no primeiro trimestre de 2026, contra -0,2% no quarto trimestre de 2025, principalmente devido ao aumento dos preços dos combustíveis no mercado interno. A inflação média anual em 2026 está projetada em 2,2% e espera-se que se estabilize em torno de 2% no médio prazo, entre 2027 e 2030. No âmbito financeiro, o crédito ao setor privado apresentou um forte crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior, atingindo US\$ 755,9 milhões no primeiro trimestre de 2026, comparado a US\$ 660,5 milhões no primeiro trimestre de 2025, enquanto as taxas de juros para empréstimos caíram ligeiramente de 10,5% para 10,3%. Isso indica que o crédito se tornou mais acessível e viável para empresas e famílias, impulsionando o investimento e o crescimento econômico.

Os subsídios governamentais para combustíveis, a assistência alimentar e as transferências para famílias, previstas no Orçamento de Retificação, ajudarão a amortecer o impacto, embora essas medidas compensem apenas parcialmente as pressões externas. Espera-se que as exportações, particularmente de café e turismo, impulsionem o crescimento, enquanto a previsão é de que o crescimento do investimento desacelere para 4,1% devido aos custos mais elevados e à incerteza.

Em termos de execução orçamental consolidada, o primeiro trimestre de 2026 registou receitas totais de US\$ 525,0 milhões (21% da meta anual de US\$ 2.472,6 milhões) e despesas totais de US\$ 339,1 milhões (14% do orçamento final agregado). A Administração Central apresentou uma taxa de execução de despesas de 13% (US\$ 278,5 milhões), a Segurança Social de 28% (US\$ 56,0 milhões) e a RAEOA de 8% (US\$ 4,6 milhões). Comparativamente ao mesmo período de 2025, o volume absoluto de despesas aumentou de US\$ 272,1 milhões para US\$ 283,1 milhões, ainda que a taxa de execução se tenha mantido na mesma ordem de grandeza, refletindo o aumento global do orçamento aprovado.

A arrecadação de receitas domésticas da Administração Central e da RAEOA ficou abaixo das expectativas, atingindo US\$ 44,8 milhões, correspondentes a apenas 17% da meta anual de US\$ 259,2 milhões. As receitas fiscais totalizaram US\$ 42,3 milhões, refletindo uma redução de 24% face aos US\$ 55,8 milhões arrecadados no mesmo período de 2025. As receitas não fiscais, incluindo taxas e coimas, também se situaram bem abaixo do previsto, com US\$ 2,4 milhões. O Fundo Petrolífero continuou a constituir a principal fonte de financiamento do Orçamento do Estado, com transferências no valor de US\$ 200,0 milhões durante o primeiro trimestre, correspondentes ao Rendimento Sustentável Estimado (RSE). Este montante é inferior em US\$ 50 milhões às transferências efetuadas no primeiro trimestre de 2025, evidenciando a necessidade urgente de diversificar e reforçar a mobilização das receitas domésticas.

No que respeita à estrutura das despesas, os salários e vencimentos apresentaram a taxa de execução mais elevada (22%), com gastos de US\$ 104,4 milhões, refletindo a regularidade dos compromissos com a folha de pagamentos. As transferências públicas constituem a maior categoria de despesa em termos absolutos, com US\$ 144,8 milhões (18% do orçamento), englobando os programas de proteção social, pensões dos combatentes da libertação nacional, bolsas de estudo e transferências para entidades do setor público. Em contraste, a execução nas categorias de capital permaneceu muito baixa, o Capital de Desenvolvimento atingiu apenas 2% (US\$ 8,4 milhões de um orçamento de US\$ 500,7 milhões) e o Capital Menor registou execução nula (0%), evidenciando atrasos estruturais nos processos de contratação e implementação de projetos de investimento, que se repetem de ano para ano e que constituem um dos principais desafios da gestão orçamental em Timor-Leste.

A execução por programa na Administração Central revela um padrão típico de início de ano fiscal, taxas de execução mais sólidas nos programas de carácter social, educativo e institucional como Inclusão Social (22%), Ensino Básico (23%), Política Externa (36%) e Segurança Nacional (20%) e taxas muito baixas ou nulas nos programas de investimento em infraestruturas, como Estradas e Pontes (2%), Aeroporto (0%), Tasi Mane (0%) e Eletricidade (8%). Apesar desta

baixa execução, o nível de compromissos já registrados para estes programas é expressivo o programa de Eletricidade apresenta compromissos de US\$ 113,4 milhões e Estradas e Pontes de US\$ 15,7 milhões, o que sugere que a execução deverá acelerar nos trimestres seguintes, à medida que os contratos forem sendo implementados e os pagamentos processados.

No subsetor da Segurança Social, os resultados do primeiro trimestre foram particularmente positivos, a taxa de execução das receitas consolidadas atingiu 53% (US\$ 104,9 milhões), beneficiando das transferências antecipadas da Administração Central para financiamento do primeiro semestre, do saldo de gerência transitado de 2025 e das contribuições sociais. As despesas totalizaram US\$ 56,0 milhões (28% do orçamento), com particular relevância para o pagamento de pensões sociais, que representa a principal missão do INSS. A transferência do saldo do regime de repartição de 2025 para o regime de capitalização do FRSS, no valor de US\$ 27,5 milhões, representa um passo significativo na consolidação da sustentabilidade de longo prazo do sistema de proteção social timorense.

A RAEOA registou uma taxa de execução de despesas de apenas 8% (US\$ 4,6 milhões), abaixo dos 14% atingidos no mesmo período de 2025. A transferência da Administração Central para a RAEOA ainda não havia sido efetuada no final do período em análise, tendo em conta que a Região dispunha de saldo de caixa suficiente para assegurar as necessidades de despesa durante o primeiro trimestre. Contudo, considerando que o ritmo de execução orçamental tende historicamente a aumentar a partir do segundo trimestre, prevê-se que a necessidade de transferências da Administração Central para a RAEOA venha a surgir nos períodos subsequentes. Programas estratégicos como Estradas e Pontes (0%), Aeroporto (0%) e Desenvolvimento e Reforço de Zonas Económicas Especiais (0%) não registaram execução, contrastando com o desempenho relativamente melhor do setor da educação (Ensino Básico com 31% e Ensino Secundário com 30%). No entanto, importa referir que, geralmente, o nível de execução orçamental tende a ser mais reduzido no primeiro trimestre, aumentando gradualmente do segundo ao quarto trimestre, à medida que os processos administrativos e de aprovisionamento são progressivamente concluídos ao longo do ano.

No domínio da dívida pública, os desembolsos acumulados de empréstimos atingiram US\$364,79 milhões, enquanto os reembolsos acumulados totalizaram US\$76,95 milhões, resultando num saldo devedor principal US\$287,84 milhões. Durante o primeiro trimestre de 2026, os desembolsos totais de empréstimos totalizaram US\$9,98 milhões, enquanto os reembolsos do capital durante o mesmo período totalizaram US\$5,03 milhões. O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD) continua a ser o maior parceiro de financiamento para o desenvolvimento do Governo, com os desembolsos acumulados em projetos financiados pelo BAD

atingiram US\$251,08 milhões, enquanto os reembolsos acumulados do capital BAD totalizaram US\$56,35 milhões, resultando num saldo em dívida BAD de US\$194,73 milhões. O financiamento do Banco Mundial (BM), com os desembolsos acumulados a atingirem US\$74,95 milhões. Os reembolsos acumulados do capital do BM totalizaram US\$13,50 milhões, resultando num saldo dívida do BM de US\$61,45 milhões. Até ao final de março de 2026, os desembolsos acumulados JICA atingiram US\$38,75 milhões, enquanto os reembolsos acumulados totalizaram US\$7,09 milhões, resultando num saldo em dívida de JICA US\$31,67 milhões.

A sustentabilidade fiscal a longo prazo continua a ser um imperativo central da política orçamental. A forte dependência do Fundo Petrolífero para financiamento das despesas correntes e de capital, estimada em cerca de 78% das fontes de financiamento do orçamento de 2026 constitui um risco estrutural que o Governo reconhece e está empenhado em mitigar. A agenda de reforma fiscal em curso, que visa o alargamento da base tributária e a melhoria da eficiência da administração fiscal, é essencial para reduzir progressivamente esta dependência. O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) do Fundo Petrolífero para 2026 foi fixado em US\$ 543,3 milhões, dos quais US\$ 200 milhões foram transferidos no primeiro trimestre, correspondendo a 37% do RSE anual. A prudência nas transferências do Fundo Petrolífero e a priorização de investimentos com elevado impacto económico e social são fundamentais para preservar a riqueza petrolífera para as gerações futuras.

Em síntese, os resultados do primeiro trimestre de 2026 enquadram-se no padrão histórico de execução orçamental de início de ano, caracterizado por uma execução mais forte nas despesas correntes e de funcionamento e mais lenta nos investimentos de capital. Para os trimestres restantes de 2026, as prioridades de gestão orçamental deverão centrar-se em: (i) acelerar os processos de contratação e implementação dos projetos de investimento em infraestruturas, em particular nos setores das estradas, energia, água e saneamento e aeroportos; (ii) reforçar a mobilização de receitas domésticas, com especial ênfase na melhoria da eficiência da cobrança fiscal, na redução das taxas de incumprimento e na ativação de categorias de receitas com baixa execução como taxas e rendimentos; (iii) concretizar a transferência orçamental para a RAEOA de modo a viabilizar a execução dos seus programas e projetos; e (iv) garantir a execução plena e eficiente dos programas sociais, de saúde e educação, que constituem pilares fundamentais do contrato social do Estado timorense com os seus cidadãos.

O Governo reitera o seu compromisso com a transparência, a responsabilidade e a boa governação das finanças públicas, em conformidade com a Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, que estabelece o Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e a Gestão das Finanças Públicas. O presente relatório será submetido ao Parlamento Nacional, no cumprimento das obrigações

legais de reporte e prestação de contas. A informação consolidada e reconciliada da execução orçamental de 2026 será incorporada na Conta Geral do Estado de 2026, a submeter ao Parlamento Nacional e ao Tribunal de Contas até 30 de junho de 2027, nos termos do artigo 81.º da referida Lei.